

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Marcia Regina Silva do Vale

Tempo, memória e oralidade: uma análise
da população residente na área continental
de São Vicente (litoral sul de São Paulo).

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Marcia Regina Silva do Vale

Tempo, memória e oralidade: uma análise
da população residente na área continental
de São Vicente (litoral sul de São Paulo).

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à banca Examinadora
como exigência parcial para a obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais pela
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, sob orientação do Professor Dr.
Edgard de Assis Carvalho.

São Paulo
2008

Banca Examinadora

À João Eduardo.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que entraram em minha vida e me iluminaram com a sua presença.

Ao Professor Dr. Edgard de Assis Carvalho, pelo enorme apoio e contribuições a minha jornada e por partilhar, com generosidade, sua sabedoria, amor e virtudes.

À Professora Regina Sampaio primeira orientadora e responsável por minha entrada no mundo acadêmico e hoje uma valiosa amiga.

À Professora Esther Schapochnik, revisora e conselheira das horas mais difíceis.

A Michel Justamand colega de doutorado, de lutas e estudos.

A Célia, Mary, Helen, Natália, Marília, Silvia, Cida, Regininha, Karolzinha e tantos outros amigos que muito torceram pela realização desta pesquisa.

A Daniele, minha sobrinha, Nunes, Verônica, Miragaia, Marco Antonio, João e Júnior, amigos-colegas de profissão pelo carinho e apoio.

A Kleber e Douglas, meus filhos, jóias preciosas da minha vida.

VALE, Márcia Regina Silva do.

Tempo, memória e oralidade: uma análise da população residente na área continental de São Vicente (cidade do litoral sul do estado de São Paulo)

RESUMO

O estudo enfoca a questão da concentração populacional na área continental da cidade de São Vicente. Primeira cidade do Brasil, São Vicente guarda contradições que se acentuaram a partir da década de 1970 com o povoamento de sua área continental. Nesse período começaram a surgir às comunidades formadas principalmente por migrantes do norte e nordeste do país. Ao visarem sua inserção como cidadãos vicentinos, esse contingente populacional passa a considerar a escola de ensino fundamental como fonte de melhoria das condições de vida. Nessa primeira década do novo século, a escola de ensino fundamental ocupa lugar de destaque para as comunidades da área continental de São Vicente, pois funciona como aglutinadora da população residente no local. A intensificação desse fenômeno direcionou o município para a região no sentido de reverter à falta de escolarização aumentando o número de escolas e vagas para as crianças. Esse movimento social da população na área continental termina vencedor porque articula os cidadãos vicentinos da ilha e o poder público do município em beneficiá-los quando lutam por suas convicções.

Palavras-chave: comunidades, São Vicente-ilha, São Vicente-continente, escolarização, formação populacional, área continental.

VALE, Marcia Regina Silva do.

A history: time, memory and orality from the population in the continental area of São Vicente city.

ABSTRACT

The study focuses on the issue of concentration of population in the continental area of the São Vicente city. First city in Brazil, São Vicente keeps contradictions that are stressed from the 1970 with the settlement of its continental area. In this period began to emerge to communities formed mainly by migrants from the north and northeast of the country. To pursue its inclusion as São Vicente citizens, this kind of group from the São Vicente will consider the school of basic education as a source of improved living standards. In this first decade of the new century, the school of basic education is therefore high on the communities of the continental area of São Vicente, it works as unifying the population resident in the place. The intensification of this phenomenon directed the council for the region to revert to the lack of education by increasing the number of schools and places for children. The social movement of the population from the continental area ends winner because articulates Vicente citizens of the island area and the power of the council in public benefit them when fighting for their beliefs.

Keywords: communities, São Vicente-island, São Vicente-continent, education, training population, continental area.

SUMÁRIO

Pág.

Introdução	13
Capítulo I – São Vicente-ilha	22
1.1. História	24
1.2. Modernização	36
1.3. Entre ilha e continente	57
Capítulo II – São Vicente-continente	66
2.1. Ocupação territorial	68
2.2. Bairros e suas comunidades	74
2.2.1 Samaritá	75
2.2.2 Humaitá	79
2.2.3 Quarentenário	82
2.2.4 Vila Ponte Nova	86
2.2.5 Parque Continental	91
2.2.6 Jardim Rio Branco	93
2.2.7 Vila Emma	96
2.2.8 Vila Nova São Vicente	98
2.2.9 Parque das Bandeiras (Gleba I e II)	99
2.2.10 Vila Nova Mariana	102
2.3. Comunidades sem abairramento	108
2.3.1 Jardim Rio Negro	108
2.3.2 Vila Iolanda	109
2.3.3 Vila Matias	110

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 – Mapa de Benedito Calixto;	28
Figura 2 – Vista aérea da cidade de São Vicente;	36
Figura 3 – Vista aérea da Ilha Porchat;	37
Figura 4 – Foto atual do Marco Padrão da cidade onde Martim Afonso desembarcou; 38	
Figura 5 - Mapa da cidade de São Vicente em 1944;	40
Figura 6 – Foto atual da Igreja Matriz de São Vicente;	51
Figura 7 – Píer construído em 1995 na Praia dos Milionários;	52
Figura 8 – Foto atual da Biquinha de Anchieta;	52
Figura 9 – Praça de doces, situada na Biquinha de Anchieta (tradição da cidade);	53
Figura 10 – Pontos turísticos considerados como principais da cidade: Rua Japão, Monumento Niemeyer, Porto das Naus e Marco Padrão;	54
Figura 11 – Mapa atual e geográfico da cidade de São Vicente;	58
Figura 12 – Via Angelina Prete que liga ilha e continente;	59
Figura 13 – Casas construídas em terrenos invadidos na área continental de São Vicente;	62
Figura 14 – Foto atual da lagoa na entrada do bairro do Quarentenário onde 50 anos atrás os moradores pescavam;	64
Figura 15 – Mapa com as cidades que fazem limite com São Vicente;	68
Figura 16 – Ponte dos Barreiros que liga ilha e continente;	69
Figura 17 – Bairro de Samaritá;	75
Figura 18 – Estação de Samaritá – entrada;	77
Figura 19 – Foto atual da Estação de Samaritá, hoje um depósito de vagões;	77
Figura 20 – Foto atual do bairro Humaitá (saída deste bairro e entrada do bairro Vila Nova Mariana);	79

Figura 21 – Atual bairro Quarentenário;	82
Figura 22 – Lagoa do Quarentenário em 2007;	83
Figura 23 – Bairro Vila Ponte Nova;	87
Figura 24 – Bairro Parque Continental;	91
Figura 25 – Parada de ônibus e transporte alternativo do bairro Jardim Rio Branco; ...	93
Figura 26 – O Supermercado Cuca em 2007 na avenida do bairro Jardim Rio Branco; 94	
Figura 27 – Casa que funciona como regional da prefeitura na Vila Emma;	96
Figura 28 – Ponto final do transporte alternativo na Vila Emma;	97
Figura 29 – Primeiro conjunto habitacional da área continental realizado pela COHAB e situado na Vila Emma;	98
Figura 30 – Bairro Vila Nova São Vicente;	99
Figura 31 – Bairro Parque das Bandeiras Gleba I;	100
Figura 32 – Parque das Bandeiras – Gleba II com o rio ao final do bairro;	102
Figura 33 - Vista aérea do bairro Vila Nova Mariana;	103
Figura 34 – Bairro Vila Nova Mariana;	104
Figura 35 – Final do bairro Vila Nova Mariana nas margens do Rio Mariana;	105
Figura 36 – Casas construídas em cima do Rio Mariana;	106
Figura 37 – Depósito de desmanche de carros no bairro Vila Nova Mariana em meio à floresta que beira o Rio Mariana;	106
Figura 38 – Casas do bairro Jardim Rio Negro, situadas em terrenos invadidos;	108
Figura 39 – Sítios do bairro Vila Iolanda, situados em terrenos invadidos;	110
Figura 40 – Bairro Vila Matias;	111
Figura 41 – Única casa situada na Via Angelina Prete e próxima a Ponte dos Barreiros na área continental da cidade;	133
Figura 42 – Via Angelina Prete duplicada em 2005;	133
Figura 43 – EMEF Raul Rocha do Amaral após reforma em 2007;	180

Figura 44 – EMEF Armindo Ramos;	181
Figura 45 – Entrada da EMEF CAIC;	182
Figura 46 – Creche CAIC ao lado da escola com mesmo nome e situadas na mesma praça;	183
Figura 47 – EMEF Armindo Ramos;	184
Figura 48 – Entrada lateral da escola EMEF Jorge Bierrenbach reservada para professores e vista lateral da quadra;	185
Figura 49 – EMEF Francisco Martins;	186
Figura 50 – Fachada do prédio da EMEF Gilson Kool;	187
Figura 51 – EMEIEF Vila Emma;	188
Figura 52 – Única entrada da EMEF Leonor Stoffel;	189
Figura 53 – EMEF Saulo de Tarso;	190
Figura 54 – Segundo prédio da EMEF Luiz Pinho;	191
Figura 55 – Entrada de funcionários e professores da EMEF Mario Covas;	192
Figura 56 – Prédio onde hoje em 2008 funciona o CESCÓN.	193

Introdução

Esta pesquisa analisa os mecanismos de constituição de comunidades na área continental do município de São Vicente, litoral sul do estado de São Paulo. É decorrência dos estudos feitos no mestrado, que se restringiu à Vila Ponte Nova. A pesquisa abrange agora dez bairros existentes na região.

O trabalho teve início em 1995, quando aconteceram as primeiras invasões nas proximidades da pista da Via Angelina Prete, que liga a ilha ao continente, local em que trabalhei como professora até 2003.

Desde as primeiras incursões no universo estudado, interagimos com os moradores, tentando conhecer e compreender os elementos que constituem essas comunidades.

A região vem sendo palco dos efeitos da rápida urbanização da Baixada Santista nos últimos trinta anos. Datam de vinte e cinco anos, contudo, os conflitos de ordem social, econômica e política, representativos da crescente formação populacional que domina a área continental vicentina e que acompanhamos no decorrer desta pesquisa.

Trata-se de comunidades formadas principalmente por famílias que migraram do norte e nordeste do país e se instalaram no município de São Vicente, fixando moradia na área continental da cidade.

Chamou-nos a atenção o modo como alguns habitantes da área continental referiam-se à parte insular da cidade, expondo a dicotomia existente entre as duas regiões da mesma cidade. Para eles, era como se pertencer a São Vicente fosse privilégio somente dos moradores da ilha. Quando falavam da cidade, explicavam que ela ficava do outro lado da ponte, demonstrando ressentimento, como se a área continental não fosse parte dela.

Esse sentimento também aparece ao se referirem a descendência dos portugueses com piadas sobre sua inteligência. Por outro lado, os habitantes da ilha se reportam a eles como se não fossem também vicentinos, atribuindo-lhes sempre a condição de migrantes e desqualificados, revelando um preconceito sobre a fala, a religiosidade e a ascendência moral e ética dos nordestinos.

As comunidades estudadas caminham na incerteza do futuro, tentando uma adequação ao número de habitantes residentes por metro quadrado e revelando a precariedade das suas condições de sobrevivência em centros urbanos. Esses moradores criam espaços e formas de convívio para fugir da miséria e da privação impostas aos aglomerados populacionais urbanos, buscam alternativas de desenvolvimento, de habitação, saúde e emprego.

A percepção da diferença entre eles e os habitantes da ilha é um sentimento que une a comunidade e precede todos os seus acordos e desacordos, não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida, pois toda a união, um “sentimento recíproco e vinculante”, é “a vontade real e própria daqueles que se unem”, segundo Bauman (2003: 15). Para ele, “é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”.

Nossa investigação ocorreu a partir da dinâmica de vida do local pesquisado e dos grupos populacionais e está baseada nos sentimentos de identidade e diferença revelados por esses habitantes em relação aos da ilha. A pesquisa foi construída com base em suas representações sociais, nos referenciais de sua vida cotidiana e na identificação de um estilo de vida próprio.

Os dados foram obtidos na Secretaria de Obras Meio Ambientes Ciência e Tecnologia, por meio do seu Departamento de Geoprocessamento e nas Secretarias de Educação, Cultura, Turismo, Cidadania e Ação Social da Prefeitura de São Vicente e do Estado de São Paulo; além das entrevistas abertas, das escolas e associações de bairros da área continental.

Em meio a crescente densidade demográfica de São Paulo, os processos de uso e ocupação do solo têm sido afetados pela demarcação das terras, pela forma de fixação e pela conduta dos governantes. A migração é uma variável demográfica complexa e uma das mais importantes nos estudos que abordam a forma de sobrevivência de famílias com condições sócio-econômicas inferiores à média do estado, que se situa em torno de dois salários-mínimos.

São Vicente-continente é uma região emergente em número de habitantes porque nas últimas duas décadas passou de três para dez bairros. Esses dados poderão ser alterados, pois existem três bairros não reconhecidos pelo abairramento da prefeitura. Embora haja disponibilidade de terreno para a construção de ruas e avenidas e espaço para escolas, creches, postos de saúde e comércio; esses moradores vivem comprimidos em virtude do número elevado de habitantes por metro quadrado.

Uma análise da forma de ocupação da região pode contribuir de maneira significativa para os estudos das cidades litorâneas que tenham região continental na Baixada Santista. Um exemplo disso é Santos e São Vicente.

Em decorrência das observações sobre as ações coletivas dos habitantes da área continental, múltiplas bases teóricas foram utilizadas. Zygmunt Bauman foi um dos autores referenciados porque discute em seus livros o conceito de sociedade atual e a

formação de comunidades. Para Bauman (2003: 128) “hoje em dia, a comunidade é procurada como abrigo contra as sucessivas correntezas de turbulência global – correntezas originadas em lugares distantes que nenhuma localidade pode controlar por si só”.

Com o objetivo de coletar dados, e aspectos de convivência que pudessem responder à problematização das questões propostas, de como e porque estabelecem uma diferença entre ilha e continente; a pesquisa se volta para as entrevistas no primeiro momento.

As diferenças que os habitantes citam foram melhor esclarecida nas leituras de Bauman quando ele explica: “quando a tolerância mútua se junta à indiferença, as culturas comunitárias podem viver juntas, mas raramente conversam entre si, e se o fazem costumam usar o cano das armas como telefone. Num mundo de multiculturalismo, as culturas podem coexistir, mas é difícil que se beneficiem de uma vida compartilhada”. (2003: 122). Outros autores foram utilizados para explicar o fenômeno que diferencia os habitantes da ilha e os do continente.

Durante o período da pesquisa foram acompanhados diversos eventos culturais, escolares, religiosos, festas e acontecimentos da coletividade, além da coleta de dados na biblioteca histórica municipal, nos arquivos da prefeitura e nos jornais que destacaram a formação populacional da região.

Desde 1995 juntamos anotações em um diário de campo onde constam informações contadas pelos moradores locais. O uso de imagens fotográficas assume um papel relevante porque ilustra muitas paisagens mencionadas nesta tese.

O trabalho de observação e registro poderá compor uma fonte de análise aliada às entrevistas se levarmos em consideração que o número de habitantes passou de 65.497 em 1996 para 100.000 em 2003, segundo dados do IBGE. Em 2007 os habitantes somam 150 mil segundo dados não oficiais da própria prefeitura na sub-sede da área continental.

“Uma possível alternativa de ocupação para os que migram é a de se agregarem e constituírem uma teia de relações peculiares apropriando-se indevidamente do espaço urbano, fenômeno que leva a uma nova concepção de cidade.” (Henri Lefèbvre: 2001: 20)

Ainda hoje o fluxo migratório é constante, embora menos intenso, fato comprovado pelo índice de matrículas nas escolas municipais e que pode indicar o número de habitantes que chegam comparando-os com os que deixam o local.

O censo escolar mostra quem são pais e alunos das escolas públicas e particulares do município. Os fatores de fixação poderão ser balizados pela necessidade imediata de moradia, alimentação e escolaridade.

A comunhão entre leituras e observações realizadas revela um cotidiano de desigualdades entre São Vicente ilha e São Vicente continente; os dois lados da cidade estão localizados no quadro de transformações aceleradas que sofrem algumas cidades da Baixada Santista, afetadas nos últimos anos pelo crescimento demográfico.

Em São Vicente, 45% da população residem hoje na área continental e as famílias se encontram fixadas no local há três décadas. Os bairros percorridos para esta tese são Samaritá, Humaitá, Parque das Bandeiras, Jardim Rio Branco, Quarentenário, Vila Ponte Nova, Vila Ema, Nova São Vicente, Parque Continental e Vila Nova

Mariana. Existem ainda três comunidades sem abairramento, composição de bairros reconhecidos em lei pela Câmara Municipal de São Vicente: Jardim Rio Negro, Vila Iolanda e Vila Matias.

A realidade das treze comunidades é diversa e as pessoas que lá residem sabem exatamente onde pretendem chegar, têm domínio da política local e um grande poder de adaptação, cooperação e corporativismo. Ao contrário de submeterem-se aos caprichos dos habitantes da ilha lutam por igualdade em todos os aspectos sociais como educação, saúde, transporte, água, luz e moradia.

Esta pesquisa tem como segundo objetivo esclarecer algumas das contradições existentes sobre a formação de comunidades em regiões urbanas como a área continental de São Vicente. A principal característica dessa localidade é ser formada por migrantes do norte e nordeste do país; esse tipo de aglomerado populacional é visto com preconceito porque algumas pessoas acreditam que os habitantes da região banalizam a pobreza e a escola. Entretanto, os próprios migrantes pensam que o assistencialismo às famílias seria a solução dos seus problemas.

O aumento do número de pessoas deslocadas para essa região monopoliza reações que se denunciam na cultura, na alimentação, na escola, na religião, no trabalho e no relacionamento familiar e social e em outros fatores que a pesquisa pretende buscar para compreensão do fenômeno social da formação dessas comunidades.

A organização social que emerge na área continental é constituída de forma conturbada por causa dos laços familiares e de vizinhança adicionados a emprego, moradia e escola. Problematizar a questão da constituição das comunidades poderá ser uma maneira de acolher um processo dinâmico social e já existente.

As comunidades foram se transformando em bairros e possuem interesses que convergem para a sua permanência no local e para o bem comum de seus moradores. Possuem dentro de cada bairro uma aproximação de seus moradores que favorece a ajuda mútua, com isso são fortalecidos por uma solidariedade consciente feita de afeto, simpatia, emoções, confiança e laços de dependência. Os fatos que levam à aquisição de moradias movem as pessoas para o espaço social da área continental.

As dimensões de desenvolvimento dessas comunidades contemplam duas faces distintas. A primeira formada pelos habitantes que obtiveram suas terras de acordo com padrões econômicos, por meio da aquisição de lotes e casas e da adesão e compromisso dos próprios cidadãos com a execução das ações planejadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

A segunda é constituída por habitantes que chegaram à Área Continental e tomaram como suas algumas terras e foram abrindo ruas e construindo casas que ficam muito próximas aos mangues e rios. Essa população é o segundo grupo que reside nessa região.

As comunidades oriundas desses lugares não estão constituídas como bairros e fazem parte de outros já formados e reconhecidos pelo órgão público. As dificuldades dessa população são maiores em termos de saúde e higiene, escolarização, empregos e transporte. As localidades ficam longe e tem difícil acesso, tornando o local inaceitável para prefeitura como bairro.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, ao lado dos encantos e atrações de São Vicente-ilha, procuramos mostrar a cidade toda, com suas dificuldades desde a descoberta do Brasil até 2008. Enfatizamos também o início do

povoamento na região do continente. A trajetória do desenvolvimento de São Vicente, sua modernização e seu crescimento populacional, foi descrita com a intenção de levar o leitor a conhecer a área continental do município.

O segundo capítulo descreve como se deram as ocupações e o povoamento da área continental da cidade. Ao utilizar os dados e as demarcações fornecidos pela Prefeitura Municipal de São Vicente, são percorridos todos os bairros constituídos pela Câmara Municipal e aqueles que ainda não são considerados como bairros. Com base nas falas e atitudes dos moradores, distinguiu-se dois tipos de ocupação territorial: as áreas invadidas e as áreas loteadas.

O terceiro capítulo conta a história dos moradores, narrada por eles próprios: como chegaram, suas expectativas e diferenças quanto ao povoamento. A região torna-se um imaginário representativo para seus moradores. Cada bairro possui sua própria história e agrega seus moradores de forma peculiar.

No quarto capítulo, a escola, principal elo de união entre os habitantes do continente, assume o núcleo central da narrativa. Seguimos a mesma trajetória dos capítulos anteriores, ouvindo os moradores quanto à importância de cada escola de ensino fundamental e como se utilizaram da escolarização para melhoria da condição de vida. Apresentamos uma descrição de cada escola, acompanhada de fotos e fatos citados por pais, mães e outros moradores do local.

A pesquisa foi realizada no ensino fundamental, pois a escola é o núcleo aglutinador de sociabilidade dos moradores e detém todas as suas perspectivas de futuro. As fotos que constam do trabalho procuram contribuir para o leitor mergulhar na história dessa população e compreender qual o papel da escola nessa sociedade.

Capítulo I

SÃO VICENTE - ILHA

Sonhos e realidades

“Vocês nos fazem sonhar:
eis uma exclamação tantas vezes ouvida
a cada vez que novos horizontes do conhecimento nos são propostos.
A realidade assim descoberta, ou construída pelo saber,
situa-se de tal forma fora dos campos da sensibilidade
e da imaginação comuns que ela logo se vê relacionada ao sonho e,
logo depois, ao mito.....”

Pierre Léna

1.1 História

As versões relatadas neste trabalho sobre a fundação de São Vicente não contam apenas o lado pitoresco da história desta cidade litorânea, mas são fruto de pesquisas bibliográficas e de documentações restauradas, como cartas e manuscritos.

São Vicente é uma cidade relevante para a história dos brasileiros, porém seu povoamento, sua história e seu desenvolvimento guardam contradições. A história contada nos livros didáticos é a de que Martim Afonso desembarcou e, atendendo a uma determinação real, mandou construir a Casa da Câmara e a Cadeia e instalou o Pelourinho, criando a primeira vila administrativamente organizada do Brasil.

Nos documentos pesquisados, duas versões sustentam a história da fundação de São Vicente, a primeira mostra-a como uma cidade histórica e mística. Histórica, por sua relação com Martim Afonso, e mística, por sua colonização pelos jesuítas. A segunda prende-se a seu litoral capaz de recriações românticas e lendárias à beira mar.

Considerando-se o *Roteiro histórico e geográfico de São Vicente*, o *Livro de memórias da cidade* e as histórias contadas nos livros educacionais sobre o Descobrimento do Brasil, observamos que há contradições em relação aos fundadores da cidade.

Segundo a *Poliantéia vicentina*, no dia 8 de agosto de 1530, partiu do Rio de Janeiro uma pequena esquadra de Martim Afonso que percorreu o litoral brasileiro, explorou o território e caçou franceses aqui instalados. Quando navegou rumo ao sul, Pero Lopes de Souza cita em seu diário São Vicente. Segundo o *Livro de memórias de 1532-1982* tratava-se do estuário de Santos, onde só na volta do sul do país ali pararam.

No dia 26 de dezembro de 1531, após ter se apossado do Rio da Prata, a expedição volta para o norte, e o irmão de Martim Afonso diz: “Aqui estivemos nesta ilha quatro dias fazendo nos prestes para nos irmos ao rio de Sam Vicente”.

As cartas que essa expedição enviou para Portugal contam que São Vicente é fundada oficialmente no dia vinte e dois de janeiro de 1532 pelo fidalgo Martim Afonso de Souza, a mando do rei de Portugal, D. João III. Foi esse o núcleo de expansão portuguesa que permitiu a fundação de São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo.

A história oficial, não mostra que, ao chegar a São Vicente, Martim Afonso já encontrou uma povoação formada, constituída por portugueses instalados na região há mais de trinta anos. Por esses dados, o povoamento pioneiro do litoral paulista deu-se entre 1500 e 1502 – data do Descobrimento do Brasil.

São Vicente já existia antes de sua fundação como vila. A referência é o rio de São Vicente, nome dado pela primeira expedição exploradora do litoral brasileiro, chefiada por Gaspar de Lemos, na qual vinha também Américo Vespúcio. Nessa esquadra, destacou-se Frei Gaspar da Madre de Deus, o primeiro navegador que tinha a incumbência, dada pelo rei de Portugal, de nomear os lugares que iam sendo descobertos de acordo com os santos do dia, um costume dos portugueses.

Nas pesquisas sobre a história de São Vicente, realizada em manuscritos da época, verifica-se que os registros possuíam no mínimo dois significados. O primeiro era o da ordem religiosa que predominava entre os portugueses da época, fato que marca a nossa colonização.

O segundo era a ordem do calendário, uma orientação, em uma escala diária, de onde passavam e em que época do ano cada lugar foi descoberto. Assim, entre 1530 a 1532, as descobertas resultam em nomes dos santos do dia. Como vinte e dois de janeiro é o dia de São Vicente, temos o nome Porto de Sam Vicente.

Pelo ideário católico da época, Sam Vicente foi um santo de grande devoção ibérica, ou seja, dos portugueses e espanhóis, que andavam por mundos novos à procura de riquezas nos séculos XV e XVI. O santo nasceu em Huesca, Zaragoza. Viveu durante o século IV (304) e dedicou sua vida a fé cristã.

A história conta que, com a invasão moura, os cristãos fugiram levando os restos do santo mártir para Lisboa, durante o reinado de Afonso Henrique em Portugal, entre 1128 a 1185. Esse fato tornou Sam Vicente o primeiro protetor dessa cidade.

Segundo os historiadores de São Vicente, os portugueses que lá estavam, possivelmente, seriam oriundos da esquadra de Cabral ou naufragos de expedições exploradoras. Entre eles, destacou-se o Bacharel Cosme Fernandes, que alguns estudiosos consideram o verdadeiro fundador da cidade, pois teria ajudado a construir a primitiva povoação.

Na história de São Vicente faltam documentos, as datas desencontram-se e os pesquisadores divergem tanto no que diz respeito à identidade do Bacharel Cosme Fernandes quanto às suas realizações. Nos registros históricos, ele é chamado de Bacharel e teria fundado a povoação original de São Vicente, onde construiu a “Casa da Pedra”, que viria a ser a primeira fortaleza vicentina e brasileira, e a vila de Cananéia.

Em *História da capitania de São Vicente*, Washington Luiz não consegue estabelecer a real nacionalidade de Cosme Fernandes. Já para os cronistas espanhóis, ele

seria Duarte Perez, amigo de João Ramalho e de Antônio Rodrigues. O historiador Francisco Martins dos Santos levanta a tese de que o bacharel seria Mestre Cosme Fernandes, um judeu degredado deixado em Cananéia por Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio na expedição exploradora de 1502.

Foram constantes as hostilidades entre o povo de Iguape, comandados por Cosme Fernandes, e o povo de São Vicente, comandado pelos tenentes de Martim Afonso, mas não há registros de quantas foram as lutas e de quando o bacharel desaparece.

Conta à história que navegadores espanhóis e portugueses mantinham contatos com o Bacharel e seus genros, por meio do porto de São Vicente, em um estaleiro para a construção de bergantins. Martim Afonso, antes de desembarcar, teria solicitado ao bacharel que deixasse São Vicente e retornasse para as terras determinadas para o seu degredo.

Segundo Francisco Martins dos Santos, a explicação para o desaparecimento do Mestre seria o fato de ele ser judeu e maçom, o que a Coroa Portuguesa não aceitava. Acredita-se que tenha sido marginalizado principalmente por ser um degredado.

Duas cartas enviadas à Coroa, que constam do Museu Histórico e Geográfico de São Vicente, descrevem a existência de Cosme Fernandes, considerado o precursor da vila. Tudo que envolve esse navegador é um mistério, uma vez que de sua vida restam apenas essas duas cartas e muitas lendas, contadas pelos padres, e algumas transcrições esparsas, de navegadores espanhóis e portugueses. Além das divergências sobre a identidade do Bacharel de Cananéia, uma outra questão divide a opinião dos

historiadores: onde realmente teria desembarcado Martim Afonso de Sousa, ao chegar a Ilha de São Vicente?

Benedito Calixto, valendo-se de mapas do século XVII em que se vêem navios ancorados na altura da praia de Paranapuã pintou os célebres quadros sobre a chegada de Martim Afonso com as caravelas fundeadas na baía de São Vicente. Pelos quadros, o capitão-mor e seus homens teriam ido a terra em barcos, desembarcando mais ou menos onde está hoje o marco da cidade, no final da praia do Gonzaguinha.

O mapa a seguir, também de autoria de Benedito Calixto, mostra o local em que Martim Afonso desembarcou. A ressaca destruiu o que ali havia sido construído, e a reconstrução se deu onde hoje está a igreja Matriz de São Vicente:

Figura 1



Foto do mapa de Bendito Calisto que mostra a região de SV em 1542 – Fonto Márcia Vale

Calixto defende a idéia de que Martim Afonso teria, na verdade, entrado na barra de Santos e desembarcado no lado de Guarujá, na praia do Góes, em frente à Ponta da Praia. Após ter atravessado o canal, teria ido, a pé ou de barco, para o povoado de São Vicente, onde instalou a primeira vila oficialmente instituída pela Coroa Portuguesa. Para esse pesquisador, o verdadeiro porto de São Vicente ficava na altura do atual bairro do Embaré, em Santos, e o porto das Naus, mais adiante do outro lado do canal. Ele admite a existência de um segundo porto das Naus, em frente à vila de São Vicente, mas apenas para pequenas embarcações.

Nesse pequeno porto de baixo calado, cujas ruínas ainda existem, funcionou o primeiro trapiche alfandegário do Brasil, tese com a qual todos os historiadores concordam, e ainda o engenho de açúcar de Jerônimo Leitão. As cartas à Coroa descrevem-no como o primeiro estaleiro construído pelo bacharel Cosme Fernandes, outra contradição da história.

Sobre a economia da Vila de São Vicente, as cartas de Martim Afonso ao rei de Portugal contam que, logo após a fundação da Vila, ele procurou desenvolver o cultivo da cana-de-açúcar. Distribuiu terras e criou vários engenhos, a fim de organizar um pólo econômico e político no Brasil. O maior de todos foi o Engenho dos Erasmos, que tinha a vantagem de ficar próximo da metrópole.

As terras vicentinas eram pouco férteis, como ocorre até hoje, e já escasseavam os braços indígenas para explorá-las. No entanto, houve sucesso na lavoura de cana-de-açúcar, e Martim Afonso organizou uma empresa mercantil para a exportação do excedente.

O progresso da Vila de São Vicente era tal, que muitos colonos mandavam vir às famílias que haviam deixado em Portugal com a promessa de encontrarem uma terra linda e clima agradável.

Apesar de a baía de São Vicente ser um local pitoresco, seu fácil acesso tornou-a um atrativo para invasores, cujo intuito era saquear o local. Em 1560, começam os problemas, e a vila sofre um ataque maciço dos índios Tamoios, aproveitando a ausência dos homens, que haviam ido em socorro ao Rio de Janeiro, que estava sendo saqueado pelos franceses.

Em dezembro de 1591, São Vicente é assaltada pelo pirata inglês Thomas Cavendish. Ele põe fogo na vila e causa muito prejuízo à lavoura. Seguem-se os ataques holandeses e, em 1615, há uma nova invasão por piratas. Na seqüência de saques e roubos na Vila de São Vicente, consta nas cartas que os índios Tamoios também destruíram fazendas e raptaram mulheres, que foram resgatadas pouco tempo depois pelos colonos, em represália a uma nova tentativa de ataque desses índios.

A história da fundação da Vila de São Vicente é entrelaçada com a dos índios que já moravam na região. Suas diferentes tribos, Tamoios ou Tupinambás, Carijós, Tupiniquins e Biobebas, envolveram-se com os portugueses.

Nos tempos da fundação de São Vicente, as mais nobres famílias tupis dominavam as terras que Martim Afonso de Souza tomaria em nome do rei de Portugal. Os tupis eram formados por diversos grupos indígenas, que, na sua maioria, viviam para a guerra; eles tinham profundo orgulho de sua força e coragem.

Entre os tupis, predominavam na ilha os Tamoios quando a expedição portuguesa aqui chegou. A convivência entre colonos e índios gerou uma série de

conflitos e produziu, aos olhos da Igreja, uma deformação moral na conduta dos portugueses. Os primeiros colonos foram logo adotando os usos e costumes indígenas e, em poucos anos, o europeu mais se parecia com um selvagem do que com o homem civilizado. O vício mais atraente foi o da poligamia, prática comum entre os índios, como é descrito por Alonso de Sousa Cruz, um cosmógrafo.

Nos primeiros trinta anos, só vinham da Europa homens solteiros ou casados que haviam deixado lá suas famílias. Depois de meses no mar, em contato com a simplicidade da moral indígena, entregavam-se ao concubinato e a uma devassidão desenfreada. A situação era preocupante e surpreendeu os jesuítas recém-chegados que, além da missão de catequizar os indígenas, também trabalharam para que os colonos recuperassem sua civilidade.

Foi pelas mãos de um índio de São Vicente, Tibiriçá, que a fundação de São Paulo se concretizou. Essas mesmas mãos também comandaram o desarmamento frente à esquadra de Martim Afonso, garantindo-lhe uma chegada tranqüila na nova terra. Esse cacique era chefe de uma parte da nação indígena e sogro de João Ramalho, que vivia em São Vicente desde 1502.

Em suas memórias, Frei Gaspar conta que, ao saber da chegada de uma armada portuguesa ao porto de São Vicente, Tibiriçá reuniu quinhentos homens com arcos e flechas para o ataque. Ao reconhecer que a armada era de um compatriota, João Ramalho negociou a paz com Tibiriçá, facilitando a colonização.

Batizado pelos padres Leonardo Nunes e Anchieta com o nome de Martim Afonso, o cacique Tibiriçá – que em tupi quer dizer maior – foi um forte aliado dos jesuítas e amigo dos portugueses. Segundo registrou Anchieta, Tibiriçá atendeu aos

seus pedidos e transferiu sua tribo para próximo do Colégio de São Paulo. Tibiriçá deu ainda outra prova de fidelidade e amizade aos jesuítas, ao repelir com bravura o ataque à Vila de São Paulo de Piratininga, em 1562.

Tibiriçá e sua tribo lutaram contra índios Guaianás e Carijós, chefiados por seu próprio irmão, e saíram vitoriosos. Tibiriçá faleceu neste mesmo ano, vítima de câimbras de sangue, conta Anchieta. Pelos sintomas descritos, a probabilidade de ser disenteria amebiana, doença européia para a qual os indígenas não estavam preparados biologicamente, é grande. Ele recebeu muitas homenagens e foi enterrado com honra no colégio, local aonde depois veio a ser sepultada sua filha Bartira e seu genro João Ramalho. Após sua morte, a situação dos padres jesuítas se agrava pela falta de cuidados.

Mal-abrigados, mal-alimentados, sem higiene, andando por matas cujos rios, nas inundações periódicas, produziavam mosquitos nocivos, os jesuítas e os índios estavam sempre à mercê de várias doenças e perigos. Segundo histórias que constam do *Caderno da cidade 1*, o Padre Manoel da Nóbrega andava sempre com as pernas inflamadas.

A vila de São Vicente quase não se recupera dos ataques e combates, sua prosperidade desaparece e surge um estado de abandono ocasionado pelo medo de novos saqueamentos e pela facilidade que os navios tinham de ali aportar. Por isso, a cidade transformou-se em um centro de catequização de indígenas da região. A troca de alimentos e especiarias caracterizou o novo cenário sociocultural.

A memória de São Vicente foi sempre alvo do descaso e os poucos registros de seu passado foram destruídos. O pesquisador Jaime Mesquita Caldas diz em um de seus

livros, que constam do Museu Histórico e Geográfico de São Vicente, que a cidade teve seu primeiro arquivo roubado por Ruy Moschera, em 1543.

Em 1545, um novo arquivo foi organizado pelo padre Simão de Lucena. Transformado em cartório paroquial e civil, ele foi apagado da memória dos vicentinos por uma ressaca, que sepultou seus registros em 1547, junto com a Câmara, a Cadeia e a Matriz. Em 1552 a igreja foi reconstituída um pouco acima, ao redor de um elevado de terra, onde se encontra até hoje.

Uma nova tentativa de recuperar o passado, sem data precisa, se deu muito tempo depois, quando a Provedoria da Fazenda e repartições da Câmara conseguiram reorganizar documentos salvos do ataque do pirata Cavendish.

Em 1667, segundo Pedro Taques, Manuel Vieira Collaça, juiz ordinário da Vila de São Vicente queria se casar com Margarida Carvalho da Silva. Recusado pelo pai da moça, Manuel Vieira fica enfurecido, perde a razão e, juntamente com alguns capangas, ataca a casa de Margarida, durante a noite, ateando fogo em livros e papéis antigos restaurados.

Nessa mesma época, em Portugal, documentos importantes como cartas e diários sobre a Vila de São Vicente foram consumidos pelo incêndio que atingiu a Biblioteca de Lisboa, o que também dificulta uma reconstrução histórica.

Apesar de todos esses desastres, ainda há registros antigos de São Vicente porque uma prática comum na época era copiar documentos em vários livros, de diferentes lugares.

Em 1854, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolveu passar a limpo a história da Vila de São Vicente, e João Pereira Pinto foi indicado para investigar o

arquivo municipal e reunir documentos úteis para contar a história da cidade. O relatório enviado ao brigadeiro Machado de Oliveira descreve a situação encontrada:

Sinto profundamente não poder apresentar a V. Excia. uma coleção rica de documentos para a história, pois aquele arquivo se acha hoje na mais perfeita deficiência deles. O arquivo consta hoje de alguns poucos livros, dos incluso encontrará V. Excia. o inventário a que procedi, por onde poderá ver V. Excia. que justamente da época em que mais interesse podia ter a conservação de documentos, nenhum livro existe: isso é do período decorrido da chegada da expedição de Martim Afonso de Sousa até o principio de 1700. Estes poucos livros se acham completamente arruinados pela traça e até pelas águas da chuva que entram por uma janela. Tenho que lastimar a incúria, ou antes, a criminoso indiferença que tem manifestado quase todos os secretários daquela Câmara para com aquelas relíquias veneradas dos feitos dos nossos maiores... Fui informado de que um dos secretários da Câmara, cujo nome vou aqui registrar para que fique bem guardado em nossa memória – Manuel Joaquim Gomes de Almeida – fez deles uma grande fogueira, que ardeu por espaço de três dias consecutivos. Depois deste, um outro secretário que era de profissão – fogueteiro – se aproveitou de quase todos os documentos que existiam em avulso para com eles confeccionar bombas. A esta série de destruidores se junta uma outra, por ventura bem longa, de curiosos (em cujo número até se encontram estrangeiros que tem ido aos poucos se apoderando do que mais importante continha este arquivo).

Embora sem contar com dados históricos exatos, a cidade conserva até hoje nomes de seu passado. Assim, temos a Biquinha de Anchieta, nome decorrente da presença missionária no litoral vicentino durante o século XVI e que tinha esse jesuíta como personagem principal. Este local tem destaque nos roteiros turísticos culturais que a cidade oferece. O Porto das Naus hoje é praticamente inexistente, resta apenas um pequeno marco que o simboliza e que revela um momento histórico da cidade.

Os padres jesuítas mantiveram a catequese local e uma pequena criação de gado por dois séculos. Em 1878, São Vicente contava com apenas 11 ruas e poucos habitantes, se comparado a outras cidades da região. Abrigava pessoas mais velhas e sem renda.

São Vicente é marcada pela presença dos padres jesuítas até o século XVII e, somente em 1894 foi elevada à categoria de cidade. Não possuía comércio, havia poucas farmácias e alguns mercadinhos, o lazer se restringia à Biquinha e a alguns turistas. Tudo era adquirido em Santos, onde o comércio prosperava.

O passado colonial hoje lembrado nos livros didáticos é convincente quanto a Martim Afonso de Souza ter criado a primeira vila no Gonzaguinha, nome do bairro não muito longe da atual Biquinha de Anchieta. No local até hoje, 2007, existe uma bica de água natural, que brota do Morro dos Barbosas e aproveita a fonte existente no local.

São Vicente nasceu em 20 de janeiro de 1532 e, com seus 475 anos de existência, guarda um cenário de belezas praianas. Nele, a Ilha Porchat tem sua história envolvida em lendas com navegadores portugueses e índias, como do Hipupiara que fala de um navegador português que matou esse monstro porque ele viria até a encosta da ilha para seduzir uma índia pela qual o fidalgo estaria apaixonado.

Outros atrativos da cidade hoje são: Morro do Voturuá, Morro dos Barbosas, Horto Municipal, Praias do Itararé, do Gonzaguinha, dos Milionários, Paranapuã e a de Itaquitanduva, ideal para surfistas.

1.2 Modernização

Figura 2



Fonte: Prefeitura Municipal de São Vicente – Secretaria de Planejamento

São Vicente fica a 71 km da capital de São Paulo, a partir do marco zero da cidade, situado na Praça 22 de Janeiro, e integra-se à complexa região sócioeconômica da Baixada Santista. As cidades que fazem limite com ela são, ao norte, Cubatão; ao sul, Praia Grande; ao leste Santos, Guarujá e Bertioga.

Em *Poliantéia e São Vicente: de 1532-1992*, a cidade é apresentada como a primeira vila do Brasil. Esse livro considera seu nascimento resultado dos atrativos de sua belíssima enseada, que abrange desde a Ilha Porchat até a encosta da Serra do Mar.

A Ilha Porchat é pequena e está situada no final da Praia do Itararé, um dos pontos turísticos mais belos da cidade.

Segundo a Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Metropolização (1995), até 1930, São Vicente possuía dois dias diferentes para a comemoração de sua fundação: 22 de janeiro para São Vicente Mártir e 5 de janeiro para São Vicente Pregador.

Figura 3



Fonte: Prefeitura Municipal de São Vicente – Secretaria de Planejamento

Na atualidade, prevalece o dia 22 de janeiro, quando acontece uma encenação nas areias da Praia do Gonzaguinha, próxima ao marco padrão. A peça é realizada ao ar livre e conta com atores famosos no elenco. Os habitantes de São Vicente cultivam a idéia de que a cidade é a Célula Mater da Nacionalidade Brasileira, fato comemorado com ênfase nessa encenação. Desde 1996 já participaram da peça que recria a história do desembarque de Martim Afonso, atores como Nuno Leal Maia, John Herbert e Iran Malfitano.

É difícil imaginar como São Vicente, primeira cidade do país, com o passar dos anos, perdeu seu espaço territorial para outras cidades e para a formação de novos municípios. São Vicente, em 2007, é formada por duas áreas-sede, a ilha e a parte continental e dispõe de aproximadamente 146 km² de terras.

Figura 4



Marco Padrão – foto: Marcia Vale

A situação da cidade foi mudando e as perdas territoriais começaram a ocorrer em virtude da precariedade de recursos. Moradores que descendem de famílias portuguesas e historiadores atribuem o retalhamento do município a outras razões, entre elas, as tramas políticas e a ansiedade de habitantes de regiões diversas por melhorias urbanas.

De acordo com os dados da *Poliantéia vicentina*, São Vicente sempre saiu perdendo territorialmente, a pretexto de correções de linhas divisórias ou da utilização de acidentes geográficos. As divisas do município vicentino com os demais, em

determinadas situações, chegam a ser irônicas. Um exemplo disso é Santos, onde um único edifício tem alguns proprietários que pagam seus impostos ao município de Santos e outros ao município de São Vicente. O fato durante muito tempo foi motivo de controvérsias entre os habitantes, mas prevaleceu a lei baseada em estudos do Instituto Geográfico e Cartográfico da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Conta à história que o primeiro desmembramento vicentino ocorreu em 1545, embora existam pesquisadores que admitem ter começado antes. São Vicente era uma imensa área que fazia divisa com as cidades de São Paulo e Itanhaém e, de acordo com mapas e documentos antigos, a cidade era constituída por um só distrito.

Em 1545, quando Santos recebeu seu foral de vila, o território de São Vicente começou a ser desmembrado. Em 1561, perdeu a área da Freguesia de Conceição de Itanhaém. A partir de então, foi perdendo pequenas terras, e durante o século XX, mais precisamente na década de quarenta, voltou a ser retalhada e, desta vez, de forma muito mais incisiva.

De 1640 a 1960 perdeu para Santos cerca vinte quilômetros quadrados a título de retificação de divisas. No período de 1945 a 1948 perdeu parte de seu território no alto da Serra do Mar para o distrito de Parelheiros, hoje município de São Paulo. Nessa ocasião, perde, ainda, a cidade de Evangelista de Souza no alto da serra. O mapa a seguir mostra a dimensão territorial de São Vicente, em 1944, e as perdas que se sucederam na formação de outras cidades do litoral paulista.

Em 1948, perdeu o trecho de Mongaguá, que foi anexado à Itanhaém e hoje é uma cidade independente. Entre as décadas de quarenta e sessenta, Santos aumentou sua

extensão territorial tanto pela orla da praia como pela zona noroeste, que é um bairro de Santos na atualidade e que pertencia a São Vicente até a década de cinquenta aproximadamente.

Figura 5



Mapa geográfico da cidade em 1944 – Fonte: Márcia Vale

A partir da década de quarenta, com as ratificações divisórias entre Santos e São Vicente, uma extensa região vicentina foi anexada a Santos, área que hoje compreende os populosos bairros do Jardim Rádio Clube, Bom Retiro, Caneleira, Areia Branca e proximidades.

Em 1966, após todas essas áreas passarem para o município de Santos e quando se pensava que São Vicente nada mais perderia, começa o movimento de emancipação de Praia Grande, com o desligamento do distrito de Solemar e do bairro do Boqueirão, que constituem a nova cidade.

Para tristeza dos munícipes vicentinos, a cidade não está livre de perder novos espaços atualmente, como o bairro do Japuí, já cobiçado pelo município de Praia Grande. Lembramos que, em 1940, São Vicente possuía 476 km² e, em 2007, possui 146 km², ficando sem muitas de suas áreas históricas.

São Vicente se vê comprimida por Santos e Cubatão e passa as décadas de sessenta e setenta na tentativa de se igualar em prosperidade e avanço com as cidades vizinhas, segundo publicações do *Jornal A Tribuna*.

Separada de Santos na década de quarenta, São Vicente assiste ao desenvolvimento do centro vizinho graças a extensão e largura de seu porto, onde atraca qualquer tipo de embarcação, configurando um atrativo que iria polarizar a dinâmica do país para embarque e desembarque de mercadorias e pessoas.

São Vicente viu-se distante do progresso que alcançava Santos com seu porto e Cubatão com suas indústrias. Seus traços históricos religiosos foram sendo transformados em monumentos e emblemas, marcas da memória rumo à urbanização, num vácuo de soluções idealizadas para um progresso econômico que não aconteceu.

Até a década de quarenta, São Vicente destacava-se pelo convívio entre portugueses e seus descendentes, alguns holandeses descendentes de naufragos e suas famílias; todos com seus afazeres em Santos e Cubatão, onde ficavam os empregos, principalmente aqueles ligados à manutenção de navios.

A ascensão socioeconômica da cidade de Santos atrai um maior número de pessoas para morarem no lugar e seu centro urbano passa a se desenvolver rumo à modernização do comércio e do porto, com a criação da Bolsa do Café.

De acordo com o *Jornal Vicentino*, (1950) ao contrário do que muitas pessoas imaginam, São Vicente não lucrou nada com a criação da Bolsa do Café ou com o Porto de Santos, pois ambos não impulsionaram a indústria e o comércio na cidade.

Nos anos cinquenta, cria-se o grande centro econômico de Santos, que dispunha de todo tipo de lojas e serviços, como: despachantes, aluguel de carros, lojas de roupas, sapatos, eletrodomésticos, cama, mesa e banho. Algumas lojas se especializaram em vestimentas para os marinheiros e os negociantes que se hospedavam na cidade, além do comércio de cassinos e boates que animavam as noites santistas.

No entendimento otimista de Margarida Limena (2001, p.210) “até os anos 60, podia-se supor que o desenvolvimento podia ser controlado e guiado e que as soluções técnicas poderiam instaurar uma racionalidade nova, o que proporcionaria bem-estar aos indivíduos, numa relação de complementaridade entre férias-lazer/trabalho-necessidades. A década de 70 revelaria uma série de problemas intrínsecos ao desenvolvimento e às técnicas de controle a ele subordinadas, tanto no que se refere às aglomerações, como no tocante aos indivíduos: formas de controle cada vez mais submetidas às desigualdades do desenvolvimento e soluções programadas que não reduziriam nem a *ubris*, nem os desbloqueios, nem os desvios, provocando outros.”

O desenvolvimento urbano e os dispositivos de regulação, tanto de indivíduos como de aglomerados populacionais não conseguiram conter os processos de industrialização da cidade de São Vicente.

Segundo dados da Prefeitura (1995) e em decorrência do processo de industrialização da Baixada Santista, São Vicente tornou-se uma cidade atraente para famílias de baixa renda. Pouco urbanizada, com moradias de baixo custo e grandes

áreas sem donos e registros, torna-se palco de concentrações populacionais sem domínio da própria prefeitura, e os bairros crescem desordenadamente.

A cidade fica conhecida em relação às outras cidades como cidade dormitório. Suas ruas eram grandes caminhos de terra, com poucas casas, o que proporcionava tranquilidade para mulheres e crianças, que ficavam em casa enquanto os homens trabalhavam.

O centro comercial de São Vicente era inexpressivo e girava em torno da presença das mulheres, que passavam por lá para pegar um ônibus para o centro de Santos, que recebia os moradores de São Vicente para compras de qualquer tipo de mercadoria. Sua caracterização como “cidade dormitório” foi decorrência do desenvolvimento e impulso socioeconômico das outras cidades da Baixada Santista.

Segundo dados da Prefeitura, em 1990, São Vicente possuía índices muito baixos de salários, ou seja, 21% da população tinham salário inferior a dez salários mínimos e 42,6% não tinham rendimento algum.

Na década de noventa, São Vicente aparece como o pior índice da Baixada Santista, com 51% da população trabalhando em serviços diversos, situados nas cidades vizinhas. Há, também, predominância de empregos na administração pública: 18% do total dos empregos formais do município. Dos 33% que trabalham no comércio, 21% vão para Santos, onde o comércio está estruturado e as lojas de departamento começam a surgir. Esses dados foram cedidos pela Prefeitura Municipal de Santos em 2004 e dizem respeito à década de noventa.

A demanda de serviços é maior na cidade de Santos por causa do porto, e São Vicente é identificada como cidade-dormitório em decorrência da facilidade de

moradia, embora distante de tudo. Os homens deixavam as famílias morando em São Vicente e vinham para casa somente para dormir. (*Jornal A Tribuna 1952*).

A implantação da Refinaria Presidente Bernardes, em 1953/54 havia melhorado o ciclo da economia regional, dando lugar a um comércio de pequeno porte, situado nos bairros. Nessa época, década de cinquenta, São Vicente era praticamente uma pequena ilha de uma beleza selvagem quase intocada, com asfalto somente nas avenidas principais e pouquíssimas lojas no centro. A partir da década de 1960, São Vicente consegue reerguer sua economia e, após a construção do pólo industrial de Cubatão, dá início a loteamentos de custo menor e com promessas de infra-estrutura como ônibus, água, luz, esgoto, escolas e lojas.

Em plena industrialização do país, tem início em 1963, em Cubatão, a Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA e, num efeito dominó, outras indústrias químicas se instalam nessa região. A COSIPA e a Refinaria Presidente Bernardes tiveram muita influência no processo econômico de São Vicente porque empregaram um grande número de mulheres e homens.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento de São Vicente, a década de setenta cria, na Baixada Santista, um impacto significativo nos limites urbanos da região, ocasionado pelo incremento das atividades econômicas, apoiado nas demandas de negócios e serviços, a população cresce 40% com as migrações do interior do país. Esse fato provocou um processo de transbordamento de urbanização, atingindo São Vicente, Santos, Cubatão e Guarujá, que somados tinham um crescimento populacional superior ao do Estado de São Paulo.

Nessa época, o Brasil começa a se preocupar com os aglomerados populacionais e com a criação das “favelas”, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, segundo os estudos realizados por Maura Vêras in *As artimanhas da exclusão* (1999: 30)

Nota-se nesse período, a grande concentração de estudos sobre a questão da moradia – favelas – quer no Rio de Janeiro, quer em São Paulo. E nessa década que surgem os primeiros estudos sobre favelas em São Paulo (o primeiro cadastro municipal ocorre em 1973), como se elas fossem sintomas equivocados do desenvolvimento.

São Vicente passou a ter um grande problema de favelização e invasões a partir da década de setenta. O impacto urbano acarretou uma série de estrangulamentos na configuração do espaço físico e deterioração nas condições de vida da população, que passa a residir em áreas impróprias ou sujeitas à ação das marés, como os mangues.

Os baixos salários permitem que a caracterização de cidade-dormitório, altamente difundida nos jornais da época, se perpetue, pois famílias de poder aquisitivo menor se instalam em São Vicente, onde o custo de vida é baixo e a localização facilita a locomoção para outras cidades vizinhas em busca de empregos.

O turista que vem para São Vicente desfrutar de suas pequenas praias, da tranquilidade que a cidade oferece e da facilidade de acesso não conhece os múltiplos problemas de uma cidadezinha que sofre com perdas constantes de ordem territorial, econômica e social. Os bairros do Gonzaguinha, Boa Vista, Vila Valença e Ilha Porchat

são privilegiados pelos atrativos das praias, mas os outros têm grandes problemas populacionais e de infra-estrutura.

Em meados de 1970, São Vicente recebe mais e mais pessoas, que se instalam, avançam pelos terrenos e fixam moradia; os bairros crescem e se multiplicam desordenadamente. As famílias fixam residência nas proximidades das entradas da cidade e formam-se grandes favelas em ambientes desprovidos de água, luz, esgoto e coleta de lixo.

Localizadas em cima de mangues, as construções com madeira e as palafitas aumentam, formando várias das favelas hoje existentes na cidade, como a do Dique do Saquare, Dique do Sambaiatuba e o Dique Catarina de Moraes. Essa dinâmica contribui para a criação do maior aglomerado populacional da região da Baixada Santista, o “México 70”, um bairro que se desenvolveu durante a Copa de 1970, daí seu nome e que hoje é uma das maiores favelas da região.

Nessa época, o município só contava com uma fábrica, a Santa Marina, de placas de vidros; uma praça central, chamada Praça Barão do Rio Branco, com algumas lojas ao redor; poucas escolas e o pequeno Hospital São José.

Segundo os dados do censo de 2003, fazendo uma comparação entre as décadas de setenta e 2000, verificamos que o número de empregos nas indústrias no município fica muito aquém do necessário. O número de habitantes quadruplica na pequena ilha de São Vicente. Na década de setenta, o número elevado de empregos concentra-se nos serviços desenvolvidos nas temporadas e na estação do verão, mas, em outras épocas do ano, a população fica sem alternativa de renda.

O número de favelas aumenta e suas áreas de mangue vão sendo aterradas com o propósito de construir casebres ou barracos para abrigar populações vindas do norte e nordeste do país rumo ao estado de São Paulo.

Guida Nunes (1980: 21) explica que as favelas representam áreas invadidas e fora dos preceitos estabelecidos pelo código de obras das cidades e, assim, não contam com respaldo jurídico para a permanência na terra. Além disso, apesar de algumas mudanças de visão, os favelados continuam sendo considerados marginais no contexto da cidade.

Foi só na década de oitenta que os vicentinos perceberam que essas famílias eram movidas por aspirações e ilusões de não lhes faltar emprego. Ali contavam com moradia barata e acesso rápido a Cubatão, onde estavam as rendas oriundas do pólo petroquímico.

A situação atraiu uma população desprovida de qualificação profissional e a maioria sem saber ler ou escrever e, com o crescimento desordenado, as áreas que podiam ser ocupadas para moradia foram subdivididas, inchando a pequena ilha. Essas famílias, oriundas do norte e nordeste do país com intenção de melhorar de vida, começaram a se expandir para os corredores da área continental da cidade, cuja única via de acesso era a curva do “S”, Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, no caminho da Praia Grande.

De acordo com dados da prefeitura de 2006, percebe-se que o intenso processo de industrialização e urbanização colocou São Vicente no papel de cidade auxiliar perante o resto da Baixada Santista, pois não dispunha de nenhuma indústria ou atrativo econômico que a colocasse em destaque ou em competição com as demais. Foi o

desenvolvimento das atividades portuárias e industriais das cidades vizinhas que tornou São Vicente uma cidade dormitório, fruto da expansão residencial.

Santos e Cubatão como vizinhos bem sucedidos economicamente projetam nos vicentinos a marca de excluídos das fontes econômicas e da modernidade, e São Vicente fica caracterizada como acolhedora de migrantes marginalizados, mendigos, prostitutas e outros excluídos da cidadania.

“Embora seja uma realidade complexa, a cidade conserva um caráter orgânico de comunidade. Os violentos contrastes entre riqueza e pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem o apego à cidade.” (Henri Lefêbvre, 2001: 48)

Mesmo São Vicente tendo uma marca pejorativa, mais e mais famílias preferem a cidade e o fato de não realizarem as expectativas de melhoria de vida rápida, seus habitantes passam a residir ao redor da ilha, onde avistamos invasões em áreas de mangue, encostas de morro e alagadiços.

Na década de noventa, a ilha já não suporta o número de habitantes e promove facilidades para a aquisição de moradia na Área Continental do município. As contradições socioeconômicas e culturais se propagam. O fato de o trajeto até a Área Continental ser longo e difícil reafirma a condição de cidade dormitório de São Vicente, porque lojas, bancos, hospitais só eram encontrados no centro de Santos. Se a ilha de São Vicente já era longe de Santos e os ônibus escassos, mais distante era o continente.

Até meados da década de noventa, era grande o número de pessoas que ia a Santos para comprar roupas, calçados, utensílios domésticos. A retomada do desenvolvimento e a valorização dos vicentinos ocorreram a partir de 1996, quando os administradores da cidade realizam uma série de melhorias, como: a urbanização da

Praia do Itararé, medidas como a baixa nos impostos para a captação de empresas prestadoras de serviços e lojas e a reorganização do sistema viário, com a criação da linha amarela, um corredor viário ligando a praia do Itararé à Rodovia dos Imigrantes.

São Vicente passa por um período de transformação no final do século XX e início do século XXI. A consciência política dos seus moradores muda o rumo da história. Os vicentinos querem ter orgulho de sua cidade. A Praça 22 de Janeiro é reformada e surge o Parque Hipupiara, cuja lenda é contada às crianças das escolas municipais. A praça é hoje arborizada e aberta à visitação pública, possui um lago e bancos e não tem muros cercando-a. Outra obra importante foi Favela do Saquare ser transformada em parque ecológico. Também merece destaque a construção de uma rodoviária.

Para Limena (2001: 213) “deve-se ressaltar que a revalorização das referências históricas locais, por meio da preservação do patrimônio e do retorno às raízes tem fornecido paisagens urbanas que aparecem como unidade na diversidade, rompendo com as dualidades que situam a cidade entre a tradição e a modernidade ou, um dito de outro modo, entre um passado bárbaro e um futuro prometededor, como na visão iluminista, ou ainda como a traição de um passado perfeito de acordo com a visão antiindustrial.”

Vários são os projetos que conciliam passado, presente e futuro como um fenômeno histórico/cultural/moderno e que tem como objetivo estabelecer condições para padrões mais elevados de qualidade de vida onde profissionais liberais, artistas, arquitetos, historiadores recuperam essas formações e dão possibilidades de vida moderna.

São Vicente tem muito a comemorar no setor econômico, pois, segundo dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura, entre janeiro e outubro de 1997, mais de 1100 novas empresas prestadoras de serviço e de comércio se instalaram na cidade. O crescimento nesse setor é resultado das mudanças tributárias efetuadas, que reduziram a alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza em cerca de 400%.

Em 1996, a criação da linha amarela melhorou o tráfego no centro da cidade e facilitou a vida econômica dos vicentinos, que não precisam mais ir à Santos, pois encontram tudo na própria cidade. O transporte por micro-ônibus que circulam com rapidez e agilidade. Em 2007 a linha amarela foi duplicada e foi criada uma ciclovia, o que dá acesso rápido para toda a cidade da ilha até o continente, com várias linhas de transporte alternativo entrando em todos os bairros.

As melhorias sociais e econômicas deram lugar para o turismo ecológico. Nesta entrada de século, a marca da inserção de São Vicente no quadro da participação socioeconômica da região metropolitana da Baixada são os antigos atrativos de sua história urbana e seu avanço organizacional.

No início do século XXI, o desenvolvimento de São Vicente-ilha está todo voltado para o turismo. Foram urbanizadas a Praia do Itararé e a Rua Japão, onde vivem somente pescadores, foi construída a Praça Tom Jobim, próxima ao marco padrão, e foram reformados os quiosques da Praia do Gonzaguinha, destacados como atrativos para o turista e como cartão postal da cidade.

A Ilha Porchat ganhou um monumento idealizado por Oscar Niemeyer e a atividade turística se intensificou em torno das praias do Itararé, com a criação de um

teleférico, do Gonzaguinha e a de Paranaguá, que se tornaram centros de especulações imobiliárias, fato que provoca uma melhoria econômica para a cidade.

A igreja Matriz também foi reformada. Sobre ela, uma lenda conta que o corpo do padroeiro veio dar na costa vicentina guardado por corvos. Por isso, no interior da igreja, está a imagem do santo ladeada pelo corvo e pela grelha.

Figura 6



Igreja Matriz de São Vicente – fonte: Márcia Vale

Um outro atrativo é o “*pier*” construído na Praia dos Milionários, que serve de ponto de encontro e permite uma vista maravilhosa da Ilha Porchat e da Praia de Paranapuã, reserva ecológica preservada pela UNESP para estudos de biólogos.

Figura 7



Pier da Praia dos Milionários – fonte: Márcia Vale

A Biquinha de Anchieta é um dos pontos turísticos mais visitados na atualidade; seus azulejos, conservados até hoje, mostram a catequização dos índios encontrados na ilha de São Vicente pelo Padre José de Anchieta.

Figura 8



Biquinha de Anchieta – fonte: Márcia Vale

Na Biquinha, há uma praça de doces, famosa pelos quindins e bombas de chocolate vendidos há mais de cem anos. O local ganhou um padrão moderno e concentrou todas as barracas para facilitar a vida do turista.

Figura 9



Praça de doces situada na Biquinha de Anchieta – FONTE: Marcia Vale

Foram reformados outros pontos turísticos, como o Engenho dos Erasmos, o Porto das Naus, o Marco Padrão e a Rua Japão. As reformas trazem para a cidade desenvolvimento socioeconômico e turístico, o que promove suas belezas e conserva as tradições, como os doces da Biquinha e a venda de peixes na Rua Japão, pescados artesanalmente pelos moradores locais.

São Vicente não registrou, no contexto econômico, uma implantação industrial significativa. Os dados da PMSV e do Ministério do Trabalho em 2001, acusam apenas 13,4% do pessoal ocupado no setor industrial contra 41,1% em Santos, 12,7% no comercial e 9,2% nos serviços.

Figura 10



Rua Japão



Porto das Naus



Monumento Niemeyer



Marco Padrão da Cidade

Monumentos atuais da cidade – fonte: Márcia Vale

A tendência de desenvolvimento efetivo do comércio foi estruturada e redimensionada pelo transporte alternativo. O antigo itinerário, que tinha como foco a cidade de Santos, foi modificado e ganhou dimensões locais. Os moradores de São Vicente são atraídos por novas lojas, bancos e supermercados, como a rede Carrefour e Extra, que se instalaram na cidade por causa da isenção de imposto e por ser o local um ponto de passagem para outras cidades, como Santos e Praia Grande.

Entretanto, considerando-se a Baixada Santista como uma região de grande progresso, fica evidente o pouco crescimento econômico do município de São Vicente, como acusam os dados citados no senso de 2003.

Em 1990, ano em que aumenta a ocupação na área comercial do município, o trabalho no setor de serviços, mesmo incluindo a administração pública, torna-se insuficiente para suprir as necessidades da população. O número de trabalhadores na indústria diminui para 13% da população nesse período, porque as indústrias da cidade não acompanharam o crescimento do pólo petroquímico de Cubatão.

Uma década depois, na entrada do século XXI, as indústrias de Cubatão demitiram mais de 25.000 funcionários, o que causou um aumento na taxa de desempregos na Baixada Santista. Fábio Duarte explica o fenômeno do desemprego causado pelas indústrias como uma característica da economia global, ou seja, na busca pela máxima eficiência, as empresas, para poderem competir no mercado nacional e internacional, precisam cortar custos, o que resulta na redução de empregos.

Os avanços tecnológicos introduzidos nas indústrias e demais empresas também reduzem o número de pessoas necessárias para a realização de um trabalho. No caso da Baixada Santista, o setor de serviços volta-se para as demandas internas e emprega um número razoável da população no incremento do turismo histórico, em que os empregos funcionam como alternativa de renda para os moradores das suas cidades.

Fábio Duarte (1998: 80) escreve, ainda, que as transformações nas formas de trabalho influenciam o relacionamento entre as pessoas e o seu trato com as cidades. Estima-se que, em São Vicente, as pessoas estejam desfrutando da vocação histórica e cultural da orla da praia com a intenção de criar outras fontes de renda. A grande

capacidade para o turismo ecológico recreativo agora está direcionada para o turismo cultural histórico, já que a cidade é o berço da colonização do Brasil.

A cidade encontra-se numa fase de recriação turística, voltada para atender a infra-estrutura e bem-estar do turista de classe média e do tipo familiar, por isso precisa desenvolver atrativos para que as famílias desfrutem juntas. A infra-estrutura hoteleira, porém, está aquém das necessidades, pois a cidade tem um número maior de pequenas pensões e pousadas do que de grandes hotéis. Após séculos de marasmo, a entrada do século XXI trouxe para São Vicente ilha um ânimo rejuvenescedor, o orgulho por ser vicentino, sem romper com a religiosidade e as tradições da cultura portuguesa católica.

Após 1996 a cidade se transforma, moderniza-se, o comércio cresce e, em maio de 2007, foi inaugurado um *shopping* no centro da cidade, o Brisamar, que fica em frente à prefeitura. Ruas e avenidas foram ampliadas e seus trajetos reformulados; foram criadas vias de acesso ao centro da cidade, e o transporte alternativo foi reorganizado para facilitar a locomoção.

Em 2004 foi construído um *flat*, na rua atrás da prefeitura, no centro da cidade e há três quadras da praia. São Vicente se torna competitiva no comércio e na economia, invertendo o fluxo de pessoas que compravam em Santos. A cidade recebe os moradores de outras cidades para comprar devido aos bons preços e à variedade de mercadorias.

As histórias contadas na Praça Barão do Rio Branco, bem no centro da cidade, voltaram a fazer parte de hábitos e costumes de pessoas idosas. São Vicente, apesar de seus inúmeros problemas, resgata-lhes o orgulho de ser vicentino.

1.3 Entre ilha e continente

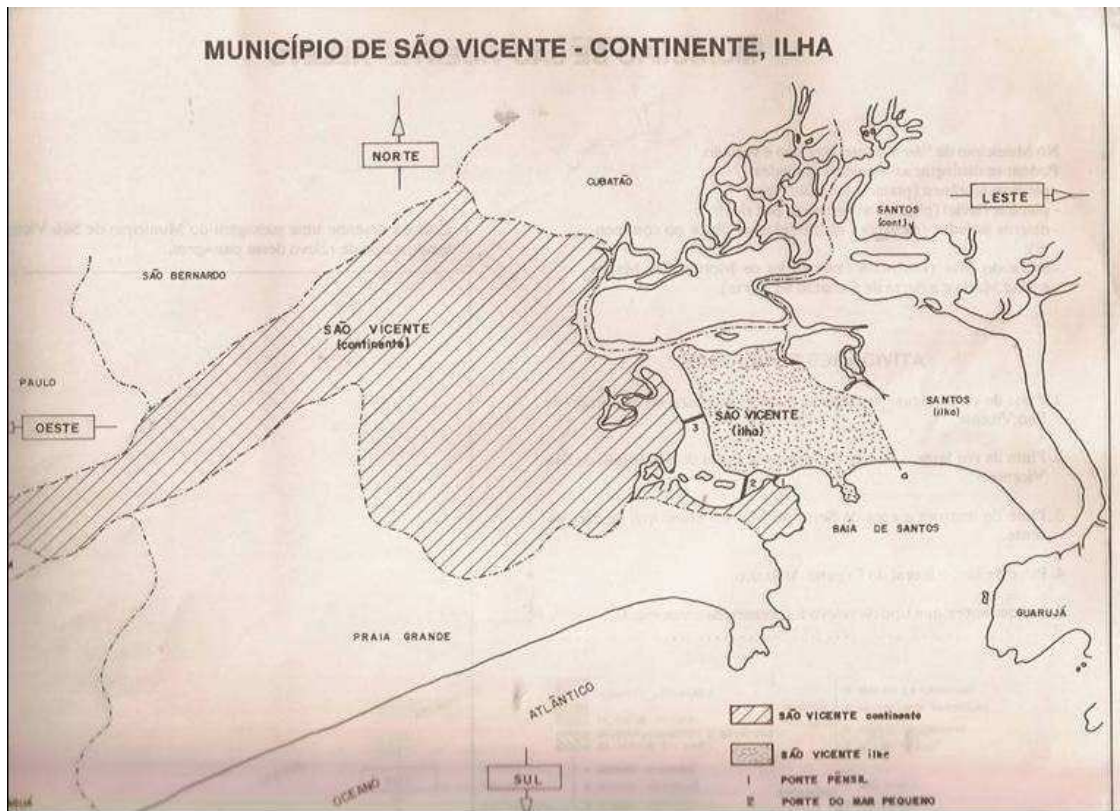
O processo de transformação que São Vicente sofreu e o número de migrantes existentes provocaram uma reorganização nos bairros, e as moradias acabaram por se expandir, a partir da década de oitenta, para além da ilha, na direção da Ponte dos Barreiros, chegando ao continente. O canal dos Barreiros funciona como um limite geográfico, econômico e cultural, como um marco divisório que separa a ilha do continente.

Os habitantes da ilha, que chegam ao continente na condição de migrantes, evidenciam uma situação de inferioridade já trazida de suas localidades de origem, ou seja, lugares afastados e com dificuldades de sobrevivência, como a seca do norte e nordeste do país. Não vieram em busca de lazer e praias, mas de um lote para construir um barraco, como costumam declarar, e de empregos. O meio familiar em que agrupam é o sustentáculo das invasões e ocupações.

A distância do centro e, portanto, do comércio, do lazer e dos serviços de saúde é expressiva. O isolamento torna-se impositivo e marcante. E as localidades que ali surgem se vêem unificadas por interesses comuns e pelo modo de vida.

O mapa a seguir mostra a diferença existente entre a ilha e o continente no tocante a extensão territorial.

Figura 11



Mapa geográfico atual da cidade – fonte: Márcia Vale

A contradição entre esses moradores e os habitantes da ilha são marcas da tentativa de participação deles na sociedade da cidade. São marcas que jogam com mediações de exclusão, porque ora eles são habitantes da cidade e ora não são; é como se a área continental não fizesse parte do mesmo município.

Henri Lefèbvre (2001: 38) define as cidades como “mediações porque sustentam relações de produção e de propriedade; a cidade é o local de sua reprodução. Contida em uma ordem, ela se sustenta, encarna-a, projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem e como tal para a mediação”.

É cruel o fato de os habitantes da ilha se referirem ao continente como uma região de marginalização e a seus habitantes como nordestinos, colocados em sentido discriminatório e de baixa capacidade intelectual.

Figura 12



Foto da Avenida Angelina Prete, que liga ilha e continente: Fonte Márcia Vale

Sawaia (1999: 121) comenta que é a identidade que transforma espaços de segregação em guetos de resistência e de aconchego, em lugares com calor humano, um antídoto ao desprezo da sociedade. É essa sensação que os locais de moradia formados além da Ponte dos Barreiros transmitem, cria uma nova São Vicente, que se configurou como uma região de oposição à ilha. Sua ocupação se deu pela proximidade com a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, portanto, pelos limites da cidade-ilha.

Foi à exclusão territorial que obrigou as pessoas de baixa renda a saírem da ilha para morar na região do continente. As migrações simbolizam a pobreza e configuram um espaço onde o modo de vida se sustenta no convívio e na ajuda mútua, criando

tramas de oposição para com os moradores do outro lado da ponte, ou seja, de São Vicente-ilha.

Em São Vicente-continente, o contraste com a ilha cria ilusões de um progresso, que na realidade é equivocado e limitado por barreiras culturais. Os habitantes criam hábitos simbólicos, nos quais os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar; através de uma identidade social, criam símbolos e se abrem para a diversidade de um mundo de outros. (Jovchelovitch, 2003: p. 65, in *Textos em representações sociais*) Dito de outra forma, os habitantes da área continental criam estereótipos para se igualarem aos habitantes da ilha: usam celular, compram eletrodomésticos nas Casas Bahia, têm antena parabólica em casa, entre outros itens da modernização.

Milton Santos (2000: 73) considera que “as acelerações são momentos culminantes da História, é como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criar o novo. Se o lugar nos engana, é por conta do mundo, nessas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união”.

No caso dos habitantes da área continental, a união se dá pelo local de moradia. Vinte anos depois do início do povoamento da região, o número de habitantes se iguala aos da ilha, o que mostra um aumento populacional enorme. Trata-se de uma população organizada e que sabe o que quer para os bairros em termos de vida coletiva e de comunidade, mas que continua sofrendo os males impostos aos excluídos.

É nesse campo social atravessado por ambigüidades de valores e representações que a história das pessoas se produz. A distância territorial entre o continente e São Vicente-ilha levaram-nos a um mercado de trabalho caracterizado pelo subemprego. Os

hábitos expressos pelas comunidades se formam na relação social que se dá no grupo de moradores da região continental.

Algumas palavras e expressões produzem sensações ao serem ouvidas. A palavra comunidade é uma delas, pois sugere uma coisa boa. Bauman (2003: 7) sempre se refere à comunidade como um lugar cálido, confortável e aconchegante.

É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Fora, toda sorte de perigo está à espreita; é preciso estar alerta, prestar atenção com quem se fala, estar de prontidão a cada minuto. Na comunidade, pode-se relaxar, estar seguro, não há perigos ocultos. Numa comunidade, todos se entendem bem, podem confiar no que ouvem, estão seguros a maior parte do tempo e raramente ficam desconcertados ou são surpreendidos. Nunca são estranhos entre eles.

As relações de sobrevivência fazem parte das comunidades que se formaram em uma região afastada da ilha de São Vicente. A própria dinâmica de modernização que a maioria das cidades litorâneas vive empurrou os moradores da área continental para a comunidade que construíram. Surgem contradições quanto ao povoamento, aos hábitos, às moradias e às formas de convivência, ficando de um lado os hábitos e costumes dos moradores da ilha e do outro lado da ponte dos Barreiros os do continente. Segundo dados da Prefeitura (2005), essas contradições são flagrantes na relação entre a área territorial e o povoamento.

A pequena ilha tem 18 Km² e aproximadamente 170 mil habitantes em seus 19 bairros contra o continente com 117 km² e 150 mil habitantes em seus 10 bairros regularizados e 3 ainda não constituídos legalmente.

As povoações apresentam contrastes, a área continental, como é conhecida, é constituída por uma população migrante do norte e nordeste do país e a ilha, por descendentes de portugueses, em sua maioria.

As terras da região continental não foram todas vendidas, há aqueles que adquiriram lotes pelo valor legitimador da compra e aqueles que os invadiram. Trata-se de um campo social constituído por organizações agrupadas por etnia/raça e gênero. Temos um espaço marcado por conflitos e contradições na dinâmica da vida cotidiana.

Figura 13



Áreas de invasão – Fonte: Márcia Vale

Como o acesso à região era difícil, ela deveria ser uma área de isolamento, porém sua dinâmica territorial proporcionou a formação de bairros. Os migrantes começaram a chegar timidamente, e muitas famílias ali se fixaram mesmo sem água encanada, rede de esgoto, apenas para estarem perto de algum parente detido no presídio existente em Humaitá.

Essas terras anteriormente pertenciam ao Ministério da Agricultura, depois ao Estado de São Paulo e, após 1996, devido à proposta da administração eleita na época e do partido do PSB, ligado à Prefeitura, passou a existir um gerente morando em cada bairro, incumbido de organizá-lo. O abairramento, como é chamado à constituição legal de um bairro, não alterou a dinâmica de vida do local.

A história dos bairros registrada pela Prefeitura é bastante reduzida e diferente do que os moradores contam, ficando indefinida a real ocupação do local, que tem como encantamento o poder que a casa própria exerce nas pessoas.

A rede hidrográfica que conflui para o canal dos Barreiros compreende os rios Branco, Piaçabuçu, Mariana, Gragaú e Taquimboque, que desenvolvem percursos meândricos, característica da baixa declividade da área. O lençol freático se encontra à pequena profundidade, inferior a um metro e apenas em casos excepcionais em profundidade superior a dois metros.

A ocupação cresceu desordenadamente por causa do déficit de moradias na ilha, das dificuldades econômicas da população e do término da construção da Ponte dos Barreiros em 1995.

Depois da ponte, segue-se em paralelo aos trilhos do trem por uma extensa área de 10 km. Em ambos os lados da pista, estão os últimos manguezais preservados da

Baixada Santista. Eles oferecem um espetáculo com o brilho das areias brancas que margeiam o trilho do trem e refletem a luz do sol. Em março de 2005, houve uma nova tentativa de invasão e a queima de grande parte da vegetação, mas foram contidas pelos órgãos públicos municipais e estaduais.

Para chegar ao centro de São Vicente, a travessia demorava em média uma hora, isso reduzia muito as chances de trabalho dos moradores do local, principalmente das mulheres que buscavam emprego de domésticas.

Tanto a distância como os gastos com transporte mantinham os moradores dessa região afastados da cidade e de todos os benefícios que ela pudesse oferecer. Encontravam-se ilhados, sem escola, emprego, saúde e lazer.

Figura 14



Lagoa onde os primeiros habitantes do Quarentenário pescavam.- Fonte: Márcia Vale

O trajeto das invasões vai recebendo adesões de pessoas que se ligam pelo protecionismo das religiões. As pessoas que ali chegaram traziam o sonho do progresso e a vontade de consegui-lo com o suor de seu trabalho.

Chamados de sem-teto e desordeiros pelos jornais e revistas da época, nos anos de 1940 e 50, os invasores enfrentavam todo tipo de discriminação e problema, como um alto índice de mortalidade infantil. Eles mencionaram a presença de quatro guardas da polícia florestal que dispunham de um jipe para impedir o desmatamento. Quando não conseguiam, formava-se mais um bairro na área continental de São Vicente. A preocupação das autoridades públicas era proteger parte da vegetação próxima ao mangue e aos rios Piaçabuçu e Mariana que passam por grande parte da região.

Do outro lado da cidade, na ilha, os habitantes de classes mais abastadas como políticos e comerciantes expressavam alívio, porque as tensões sociais e os dissabores que diziam enfrentar pelo acúmulo de favelas estavam aparentemente resolvidos com o deslocamento populacional para a região do continente. Entretanto, foi uma ilusão pensar que as vinte e duas favelas existentes ao redor da ilha de São Vicente desapareceriam. Tal fato não ocorreu.

Em São Vicente-continente, o isolamento foi marcado pelas atividades e ações dos sujeitos do que pelas fronteiras geográficas. Esse fator colocou-os na condição de excluídos frente à sociedade capitalista de São Vicente-ilha.

Capítulo II

SÃO VICENTE - CONTINENTE

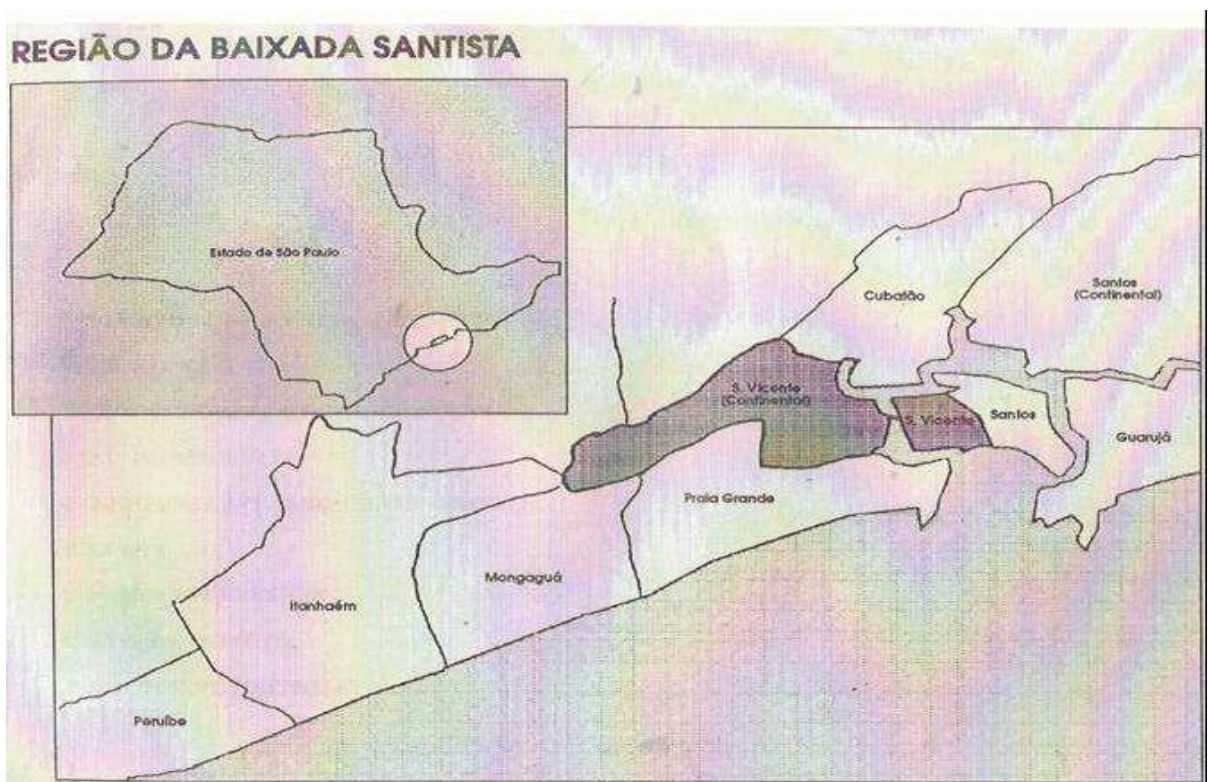
“A complexidade é um problema, é um desafio e não uma resposta. O que entendemos por esse termo? Num primeiro sentido, a palavra complexus significa o que está ligado, o que está tecido. E é esse tecido que é preciso conceber. Eis os desafios da complexidade e, claro, eles encontram-se por toda parte.”

Edgar Morin

2.1 Ocupação territorial

O mapa a seguir mostra em tom escuro a ilha e a área continental do município de São Vicente, foco desta pesquisa. Deixa evidente a diferença de tamanho entre as duas regiões, pois a ilha é quatro vezes menor que o continente.

Figura 15



Área geográfica da Baixada Santista com os limites de São Vicente : fonte: Caderno da Cidade.

No século XXI, os órgãos públicos de São Vicente, ao verem a necessidade de medidas que rompessem o isolamento dos habitantes que lá residem, voltam-se para o outro lado da cidade, para a área continental do município, e procuram atender as exigências de moradia e infra-estrutura que a população solicita.

“Pela forma que as regiões metropolitanas foram constituídas, somente os grandes interesses podem merecer soluções estruturais, duráveis, enquanto para os outros, deixados ao deus-dará, os remédios são apenas funcionais, tópicos, provisórios”. (Milton Santos, 2002: 121).

Depois da Ponte dos Barreiros, criou-se uma outra São Vicente, que se configurou como uma região de oposição à ilha pela própria localização e pelos contrastes de cultura. Foi um período de povoamento e organização territorial, deixados a deus-dará como cita o autor acima.

A Ponte dos Barreiros, como é conhecida pelos moradores da cidade, liga o continente e a ilha e foi construída sobre o canal dos Barreiros, um braço de mar que abriga uma região de manguezais. Demorou cerca de seis anos para ficar pronta e foi inaugurada em 1995 com o nome de Ponte A Tribuna, em homenagem ao jornal santista que relatava as dificuldades dos moradores da região continental para chegar à ilha de São Vicente.

Figura 16



Ponte dos Barreiros que liga continente e ilha. Fonte – Márcia Vale

Nos anos que antecederam o término da ponte, entre 1984 e 1994, os moradores dependiam do TIM (Transporte Intermunicipal), um trem que fazia a travessia por cima do canal, onde hoje se encontra a ponte. Atualmente, essa linha férrea não transporta passageiros, mas somente cargas. Outra forma de chegar à região era de ônibus, dando a volta pela cidade de Praia Grande até a curva do S e utilizando a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega.

A acessibilidade criada pela rodovia não foi suficiente para impulsionar uma ocupação da região em larga escala, pelo menos até o final da década de oitenta. O processo de ocupação deu-se via abertura de loteamentos, pela dinâmica do mercado imobiliário, relacionado com o desenvolvimento das atividades econômicas regionais.

Os interesses dos supostos proprietários da terra e a especulação imobiliária uniram-se à demanda de habitações por parte da população com baixa renda, o que fez crescer o número de domicílios ao longo dos últimos anos do fim do século passado. A área continental constitui hoje um espaço possível para a população, porque o da ilha saturou-se pelo desenvolvimento já ocorrido. Lefèbvre (2001: p. 125) afirma que para “orientar o crescimento do desenvolvimento, portanto na direção da sociedade urbana, isso quer dizer, antes de mais nada: prospectar as novas necessidades, sabendo que tais necessidades são descobertas no decorrer de sua emergência e que elas se revelam no decorrer da prospecção.”

O povoamento da área continental teve início em 1910, com a ocupação daquela imensa área, com 117 Km² de terras e deu-se por conta da estrada de ferro Southern São Paulo Railway, que antecedeu a estrada de ferro Sorocabana e iniciou a construção da linha Santos-Juquiá.

Em 1926, o Governo do Estado de São Paulo comprou todo o patrimônio da Southern e, no ano seguinte, deu início à linha Mairinque-Santos, construída a partir do Km 19 da linha Santos-Juquiá e que entrava pela área continental da cidade de São Vicente.

Nos abairramentos do continente, observamos que todos os bairros ficam próximo às linhas férreas e à Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega, que são as vias de acesso para a região. Os bairros foram assim constituídos e demarcados pela prefeitura porque na época o trem era o único meio de transporte para região.

Na região continental de São Vicente, o contraste cria reflexos e sentidos expressivos de uma população que traz consigo uma cultura originária do norte e nordeste do país, de onde migraram para tentar se adaptar à cidade litorânea, embora não estejam próximos ao mar. A cidade principalmente a cidade grande, é o lócus de todas essas confrontações, por ser também o lugar essencial do afrontamento das forças desencadeadas no processo violento da mudança. (Milton Santos, 2002: p. 124).

Recorrendo a Margarida Limena (2001: 269) “nas utopias urbanas contemporâneas, a cidade se transforma em um atributo atemporal, refutando, as bases de cem anos atrás, em que se assentavam as experiências urbanas sem, no entanto, desvencilhar-se das ambigüidades então presentes”.

Vemos que os habitantes da parte continental de São Vicente utilizam uma estratégia de sobrevivência baseada naquilo que lhes foi transmitido, pelas gerações anteriores, como um atributo atemporal de suas experiências urbanas. Quando instalados, esses moradores passam a adquirir hábitos, costumes e práticas do local em que se encontram como o uso de celular, antena parabólica, computador.

A ambição pelo consumo é uma das marcas dessa dinâmica de vida e mostra aquilo que é representativo para o morador da cidade. Segundo Denise Jodelet in: Bader Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão* (1999: 89), “as representações sociais são construções do ser humano que adquirem caráter expressivo, são elaborações de sujeitos sociais sobre objetos socialmente valorizados”.

Embora estejam próximos à zona urbanizada de São Vicente, com seus inúmeros prédios, inclusive à beira mar, os habitantes da região continental sofrem o efeito da exclusão, um processo acelerado porque, na ilha, não há espaço de moradia que lhes seja acessível.

A região do continente começou a ser povoada em meados de 1930 e, em 2007, soma 150 mil habitantes, uma aceleração populacional significativa. Para Milton Santos (2000: 38) o espaço territorial é o fator determinante que permite a união e a fixação das pessoas na cidade: “as acelerações são momentos culminantes da História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criar o novo. Se o lugar nos engana, é por conta do mundo, nessas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união”.

Desde 1930 tem-se notícias de famílias se alojando nessa região, mas o grande aumento se deu a partir da década de 1980. Antes existia apenas alguns aglomerados de moradias próximas à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55), eixo de ligação da via Anchieta com o litoral sul paulista.

No início, tímidos povoamentos e as famílias que se fixaram no lugar não dispunham de água encanada, rede de esgoto e luz elétrica. Muitas delas ainda residem na mesma casa e foram realizando melhorias.

As terras da área continental antes pertenciam ao Ministério da Agricultura, depois ao Estado de São Paulo, após 1996, devido à proposta da administração da época, ligada ao Partido Socialista Brasileiro, o PSB, os moradores tiveram a posse da terra. A administração pretendia que cada bairro possuísse um gerente morador e administrador incumbido de organizá-lo, instituindo o abairramento. Por quatro anos isso foi feito, mas pelas brigas pelo poder entre os regionais, como eram chamados, o processo não teve continuidade.

O abairramento dessa região não se localiza nas demarcações realizadas pela prefeitura. Os limites das três comunidades estão dentro de bairros, mas não são entendidas dessa forma pelos moradores. Cada bairro ou comunidade sem abairramento começa e termina de acordo com suas próprias demarcações, que muitas vezes são totalmente diferentes das da prefeitura.

A história dos bairros registrada pela prefeitura é oposta ao que os moradores contam, deixando indefinida a real constituição e ocupação do local, que tem como maior atrativo a possibilidade da aquisição da casa própria. É nesse campo social atravessado por contradições de representações que a história social das pessoas que residem na área continental se produz.

As formas de organização social dessas comunidades são entrelaçadas pela religião, moral, família e educação. A formação dos bairros da região continental de São Vicente expressa esse sentimento de reciprocidade, porque seus moradores sentem-se acolhidos pelo local. Tudo se passa como se, ao atravessarem a ponte, encontrassem o aconchego, a segurança de estarem em seu ambiente e longe dos perigos da cidade.

A cidade da qual Milton Santos se refere é a grande cidade, “é – e o será ainda por muito tempo – a escala ou o ponto final das migrações generalizadas, ao mesmo tempo em que não são criados novos empregos e que as preocupações de ordem social não são prioritárias. O resultado pode ser previsto a agravação da chamada crise urbana.” (2002: 124).

A seguir, descrevemos os dez abairramentos que constam na prefeitura e os três que não constam. Nossa intenção é mostrar seus limites territoriais e a formação populacional. Algumas fotos revelam os locais característicos de cada bairro.

2.2 Bairros e suas comunidades

Discorreremos até aqui sobre a formação populacional da área continental, passaremos a realizar uma descrição dos bairros dessa região e as implicações decorrentes desse aglomerado urbano. Margarida Limena (2001: 204) afirma que as crises urbanas não podem ser pensadas como resultado de um processo linear ou determinado, mas como um processo complexo, que requer uma visão macroscópica, capaz de identificar seus atributos, tendências, contra tendências, determinações e indeterminações.” É nesse sentido que percorremos todos os bairros da área continental da cidade.

2.2.1 Samaritá

Figura 17



Foto tirada de cima da ponte sob a estação de Samaritá – Fonte: Márcia Vale

Segundo a Lei Complementar nº2168 do Município de São Vicente, que se refere aos abairramentos que demarcam a cidade, “a Vila Samaritá começa no cruzamento da linha férrea da rede Ferroviária Federal S/A – Malha Paulista, Ramais Paranapiacaba e Juquiá, com a linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, segue por esta até o cruzamento com o prolongamento da linha divisória do loteamento Jardim Rio Branco, junto à Rua 15; deflete à direita e segue por um a linha imaginária traçada perpendicularmente à linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, até o cruzamento com a linha divisória entre os municípios de São Vicente e Praia Grande, no Rio Piaçabuçu; deflete à direita e segue por esta até o cruzamento com a linha imaginária traçada perpendicularmente à linha férrea da Rede Ferroviária Federal S/A – Malha Paulista e a linha férrea da

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, deflete à direita e segue por esta linha imaginária até o ponto de partida”.

O início do loteamento chamado de Distrito de Samaritá, conhecido pelos moradores como Vila Ferroviária, baseou-se no fato de ser uma região belíssima, intocada pelo homem e com paisagens e cachoeiras que encantariam qualquer família que quisesse contato com a natureza.

Seus primeiros loteamentos foram a Vila Iolanda, a Vila Matias e a Vila Emma e apenas este último foi constituído como bairro perante a prefeitura. Os outros dois foram frutos de invasões e estão em estado de precariedade, com trechos ainda sem luz elétrica e esgoto.

Nessa época foi construída a Estação de Samaritá, que permanece inalterada até hoje. A ocupação da área se deu pela proximidade com a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, na divisa com Praia Grande.

Até 1980, apenas uma linha de ônibus fazia o trajeto Santos/Samaritá. A idéia inicial era que Samaritá seria uma área de reserva, com sítios e chácaras em meio à natureza, porém a dinâmica territorial dessa região, ligada aos aglomerados populacionais de São Vicente, levou à formação de bairros no local.

Para Maura Pardini Bicudo Veras, in: *Ciências Sociais na Atualidade: percursos e desafios* (2004: 162), “nos meados dos anos 1980 e nos anos 1990, novo tipo de segregação acompanha a fragmentação urbana.”

Figura 18



Portão de entrada da Estação ferroviária de Samaritá – Fonte: Márcia Vale

As principais atividades econômicas desenvolvidas na década de 1980 foram sempre de pequena expressão para a cidade; ficaram circunscritas à exploração de recursos naturais ou a pequenas atividades agrícolas. Ainda na década de trinta, a Estrada de Ferro iniciou estudos para encontrar um local adequado, próximo a São Vicente, para a instalação de uma estação de embarque.

Figura 19



Foto Atual da Estação de Samaritá - Fonte: Márcia Vale

Armindo Ramos, chefe da estação de trem da Sorocabana, em Santos, resolve comprar doze quilômetros quadrados de terras. Não foram encontrados registros ou documentos que comprovem o dono anterior das terras. Os documentos desapareceram e alguns moradores contam que foi a estrada de ferro que fez a negociação com o governo do estado de São Paulo. A intenção seria a de que Armindo Ramos doasse 18 mil metros para construção da estação, que beneficiaria inclusive a ele mesmo. O acordo foi realizado e a doação concretizada.

Outra versão dos moradores diz que Armindo Ramos ainda doou 800 metros quadrados para construção de uma escola e vendeu ou doou alguns lotes para o início da vila. Os moradores mais antigos relatam que as terras onde está o presídio foram vendidas por ele e também faziam parte do acordo.

Dez anos depois, o vilarejo contava com uma capelinha de madeira, uma venda, a Mussolini, e uma tapera junto ao rio, com plantação de café e banana. Somente em 1968 é que o centro do Bairro de Samaritá começou a contar com alguma infraestrutura: água encanada e energia elétrica.

Os estudos geomorfológicos realizados na época mostraram que aquela área era adequada para a extração de areia sílica, que poderia ser utilizada para fabricação de vidro e, se tratada, de cristal puro. Essa possibilidade, em nenhum momento contribuiu para o processo de urbanização. Aliás, os registros da Prefeitura Municipal revelam somente a extração de areia nas décadas de quarenta e cinquenta. A mão-de-obra empregada era pouco significativa em termos econômicos para a cidade.

As outras atividades extrativas e agrícolas limitaram-se à extração de moluscos e crustáceos nos mangues e à plantação de banana em pequenos sítios. Segundo notícias

do jornal *A Tribuna* (1970), o processo de ocupação da região, entre 1970 e 1980, aconteceu com a abertura dos loteamentos pelo mercado imobiliário, que se encontrava sem saída para grandes empreendimentos na ilha.

A área de Samaritá é parte da província geomorfológica costeira, formada por deposição flúvio-marinhas de origem recente. Extensa parte da área continental é constituída pela planície de Samaritá, de relevo levemente ondulado, com baixas declividades e cortada por rios meândricos.

O nome Samaritá vem do hebraico Sama, que significa desolação, abandono, aridez e deserto. Isso talvez se relacione com a demora no processo de povoamento do Distrito e justifica o fato de o lugar ter sido escolhido pela Rhodia Indústrias Químicas, em meados dos anos setenta, para deposição inadequada de resíduos químicos industriais.

2.2.2 Humaitá

Figura 20



Rua do bairro Humaitá na entrada da Vila Nova Mariana – Fonte: Márcia Vale

Segundo a Lei Complementar nº 408 do Município de São Vicente que se refere aos abairramentos de todos os bairros dentro das demarcações da cidade, “Humaitá começa no cruzamento do prolongamento da linha divisória entre o loteamento Parque Continental e o Conjunto Residencial Humaitá com a rodovia Padre Manoel da Nóbrega; segue pelo eixo desta até o cruzamento com alinha divisória entre os municípios de São Vicente e Cubatão; segue por esta linha pelo Rio Santana, até sua foz; deflete à direita e segue até a margem esquerda do Canal dos Barreiros, e segue por esta e seu prolongamento até o cruzamento com o eixo do Rio Mariana; deflete à direita e segue por esta até o cruzamento com o prolongamento com a linha divisória entre o loteamento Parque Continental e o Conjunto Residencial Humaitá; deflete à direita e segue por esta até a confluência com a Rua D; deflete à esquerda e segue pelo eixo desta até a confluência com a linha divisória entre o loteamento Parque Continental e o Conjunto Residencial Humaitá; deflete à direita e segue por esta até o ponto de partida”.

Situado a 13Km de Cubatão, 23Km de Santos e 8Km da ilha de São Vicente, construído de frente a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, bem no trajeto que liga Cubatão à Praia Grande, o Conjunto Habitacional Humaitá foi entregue à população em 1983 e deu origem ao bairro. Segundo alguns moradores, lá já existiam casas, ruas demarcadas e um pequeno grupo de famílias, oriundas não se sabe de onde, de posse da terra.

Na década de setenta, o Conjunto Residencial Humaitá, da COHAB (Companhia Habitacional do Estado de São Paulo), dá o primeiro grande impulso de ocupação da região e se transforma no maior bairro e o mais populoso bairro da área continental.

Maura Vérias, in *As Artimanhas da Exclusão* (1999: 28) afirma que as décadas de 60 e 70 apresentam no Brasil o enraizamento da pobreza (e a exclusão subjacente), “as pessoas se deslocam do campo esvaziado e buscam melhores condições de vida na cidade. Não são marginais, mas integram as engrenagens produtivas de forma desigual.”

Segundo relatos dos moradores e notícias publicadas no jornal *A Tribuna*, um dos motivos pelos quais esses bairros proliferaram foi à construção do Presídio Regional de São Vicente, situado na área pertencente ao bairro do Humaitá. Inaugurado em abril de 1977, era destinado a aliviar a sobrecarga carcerária da Baixada Santista e a transferir os detentos para longe dos centros urbanos. A edificação deste prédio demorou dois anos, ganhou fama e marcou o lugar pelo apelido de cenourão, devido à cor abóbora com que foi pintado. Em 2006, abriga infratores que praticaram crimes hediondos.

Houve uma forma de isolamento territorial, pois as famílias não encontravam outra solução para moradia e acabavam na região continental da cidade. Trata-se de uma forma de exclusão social. Mariângela Belfiore Wanderley in *As artimanhas da exclusão* (1999: 17) explica que “os excluídos não são simplesmente rejeitados físicos, geográfica ou materialmente do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, pois seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural”.

Humaitá é hoje um dos maiores bairros da região e tem uma das melhores infra-estruturas, com lojas, supermercados, açougues, padarias, locadoras, lanchonetes, duas escolas municipais e uma estadual, todas funcionando com capacidade máxima de alunos. O que falta no bairro são bancos, que só são encontrados no centro da ilha de

São Vicente ou nas cidades próximas. Apesar disso o Humaitá se tornou um local violento, e os moradores antigos, com mais de trinta anos no bairro afirmam que isso passou a acontecer após a invasão da “favelinha”, nome dado a Vila Nova Mariana.

2.2.3 Quarentenário

Figura 21



Início do Quarentenário – Fonte: Márcia Vale

Seguindo a mesma Lei Complementar que se refere aos abairramentos, “o Quarentenário começa no cruzamento do prolongamento da linha divisória do loteamento Jardim Rio Branco, junto a Rua Augusto de Oliveira Santos, com a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, segue pelo eixo desta até o cruzamento com o prolongamento da linha divisória do loteamento Parque Continental, junto a Avenida 2; deflete à direita e segue por esta linha e seu prolongamento até o cruzamento com o Rio Mariana; deflete à esquerda e segue pelo eixo deste até a sua foz; deflete à direita e

segue até a margem esquerda do Canal dos Barreiros e segue por esta até o cruzamento com a linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM; deflete à direita e segue pelo eixo desta até o cruzamento com o prolongamento da linha divisória do loteamento Jardim Rio Branco junto à Rua Augusto de Oliveira Santos; e segue por esta até o ponto de partida”.

Essas grandes áreas estão sujeitas à influência das marés e abrigam grandes porções de manguezais, que ocupam 40% do local, porque o solo vem sendo aterrado desordenadamente para a construção de moradias.

Figura 22



Foto de uma antiga lagoa de manguezais, hoje na entrada do bairro do Quarentenário

A rede hidrográfica que conflui para o Canal dos Barreiros compreende os rios Branco, Piaçabuçu, Mariana, Gragaú e Taquimboque, que desenvolvem percursos meândricos, característicos das baixas declividades da área.

O lençol freático encontra-se em pequena profundidade, geralmente inferior a um metro e, apenas em casos excepcionais, o nível da água está em profundidade

superior a dois metros, o que facilita a contaminação das águas e, conseqüentemente, o aterramento.

O Quarentenário recebeu esse nome porque, durante as décadas de 50, 60 até 70, era uma fazenda de recepção e manutenção do gado proveniente do interior paulista que aguardava cerca de quarenta dias, a chamada quarentena. Caso não fosse constatado nada, o gado era liberado para o abate no Matadouro Municipal de São Vicente e enviado ao Porto de Santos para ser levado a outras cidades do Brasil e também para ser exportado. Nessa época, o meio de transporte naval era mais rápido e lucrativo.

Com o aparecimento de frigoríficos na cidade de Santos houve um desinteresse por aquelas terras; o Quarentenário perdeu rapidamente a visibilidade que possuía, deixou de existir em pouco tempo, suas terras ficaram sem uso, abandonadas e foram reocupadas por grupos que não conseguiam sobreviver na ilha.

A invasão das terras da antiga fazenda Quarentenário fez parecer que haviam encontrado uma solução para abrigar os migrantes. A dificuldade de moradia e emprego leva os migrantes a procurar as terras do Quarentenário para construir suas casas.

O Quarentenário é apenas um exemplo de uma região deixada à mercê de uma ocupação em larga escala. Rapidamente as pessoas chegaram ao local e logo foram buscar parentes, compadres, amigos... Para lá, vieram pessoas de todo o Brasil. Ali elas se deparavam com uma acomodação residencial. As autoridades, por sua vez, não conseguiram retirar os moradores porque mais e mais pessoas chegavam a cada dia.

De início, por imposição do suposto loteador, uma das exigências para a compra do lote eram a construção e fixação de moradia. Caso contrário, a pessoa seria expulsa, perderia o terreno e o barraco seria demolido ou vendido para outro.

Os moradores afirmam que foi reservado um terreno para uma igreja, uma creche e uma praça. Acreditavam na possibilidade de terem uma infra-estrutura de cidade, com luz elétrica, água encanada, escolas, praças e comércio. A fé os movia a procura de melhor condições de vida para si e suas famílias.

Rosamaria Calaes de Andrade (1997: 90) afirma que “a fé enquanto ação é serviço, vivência e participação, partilha e fraternidade.” Os moradores do Quarentenário tinham em suas palavras o sentido do cultivo de seus valores por meio da religião.

Em 1990, os jornais locais publicam notícias de uma região pronta para a construção. Esse lugar seco, plano e próximo ao centro da cidade começa a atrair um elevado número de pessoas, principalmente nordestinos que ali ergueram casebres e instalaram suas famílias ou agregados.

Em 1995, com o término da construção da Ponte dos Barreiros, a ocupação cresceu desordenadamente, aliada ao déficit de moradias da ilha e às dificuldades econômicas da população, o que colaborou sensivelmente para essa explosão populacional. Em março de 2005, houve a tentativa de novas invasões com a queima de grande parte da vegetação nesse percurso, que foi contida pelos órgãos públicos municipais e estaduais.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de São Vicente, o número de famílias já era bastante elevado em 1991 com 150 famílias e cresceu para 3145 em 2000. Oriundos dos mais diversos lugares do Brasil como Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba e Bahia, os migrantes vão sendo absorvidos, apesar da precariedade nas condições de vida.

A falta de água, luz, transporte e condições de higiene deu ao novo conjunto populacional o maior índice de mortalidade da Baixada, com 115,80 mortes por cada 1000 crianças nascidas, conforme dados da Prefeitura Municipal, em 2005.

A implantação de um posto de saúde no Quarentenário terminou por atender os moradores da Vila Ponte Nova também. Ali acontecem palestras sobre aleitamento, alimentação e saúde, alcoolismo e fumo.

Houve a construção de creche e uma escola de educação infantil no bairro, essas melhorias ocorreram quando a Vila Ponte Nova brigava por separar-se do Quarentenário e buscava galgava ser um bairro isolado e administrado por mulheres, o que causava incomodo para algumas famílias.

Atualmente, o Quarentenário tem ruas disformes, é bastante sujo, não possui rede de esgoto, a iluminação elétrica é precária e o transporte alternativo é escasso em proporção ao número de habitantes.

2.2.4. Vila Ponte Nova

“A Vila Ponte Nova começa no cruzamento da linha divisória entre os municípios de São Vicente e Praia Grande, no Rio Piaçabuçu com a linha imaginária traçada perpendicularmente à linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CTPM – na altura do cruzamento com o prolongamento da linha divisória do loteamento Jardim Rio Branco, junto à Rua 15; segue por esta linha imaginária até o cruzamento com a linha férrea da C PTM; deflete à direita e segue por esta até o cruzamento com a margem esquerda do Canal dos Barreiros; deflete à direita

e segue por esta até a foz do Rio Piaçabuçu; segue em linha reta até encontrar a linha divisória entre os municípios de São Vicente e Praia Grande; deflete à direita e segue até por esta até o ponto de partida”.

Figura 23



Imagem da parte da Vila Ponte Nova próxima a linha férrea

Outro bairro que se formou graças à invasão populacional foi a Vila Ponte Nova. Separado do Quarentenário pelos trilhos da FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.), o bairro tem características peculiares quanto aos habitantes. Desde o início, do povoamento do local, a escola centralizou a dinâmica coletiva e aproximou esses moradores dos valores educacionais da ilha.

A travessia da ilha para a Vila Ponte Nova se dá pela Ponte dos Barreiros, um braço de mar que abriga um mangue de águas salobras. A paisagem é privilegiada pelo verde da vegetação que pode ser observado dos dois lados da pista. Segue-se paralelo ao trilho do trem por uma extensa área de aproximadamente 10 km.

Em ambos os lados da pista estão os últimos manguezais preservados da Baixada. Após alguns minutos de carro, avistam-se as primeiras moradias na beira da pista, que nos aproxima da Vila Ponte Nova à esquerda e do Quarentenário à direita. Do lado esquerdo da pista, após duas quadras, fica a escola municipal Raul Rocha do Amaral e, ao fundo, uma praça.

Na Vila Ponte Nova, as casas foram construídas com blocos, poucas são revestidas de cimento ou pintadas. Muros muito baixos demarcam os lotes. Nessas casas, destaca-se o portão, geralmente feito com sobras de madeira, ferro e alumínio.

Para os habitantes da Vila Ponte Nova, a escola é uma forma de aproximação com a ilha de São Vicente “mediatizados pela mercadoria (da terra, dos meios de produção, capital imobiliário), e políticas urbanas não tem favorecido a conquista da cidadania para a maioria.” (Maura Vêras, *in Ciências Sociais na Atualidade – percursos e desafios* 2004: 167).

Antes da ponte, o deslocamento das pessoas para a ilha era feito pela ferrovia, e o trem não tinha parada nem no Quarentenário, nem na Vila Ponte Nova, mas apenas no Jardim Rio Branco, que fica a 3 Km. O tempo de viagem ao centro de São Vicente demorava em média uma hora, o que reduzia as chances de trabalho dos moradores, principalmente para as mulheres que buscavam emprego de domésticas. Tanto a distância como os gastos com transporte mantinham os moradores afastados da cidade e de todos os benefícios que ela pudesse oferecer. Encontravam-se ilhados, sem escola, emprego, saúde e lazer.

Atualmente 30% dos primeiros moradores já não se encontram mais no local. Venderam seus terrenos e se mudaram, e os relativamente novos buscam uma

organização comunitária em prol do bem comum. Uma providência tomada pela população organizada por mulheres foi à construção de um poço coletivo, cavado na direção de um lençol freático, para a obtenção de água. Essa medida foi realizada em oito dos dez bairros.

Com disposição, os moradores começaram a solicitar a parada do trem no local, já que era a única via de acesso ao bairro. Só conseguem após oito anos. O ponto, uma base de cimento, aberta, maior que um ponto de ônibus, foi erguido pela própria população. Essa história é contada por moradores que ainda se encontram no lugar, como o Maguila, falecido em 2002, e Maria Silvina. Dizem que a população construiu com os próprios braços a parada do trem, pois a FEPASA cedeu somente o material, alegando não ter mão-de-obra.

“As práticas humanas que o conceito tentou originalmente captar saem do alcance da vista e são agora “fatores materiais”, a qualidade do “mundo lá fora” que o termo “esclarecer” e que ele invoca para reivindicar sua própria imunidade ao questionamento.” (Bauman. 1999: 7).

Nos dias atuais, o TIM (Trem Intermunicipal) está desativado, ele fazia a ligação da área continental com Santos e São Vicente-ilha. O trajeto demora 40 minutos para ir até Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe.

Os moradores precisaram solicitar energia elétrica à Eletropaulo, pavimentação da pista ao governo do estado de São Paulo e o término da construção da ponte sobre o Canal dos Barreiros para a prefeitura de São Vicente. Sua mobilização e as lutas sociais empreendidas possibilitaram-lhes um transporte rápida para outras localidades.

Apesar de o progresso chegar, houveram muitas lutas sociais como dizem os moradores mais antigos, porque, mesmo com a construção da ponte e a pavimentação da via, não existia iluminação nessa pista até 2000. A lua e as estrelas eram as únicas companhias até a Vila Margarida, primeiro bairro da ilha depois de atravessar a ponte.

Foram instituídos serviços como transporte, água encanada, ruas demarcadas e iluminação elétrica nas casas e ruas. Formaram-se uma rádio comunitária, algumas escolas de ensino fundamental e apenas duas de ensino médio nessa região. Existe ainda a Vila Ponte Nova Instituição Profissionalizante (VIP), uma escola mantida por uma religiosa, a Irmã Dolores, e a ONG Manos Unidos. Situada na Vila Ponte Nova, profissionaliza adolescentes maiores de 14 anos e é dirigida pela própria freira que a fundou e que diz: “A luta pela construção desta escola foi menos árdua que a Raul Rocha do Amaral”.

A Vila Ponte Nova Instituição Profissionalizante (VIP) concretizou-se por ter sido a Vila Ponte Nova alvo dos olhares e preocupações de entidades católicas. Ali a Irmã Dolores exerce de forma política e social seus ideais de fé.

O trabalho comunitário desenvolvido pela Irmã Dolores proporcionou o contato com a Organização Não Governamental (ONG) Manos Unidos, de origem espanhola, que subsidiou os recursos para construção da VIP. Feita em madeira própria e tratada para suportar o salitre local, tem salas de computadores, de datilografia, de corte e costura, de pintura em tecido, de elétrica, de inglês, espanhol, assistente administrativo, todas elas equipadas pelo SENAI. Os membros da ONG quiseram criar cursos que fossem de curta duração.

A escola abriga um ponto de orgulho para a Irmã Dolores: uma pequena padaria. Ela fornece pão para as escolas e creches da região, que funcionam em regime de parceria com a Prefeitura e, ao mesmo tempo, ensina o ofício da panificação aos meninos maiores de 14 anos. Possibilita, também, ligação da coletividade local com os projetos ali desenvolvidos.

As formações das comunidades dessa região tiveram dois propósitos para seus moradores. O primeiro foi à busca por moradia própria, depois pelo emprego. Hoje em 2007 todas as casas já sofreram reformas.

2.2.5. Parque Continental

Figura 24



Praça no início do bairro Parque Continental – Fonte: Márcia Vale

O abairramento do Parque Continental “começa no cruzamento do Rio Branco com a linha imaginária traçada perpendicularmente à Rodovia Padre Manoel da

Nóbrega, na altura do Km 67, segue por esta te o cruzamento com a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega; deflete à esquerda e segue pelo eixo desta até o cruzamento com o prolongamento da linha divisória do loteamento Parque Continental, junto à Avenida 2; deflete à direita e segue por esta e seu prolongamento até o cruzamento com o Rio Mariana; deflete à esquerda e segue pelo eixo deste até o cruzamento com o prolongamento da linha divisória entre o loteamento Parque Continental e o Conjunto Residencial Humaitá; deflete à esquerda e segue por este até o cruzamento com a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega; deflete à direita e segue pelo eixo desta até o cruzamento com o Rio Branco, segue por esta até o ponto de partida”.

Não há registro de quando o Parque Continental começou a ser habitado. O loteamento foi iniciado pelo processo de nº 16295/82 e constituído como bairro em 19 de novembro de 1998. Portanto, não tem dez anos segundo dados da prefeitura e, por isso mesmo, não têm expressividade na região.

Por se tratar de um bairro residencial, seus lotes eram pequenos e o custo inferior aos do Humaitá, um dos bairros próximos. As ruas não são asfaltadas e não há registro oral de moradores antigos; ainda hoje, encontramos uma vasta extensão de terras com grandes arbustos, o que dificulta o trânsito no local.

As casas são simples e os moradores pouco amigáveis, mas, como a grande maioria é da mesma família, são solidários entre eles. Pouco conseguimos descobrir a respeito dos habitantes desse novo bairro. Possuem transporte alternativo, que os leva para São Vicente-ilha.

A esse fenômeno de aparente simplicidade e solidariedade Milton Santos (2002: p. 53) chama de horizontalidade como um resultado da vizinhança, da coabitação, da

coexistência do diverso. Esse jogo afirma ser o de explicar a realização do global e do local.

2.2.6. Jardim Rio Branco

O Rio Branco, nome do rio que originou o bairro, é praticamente um rio de planície e recebe contribuição dos cursos de água da encosta da Serra do Mar, formando lagamares de água salobra devido ao movimento das marés.

Figura 25



A maior parada de transporte do bairro – Fonte: Márcia Vale

Em sua encosta, Rio Branco guarda um trecho conhecido como Jardim Rio Negro, que é fruto de invasões e não é reconhecido como outro bairro pela prefeitura; os moradores separam nitidamente os dois bairros, segundo a fala dos habitantes locais.

O abairramento deste loteamento foi bastante conturbado e continua sendo por ter se dividido, pelos próprios moradores, em Jardim Rio Branco e Jardim Rio Negro, cujas demarcações não têm exatidão.

Segundo dados da Prefeitura, contudo, “o Jardim Rio Negro começa no cruzamento do prolongamento da linha divisória do loteamento Parque das Bandeiras, junto às Ruas Dr. Gustavo Cordeiro Galvão Filho e Pref. Rodolfo Mikulasch, com o Rio Branco, segue pelo eixo deste até o cruzamento com a linha imaginária traçada perpendicularmente à Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega; deflete à direita e segue pelo eixo desta até o cruzamento do prolongamento da linha divisória do loteamento Jardim Rio Branco, junto à Rua Augusto de Oliveira Santos; deflete à esquerda e segue por esta linha e seu prolongamento até o cruzamento com a linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos; deflete e segue por esta até o cruzamento com o prolongamento da linha divisória do loteamento Parque das Bandeiras, junto as Ruas Pref. Rodolfo Mikulasch e Dr. Gustavo Cordeiro Galvão Filho; deflete à direita e segue por esta linha até o ponto de partida”.

O Jardim Rio Branco tem sua história datada de 1979. Nesse bairro foi inaugurado, em dezembro de 2005, o primeiro supermercado da região.

Figura 26



Supermercado CUCA, entrada do bairro Jardim Rio Branco – Fonte: Márcia Vale

Os habitantes da área continental estão unidos pela territorialidade e pela intensidade das relações humanas desenvolvidas nas comunidades. É como se houvesse ali um dentro e um fora. O FORA indicaria tempestades, furacões, ventos congelantes, emboscadas e perigos por toda parte. O DENTRO indicaria aconchego, cordialidade, lar, segurança, proteção. Entre a vastíssima obra de Bauman, versando sobre a sociedade líquida moderna e suas conseqüências, a segurança e a violência nas comunidades destacam as reflexões sobre o espaço e a cidadania (2005: 65).

Já que, para manter o planeta inteiro seguro (de modo que não precisemos mais separar-nos do inóspido “lado de fora”), nos faltam (ou pelo menos acreditamos que nos faltem) ferramentas e matérias-primas adequadas, vamos construir, cercar e fortificar um espaço indubitavelmente nosso e de mais ninguém, um espaço em cujo interior possamos nos sentir como se fôssemos os únicos e incontestáveis mestres. A violência é necessária para torná-las espetacularmente, inequivocamente, gritantemente diferentes. Esse modo, de acordo com o padrão moderno, toda destruição é aqui uma destruição criativa: uma guerra santa da disciplina contra o caos, um ato dotado de propósito, um trabalho voltado a construção da ordem.

Milton Santos (2000: 73) também desenvolve seus estudos na questão da ocupação territorial e chama a atenção “para o peso do lugar, do território (intra-urbano, sobretudo) na questão da cidadania”. Como foi visto no capítulo anterior, São Vicente foi considerada uma cidade dormitório por várias décadas e, hoje, os habitantes da área

continental carregam esse estereótipo que também os desclassifica como se a cidade os marcasse como não-cidadãos.

2.2.7. Vila Emma

Figura 27



Regional onde se concentram os trabalhadores da prefeitura – Fonte: Márcia Vale

Segundo a história contada pelos moradores, ela existe desde a década de cinquenta, em 1952, mas esses dados diferem dos já citados anteriormente porque fazem menção aos relatos dos moradores locais e não aos declarados pelos órgãos oficiais.

De acordo com a Prefeitura Municipal de São Vicente, o Vitório Viquetti loteou sua fazenda e, em homenagem a sua esposa falecida, nomeou o local de Vila Emma. Não há dados sobre como Vitório Viquetti se tornou proprietário das terras.

Figura 28



Ponto final da Vila Emma em 2006 – Fonte: Márcia Vale

A Vila Emma é um dos menores bairros dessa região e, segundo a prefeitura, “começa no cruzamento da linha divisória entre os municípios de São Vicente e Praia Grande com a Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega, segue pelo eixo desta até o cruzamento com a linha férrea da Rede Ferroviária Federal S/A – Malha Paulista, Ramal Juquiá e com a linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos; deflete à direita e segue por uma linha imaginária traçada perpendicularmente à linha férrea da Rede Ferroviária Federal S/A – Ramal Juquiá , naquele entroncamento, até o cruzamento com a linha divisória entre os municípios de São Vicente e Praia Grande; deflete à direita e segue por esta até o ponto de partida”.

É um bairro de pequenos lotes com casas e, mais recentemente, com conjuntos, da COHAB, de prédios de até quatro andares, com apartamentos de dois quartos, garagem, playground, portaria e interfone.

Figura 29



Primeiro conjunto habitacional desse bairro composto de prédios – Fonte: Márcia Vale

Os moradores dos predinhos, como são conhecidos, e das poucas casas se orgulham do bairro por ser pequeno e aconchegante, apesar de longe do centro da cidade. Dependem do transporte alternativo e cuidam da região e das pessoas que lá residem com muita união, conforme relatam vários deles.

2.2.8. Vila Nova São Vicente

“O bairro Vila Nova São Vicente é um dos mais recentes e pertencem à Samaritá; porém a área foi loteada em 1984 através do processo de número 3513 que consta da Prefeitura e da Câmara Municipal de São Vicente pela Samaritá Empreendimentos Imobiliários que começa no cruzamento da linha férrea da Rede Ferroviária Federal Paulista S/A – Malha Paulista, Ramal Paranapiacaba com a Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega segue pelo eixo desta até o cruzamento com o prolongamento

da linha divisória entre os loteamentos Parque das Bandeiras e Vila Nova São Vicente; deflete à direita e segue por esta e seu prolongamento até o cruzamento com a linha férrea da Rede Ferroviária Federal S/A – Malha Paulista, Ramal Paranapiacaba; deflete à direita e segue pelo eixo desta até o ponto de partida”.

Figura-30



Início do bairro: Fonte: Márcia Vale

O bairro fica próximo do Samaritá e mais parece um desmembramento dele. Há uma indefinição sobre quando começou e sobre seu nome. É pequeno em relação aos outros bairros. Suas ruas são largas e de areia branca. As casas parecem fazer parte de um mesmo edifício, são iguais na construção e no tamanho dos terrenos; poucos são os casebres de madeira.

2.2.9. Parque das Bandeiras (Gleba I e Gleba II)

Figura 31



Início do Bairro Parque das Bandeiras, gleba I – fonte: Márcia Vale

Este bairro foi loteado por Eduardo Celso Santos, em 1969, por meio do processo de nº 509, que consta da Câmara Municipal de São Vicente. Nasceu da necessidade de manter os trabalhadores e suas famílias residindo próximos à Refinaria Presidente Bernardes, que funcionava em expansão nessa época.

O Parque das Bandeiras, Gleba I, foi estruturado e entregue com ruas asfaltadas e os terrenos continham metragem quadrada equivalente, depois tendo sua segunda etapa também pavimentada e conhecida como Gleba II; “o bairro começa no cruzamento da Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega com a linha divisória entre os municípios de São Vicente e Praia Grande, segue por esta até o cruzamento com o Rio Branco; deflete à direita, segue pelo eixo deste até o cruzamento com o prolongamento da linha divisória do loteamento Parque das Bandeiras, junto as Ruas Dr. Gustavo Cordeiro Galvão Filho e Pref. Rodolfo Mikulasch; deflete à direita e segue por esta linha e seu prolongamento até o cruzamento com a linha férrea da Companhia Paulista

de Trens Metropolitanos; deflete à direita e segue pelo eixo desta até o cruzamento com a linha férrea da Rede Ferroviária Federal S/A – Malha Paulista, Ramal Paranapiacaba; deflete à direita e segue pelo eixo até o cruzamento com o prolongamento da linha divisória entre os loteamentos Parque das Bandeiras e Nova São Vicente; deflete à direita e segue por esta e seu prolongamento até o cruzamento com a Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega; deflete à esquerda e segue pelo eixo desta até o ponto de partida”.

Este loteamento, Gleba I se estruturou e, atualmente, é reconhecido pelos moradores como um dos mais avançados em termos de infra-estrutura. Fica do lado esquerdo da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega para quem vem da ilha para o continente.

Entre 1975 e 1980, foi aprovado o loteamento do Parque das Bandeiras Gleba II, localizado do outro lado da mesma rodovia, já na encosta da Serra do Mar, por isso até hoje somente as ruas principais são asfaltadas. As travessas são de areia branca, suas casas e terrenos são grandes em comparação com outros bairros. Na Gleba II, temos a sensação de estar no interior, nos quintais das casas há árvores frutíferas e, nas ruas, cavalos, dando a impressão de sítios.

Henri Lefèbvre (2001: 26) sustenta que “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita, mas deve ser entendido como o direito à vida urbana transformada e renovada. A globalização suscita nos seres humanos uma necessidade de bens e serviços”.

Figura 32



Foto da Gleba II, ao final do bairro o Rio Mariana. – Fonte Márcia Vale

Neste bairro o desenvolvimento corresponde à busca pelos bens e serviços como: segurança, emprego, lazer e moradia e são transformados e renovados no próprio bairro perante seu crescimento em termos de comércio, alimentação e lazer, espaço e mão-de-obra.

2.2.10. Vila Nova Mariana

Este bairro é constituído em cima do Rio Mariana, o que causa grandes degradações ambientais e no abastecimento de água para a população.

Nada consta sobre seu loteamento ou história, sabemos apenas que, em julho de 2003, foi assinado o abairramento solicitado pela Lei Complementar nº 216, de 23 de agosto de 2002; e sem motivo aparente.

Figura 33



Vista aérea do bairro: Fonte: Márcia Vale

O bairro começa no “cruzamento da linha divisória entre o loteamento Parque Continental e o Conjunto Residencial Humaitá com a Avenida C; segue pelo eixo da Avenida C até a confluência com a rua D; deflete à direita e segue pelo eixo da Rua D até a confluência com a linha divisória entre o loteamento Parque Continental e o Conjunto Habitacional Humaitá; deflete à direita e segue por esta até o ponto de partida”.

A Vila Nova Mariana, que se localiza após o Humaitá, é conhecida como Favelinha, pois abriga pessoas em extrema pobreza, vivendo sem a menor noção de higiene. Têm dificuldade de relacionamento com a população de outros bairros, mesmo os mais próximos, como Humaitá. Não permitem que qualquer pessoa circule nas ruas estreitas do local, ficando sujeitas à morte caso não sejam bem vindas. A estrutura social que ali se instituiu busca apenas moradia e escola para os filhos.

Lefèbvre (2001: 116) descreve que “toda cidade possui dois territórios”. No caso dos habitantes da área continental, um desses territórios é representado é representado por ele. No Humaitá, os moradores usam a escola como representação de melhoria de vida para chegarem ao outro território.

O bairro Vila Nova Mariana, aprovado pela Câmara em 2006, é o último local em que foi realizado o abairramento pela Prefeitura Municipal de São Vicente. Embora sem rede de esgoto e saneamento básico, ali as casas vão se amontoando e se subdividindo para abrigar os novos relacionamentos que se criam entre os habitantes.

Figura 34



Entrada do bairro: Fonte: Márcia Vale

A cultura de serem hostis na primeira conversa, existe no bairro e é vista em outros bairros também formados por invasões é fruto do medo de serem retirados do local. Afinal, eles sabem que estão em uma área de preservação ambiental. “De qualquer modo, o divórcio ocorrido entre a ordem natural e a cultural foi responsável

pela alienação do homem de sua condição genérica, incumbindo-o da faústica missão de dominar e destruir o mundo natural”. (Edgar de Assis Carvalho, 2003: p. 45).

Para Edgard, ainda que as políticas de preservação enfrentem limitações, é preciso se definir o lugar de preservação e o lugar que deveria ocupar neste novo século. É necessário ter uma consciência sócio-política-cultural que sirva de orientação ao ser humano e que supere o paradigma do progresso desmedido que obriga os homens a invadirem regiões essenciais e sobrevivência dele mesmo.

As fotos a seguir mostram a invasão e destruição do homem ao entrar pelo Rio Mariana, que abastece parte da Baixada Santista. As casas ficam escondidas no meio da mata, causando impacto ambiental no local. Essas imagens só são vistas quando conseguimos chegar perto da beira do rio.

Figura 35



O término do bairro que beira o Rio Mariana – Fonte: Marcia Vale

O sentido de comunidade mencionado por Bauman (2005: 11) traduz o estado de isolamento de pessoas que só se sentem seguras e livres enquanto estiverem no local que acham ser protegido. Parecem usar formas de experimentações as mais diversas

para lidar com aquilo que as cerca. É o que Bauman descreve como identidade alternativa, ou seja, ora assumem uma identidade, ora cobiçam e manifestam outra.

Figura 36



Casas construídas em cima do Rio Mariana, no interior do bairro – Fonte: Márcia Vale

As fotos mostram o avanço das casas na mata ao redor do Rio Mariana. Esses habitantes vivem em estado precário de saúde e higiene, embora busquem a legalização das habitações. Não sabem informar nenhum detalhe legal sobre o assunto ou se os órgãos públicos têm planejamento para construir ruas e praças no local.

Figura 37



Depósito de carro velho – Fonte: Márcia Vale

Não existe posto médico no bairro, mas o do Humaitá foi ampliado para servir os moradores. As autoridades públicas não podem ir até o bairro, porque são ameaçados com palavras e até com armas de fogo. Nenhum membro do Poder Público soube explicar porque esse local foi constituído como bairro, já que se localiza em cima de um rio; quando questionados afirmam que a regularização lhes foi solicitada.

A constituição da identidade social os coloca como representantes de um processo de desvalorização. Essas pessoas evidenciam a construção de uma nova comunidade formada por um lado de uma identidade que se assemelha àquela dos locais de onde se originaram, e por outro procura adequar-se à nova situação em que vivem.

Em nosso mundo fluído, comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado. As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter. É justamente o contrário: é porque somos incessantemente forçados a torcer e moldar as nossas identidades, sem ser permitido que nos fixemos a uma delas, mesmo querendo. (Bauman, 2005: 96-7).

São inúmeros os mecanismos de sobrevivência desenvolvidos por esses habitantes e, por isso, eles devem ser citados todas as vezes que se fala em área continental da cidade de São Vicente. Lá a mortalidade de crianças e mulheres é muito alta, mas sem registro por parte dos órgãos públicos; as doenças (hepatite, dengue, entre outras) são tratadas com benzimentos e chá, o que ocasiona óbitos. O abairramento da Vila Nova Mariana não deve ser visto como natural, a responsabilidade sobre a situação que se instalou no local é de todos.

2.3. Comunidades sem abairramento

A pesquisa nos mostrou que estes aglomerados populacionais ainda não constituídos como bairros almejam como os outros viver em um lugar sem transtornos e essas esperanças possam vir a ser realidade fecundas em uma outra forma de pensar a cidade e a constituição dos abairramentos. Veremos onde estão localizados e como criam mecanismos de sobrevivência.

2.3.1. Jardim Rio Negro

Figura 38



Casa típica desse bairro – Fonte: Márcia Vale

Esta comunidade fica às margens do Rio Branco, com suas casas situadas nas baixas do rio, portanto, nas áreas de mangues. A população não tem a posse da terra porque é uma área de invasão. Seus moradores não compraram os terrenos e moram em

áreas impróprias, sem perceber ou entender degradam o meio ambiente. As áreas de manguezais constituídos de água salobra são raras na região da baixada santista.

O Jardim Rio Negro é o mais populoso dos bairros invadidos e com a pior adequação territorial das famílias: a maioria das casas, cerca de 90%, é de madeira, compensado, zinco e madeirite. A precariedade é grande, porque as pessoas ficam distante do transporte, das mercearias, quitandas ou mercados e também longe das escolas. Segundo dados fornecidos pela prefeitura, (censo escolar 2007), cada casa possui pelo menos cinco crianças, das quais quatro nasceram em casa, sem nenhum cuidado hospitalar.

O índice de mortalidade infantil é alto. As mulheres menores de dezoito anos já passaram pela maternidade e não possuem o ensino fundamental completo. As crianças em idade escolar faltam muito às aulas e cerca de 70% estudam na escola municipal José Meireles, localizada no bairro Quarentenário ou, como eles dizem, no areião.

Os moradores são hostis e de poucas palavras. Encontramos alguns bares, chamados por eles de botecos, em que os homens não permitem a entrada de mulheres. Algumas vezes, em conversas e bate-papos nas residências, fomos surpreendidos por outros moradores avisando para não sairmos na rua e que ninguém tentasse sair do bairro naquele momento. O bairro é um dos mais violentos. Ali são disparados tiros para conter brigas entre vizinhos ou entre familiares, algumas vezes pela posse de mulheres e seus filhos, outras por simples discussões.

2.3.2. Vila Iolanda

Outra comunidade que não consta dos abairramentos da prefeitura é Vila Iolanda. Também fruto da invasão, fica próximo à linha férrea, do lado oposto a Vila Ema e é composto de pequenos sítios.

Figura 39



Sítio a beira da estradinha, residência típica desse bairro – Fonte: Márcia Vale

Neste bairro os moradores pouco se conhecem ou se comunicam, escolhem seus pedaços de terra e vão construindo aleatoriamente; a grande maioria trabalha na ilha e apenas vem para casa à noite e, em muitas casas, as crianças ficam sozinhas durante o dia. Os irmãos mais velhos, com cerca de dez a doze anos, cuidam dos mais novos.

Seus moradores são rudimentares e obtiveram a posse da terra por estarem no local há mais de dez anos. Em todos os sítios visitados haviam pessoas idosas morando sozinhas, casais e conhecidos que acabaram tendo uma vida conjugal.

2.3.3. Vila Matias

A Vila Matias deveria ser um loteamento após Samaritá; os moradores demarcaram o local por conta própria e aguardam até hoje a regularização oficial. Dividido da Vila Iolanda pela linha férrea, o espaço territorial desses dois bairros é pequeno, mas com terras para a construção de novas casas. A prefeitura tem uma escola com o endereço de Vila Matias, mas, na Câmara Municipal não consta o abairramento.

Figura 40



Início do bairro – Fonte: Márcia Vale

O local é indefinido e não há concordância sobre onde inicia e onde termina. Os moradores são idosos e muitos afirmam estar ali há cinquenta anos. Na entrada do bairro antes de atravessar a linha férrea, há um bar freqüentado por homens e que marca o início do suposto bairro.

Capítulo III

ÁREA CONTINENTAL

CONTADA

POR SEUS MORADORES

Mãos dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros.

Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,

não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,

não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,

não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,

a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade

3.1. Fundamentos da oralidade

Este capítulo utiliza os procedimentos da História Oral e aprofunda alguns referenciais teóricos. A pesquisa demonstrou o diálogo entre os sujeitos da história, o conhecimento e a interpretação da vida social porque: “O trabalho de História Oral em uma perspectiva sociológica deve ter por base um projeto de pesquisa. Um projeto de História Oral parte de um objetivo claramente definido, de uma questão que se procura responder a partir dos dados coletados, ou seja, dos documentos oriundos das fontes orais pesquisadas. A *história oral de vida* é o relato de uma pessoa sobre sua existência no tempo. Esse narrador conta livremente sua vida, imprimindo-lhe um ordenamento e selecionando ele mesmo o que quer relatar”. (CERU, (Lang, Campos e Demartini – org. 1998: 36).

A pesquisa não discute apenas a visão da realidade cotidiana dos moradores da área continental de São Vicente, mas a interpretação de suas vidas e as representações delas decorrentes. Foi significativo o número de relatos colhidos ao longo de quinze anos de pesquisa e que aprofundaram os vínculos entre habitantes e pesquisadora.

Otávio Cruz Neto, in Maria Cecília de Souza Minayo (org.) *Pesquisa social*, (2003: 51-2) define que:

Nas ciências sociais, tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade não só de aproximação, mas também de conhecimento da realidade que se está estudando. Essa forma de investigar a realidade é construída nas possibilidades e nos limites das diversas realidades existentes

no cotidiano social e que permitem um vasto leque de procedimentos e descobertas.

Meihy (2007: 16) conceitua História Oral como sendo:

Um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história de tempo presente e também reconhecida como história viva. O que mais vale em História Oral de vida são as versões individuais dos acontecimentos montados a partir das narrativas que se inspira em fatos que admitem a interpretação de cada um em particular com suas fantasias, omissões, distorções; versões únicas. É preciso entender que os relatos apresentados nesta tese são decorrentes de narrativas que dependem das contradições naturais de cada ser humano.

Como prescreve Meihy e Holanda (2007) as versões individuais quando estudadas nos relatos resultaram em descobertas sobre as representações sociais dessas comunidades. Os relatos mostram a representação simbólica das comunidades que vivem na região continental de São Vicente. Os registros dos depoimentos para a pesquisa se efetivaram em conversas informais e roteiros não estruturados. Quanto maior foi o tempo de convivência com os grupos, mais o diálogo fluiu, podendo-se perceber com mais acuidade e isenção os seus costumes, pensamentos e ideais.

Como a qualidade e a profundidade das informações variam de acordo com os grupos estudados e com o tempo de permanência em campo, houve variações de bairro

para bairro uma vez que a formação habitacional varia de época e também de local de migração. Uma outra variável é o tamanho das famílias que residem em cada casa, detalhe observado nas diferenças existentes entre os bairros loteados e os invadidos.

Meihs e Holanda (2007: 40) define com clareza “que, perante a etnografia, a boa resolução da pesquisa em tradição oral implica na descrição minuciosa do cotidiano e de suas inversões. A complexidade da tradição oral reside no reconhecimento do outro, nos detalhes explicativos de sua cultura”.

Em História Oral descrever a lógica da estrutura do parentesco, dos tipos de alimentação e do ordenamento social nos processos de celebração, de cerimônias e de religião relativos ao cotidiano das comunidades são atividades que implicam na compreensão desta pesquisa.

O significado do ser humano e de suas famílias nas coletividades estudadas acontece dentro de cada bairro em que fixaram moradia; Silvio Kaloustian defende que é na família que se estruturam as atitudes e formas de lidar com a sociedade, é procedente afirmar que essa estrutura pode ser vista nas comunidades da área continental de São Vicente. (2001: 92).

Uma característica da pesquisa de História Oral é que a memória individual de seus personagens acaba por identificar as pessoas na sociedade. A relação social entre os seres humanos e a formação das comunidades estudadas se articula com a vida coletiva da sociedade vicentina e com os processos de constituição simbólica nos quais esses sujeitos lutam para dar sentido a convivência na comunidade. Nela encontram seu lugar e formam uma identidade social, verbalizada pelos relatos descritos neste capítulo.

Nesse sentido, Meihs e Holanda (2007: 44) mostram:

A percepção de que uma narrativa centraliza o narrador, que passa a ser a origem dos acontecimentos, gera sempre uma sensação de importância social com a qual muitas pessoas não estão habituados. Lembrem, ainda, que nada deve ser espontâneo num encontro de História Oral. Apenas a liberdade de fala deve gozar de prerrogativas descontraídas.

Para compreender essas comunidades e a forma com que constituímos as anotações dos relatos nos reportamos a Lévi-Strauss quando afirma que “as culturas humanas diferem entre si” (1993: 330 4ª ed.). Na 4ª edição da tradução de *Antropologia estrutural dois* o autor embora preocupado com o homem esmagado pela conquista de seus territórios em uma sociedade não capitalista é deserdado de suas tradições culturais e nos atenta para a natureza dos fatos que estudamos. Nas falas dos moradores da área continental de São Vicente percebemos os sonhos para um futuro próximo e também as dificuldades do presente, parecendo desorientados quanto as suas tradições.

No caso dessas comunidades os habitantes encontram segurança e acolhimento, são ouvidos, porque suas manifestações culturais convergem para o mesmo interesse, pois compartilham os mesmos anseios e dificuldades. Nas comunidades Bauman (2003: 75) destaca a questão do reconhecimento como algo fundamental para os processos sociais participativos.

Sempre que a questão do reconhecimento é levantada é porque certa categoria de pessoas se considera relativamente prejudicada e não vê fundamento para essa privação. Baixos padrões de vida por mais infames, miseráveis e repulsivos para um observador de fora, foram

em geral suportados com humildade e não levaram à resistência quando duraram por longo tempo e foram incorporados pelas vítimas como naturais. A busca da felicidade e a esperança tornaram-se a motivação principal da participação do indivíduo na sociedade, nas comunidades.

Neste capítulo percebemos que o hábito de contar histórias sobre a própria vida veio dos mais velhos, o que permitiu a transmissão de conhecimento e de informações que passaram de uma geração para outra e desenvolveu a memória e as lembranças que fornecem sentido as formas de comportamento e organizam o sentimento do pertencimento.

A migração traz conseqüências na vida das cidades urbanizadas, como é o caso de São Vicente-ilha, em que sua oferta de bens e serviços é pólo de atração dos moradores da região continental. Em seus relatos, afirmam: *“Nós vamos para São Vicente, lá tem de tudo bom e barato.”*

Essa fala de Marcelina mostra que para esses moradores seu local de residência é algo negativo, só o aceitam pela aparente facilidade de aquisição de moradia, embora sejam seduzidos pela vontade de consumo que se encontra presente na ilha.

Para Maria Cecília Minayo (2003: 15), “a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela”.

Para os habitantes da área continental de São Vicente a realidade social revela relacionamentos e representações que provocou neles uma idéia de progresso descritas

por eles como sendo a propriedade da casa, da família, do emprego e da escola para os filhos.

Nas entrevistas que realizamos, as falas dos habitantes da área continental foram consentidas e jamais impostas. Ocorreu um entendimento entre as partes, o que, de acordo com Meihy e Holanda (2007) destacam que além dos momentos de sua realização prática, a finalização para o seu entendimento e uso são fases da História Oral.

Segundo esses autores, nos projetos de História Oral, os colaboradores são elementos ativos na relação entre as duas partes. Tanto é colaborador quem narra como quem registra. As falas desses moradores aconteceram sempre dentro do bairro de moradia em conversas nas ruas e portas das casas, em escolas e bares. Não nos interessou cada palavra dita, mas o contexto em que eram proferidas.

As transcrições da oralidade para a escrita assumem uma intenção de coerência e entendimento. É impossível transcrever com fidelidade absoluta todas as falas, visto que as entonações, os cacoetes e os regionalismos não se fazem presentes. Kermode, in *História Oral: como fazer, como pensar* (2007: 135) alerta para a transcrição absoluta e diz textualmente: “no minuto em que se começa a escrever, tenta-se fazê-lo bem e escrever bem é uma atividade que não tem relação com a verdade absoluta.”

Para Danilo Marcondes, in *História Oral* (2007: 137), a linguagem é ponto de partida, pois é essencialmente dialógica, e a troca lingüística é regida por um período de cooperação, ou seja, falamos para sermos entendidos. Ao transcrever os diálogos obtidos na pesquisa temos como pano de fundo esse objetivo nem sempre fácil de ser alcançado.

3.2. Pluralidade das narrativas

Procuramos, a seguir, expor as falas dos moradores tiradas dos cadernos de campo, onde constam as nossas impressões sobre as conversas e diálogos, bem como nossos vínculos com os moradores. Meihy e Holanda (2007: 152) descreve “que o caderno de campo deve funcionar como um diário íntimo, em que são registrados até os problemas de aceitação das idéias dos entrevistados, bem como toda e qualquer reflexão teórica decorrente de debates sobre aspectos do assunto”.

Para esta pesquisa é a possibilidade de um diálogo freqüente que garante a evolução. Optamos por esta forma de armazenar os relatos dos moradores porque se tornou um arquivo que traduz os sentimentos, os medos e as perspectivas dessas pessoas.

Os empregos, os subempregos e ainda os “bicos” ou empregos temporários como eles citam refletem o modo de vida dos habitantes da área continental. Ali, o nível de inadimplência nos crediários é alto, porque as prestações não findam quando eles perdem o trabalho. Carlos, um dos moradores que vive desses bicos fala: *“Quando tenho compro alimento para dona encrenca e a família e quando sobra pago as contas. Eu disse para ela não comprar, mas não adianta falar, por isso a gente vive endividado.”*

Quando falta o poder monetário de compra, deixam de cumprir prazos de dívidas. O ganho mensal deles é oscilante, porque às vezes ganham por produção e outras por dia trabalhado. O fato de serem classificados como pobres, sem escolaridade, nordestinos, excluídos e inadimplentes não interfere na dinâmica de vida das

comunidades da área continental, como mostra a fala da Josenilda, operaria não registrada na carteira de trabalho e moradora de um dos bairros:

Eu sou diarista, mas tenho referência. Não sei ler e escrever muito bem, mas a D. Miriam me deixa atender o telefone. Minha patroa, D. Miriam, gosta muito da minha limpeza, não reclama não, até me deixa anotar os recados e liga se fizer precisão; ela é bacanona e anda na estica. Ela é muito boa para mim.

Os depoimentos anteriores traduzem a representação do outro em relação a eles mesmos. Deixa claro a aceitação do fato de ser doméstica de pessoas que ela imagina serem abastadas, mas, revela sobre si mesma a sua condição de inferioridade.

“Quando nós falamos em representações sociais, a análise se desloca para um outro nível; ela já não se encontra no sujeito individual, mas nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social”. (Guareschi e Jovihelsvitch, 2003: 79).

As afirmações de Josenilda e de Carlos mostram o tipo de vida dos moradores da região, que, em sua maioria, fazem compras em uma das casas mais populares de São Vicente em vendas de móveis e eletrodomésticos de baixo e médio custo, as Casas Bahia. Com o atrativo de prestações baixas, mas por um período de tempo grande, que varia entre 18 e 36 meses, as Casas Bahia não exigem comprovação de renda, mas seus móveis e objetos se deterioram com facilidade, desmontam e precisam ser substituídos.

Ritona, como é chamada pelos moradores do bairro, fala: “*Já troquei os móveis da casa para o Natal e só começo a pagar ano que vem; fica baratinho.*”

O sucesso dessa empresa é tal que, em dezembro de 2005, ela inaugurou no centro de São Vicente mais uma dessas lojas, em que 87% das vendas são destinadas aos moradores da área continental. Outras lojas e supermercados também descobriram a ânsia de consumo desses moradores, como é o caso do supermercado Cuca, que recentemente abriu uma enorme loja na entrada dos bairros Jardim Rio Branco e Humaitá.

A migração dessas pessoas foi ocasionada pela procura de emprego e moradia, eles são oriundos do norte e nordeste do país, segundo dados do último censo de 2006, realizado nas escolas. Essa migração se deu pelo anseio por melhorias que a vida em sociedade moderna pode proporcionar dúvidas desse processo. José, um dos moradores mais antigos de Samaritá (hoje falecido), sempre contava:

Minha família veio para São Paulo para ter uma vida melhor; aqui é bem diferente do sertão, mas, também falta água no verão. Eu moro aqui há mais de quarenta anos e este ano fiz o muro da minha casa porque tinha que dormir com a garrucha.....dei tiro em muito cabra neste terreno, por isso resolvi colocar os muros de bloco.

O sentido do relato acima é usado para explicar as mudanças sociais que os moradores vêm sofrendo na região do continente em São Vicente. As sociedades constituídas nas comunidades que vêm se desenvolvendo é a repercussão da desordem social citada por Bauman (1998: 48). Eles sobrevivem na indefinição do que poderão lhes acontecer em relação a emprego, moradia, alimentação e escolaridade.

Chica, moradora do Jardim Rio Negro, conta que, “*todo mundo é comadre e um ajuda a outra para cuidar das crianças. Uma de nós leva várias crianças de uma só vez para escola e outra, que pode, vai buscar; na volta sempre tem comida ou pão fresco para comerem*”.

Os novos bairros vão além de Samaritá e são formados por famílias vindas do Sergipe e Pernambuco ou de uma mesma região do Brasil. Esse é um fator de aproximação para eles, sentem-se parentes e se ajudam mutuamente.

Uma peculiaridade desse contexto é o bairro Parque das Bandeiras, onde as terras foram loteadas para serem vendidas aos trabalhadores de baixa renda das indústrias de Cubatão, mais especificamente da Refinaria Presidente Bernardes.

Segundo o senso escolar em 2006 o índice salarial é o mais alto da região continental. A média é de cinco salários mínimos, mas a individualidade é bastante evidente e a representação coletiva, fragmentada, não há o espírito de união presente nas outras comunidades mencionadas nesta tese. Muitos de seus moradores jovens cursam graduação em alguma universidade da região. “As representações sociais são as produções culturais de uma comunidade”. (Martin Bauer, in *Textos em Representações Sociais*, 2003: 229)

A oferta e procura de mercadorias por esses moradores compreendem aquisições de classe média, por exemplo, televisão de vinte e nove polegadas, sofás, estantes, tapetes, mesinha de centro para a sala, cama e guarda-roupa combinados, microondas, celular e um carro da Volkswagen, de preferência um Gol, que é uma demonstração de poder de compra.

Maria Auxiliadora, mãe de oito filhos, coloca-se como uma pessoa de classe alta no local em que mora e descreve sua representação de vida assim: “*Sou uma mulher de sorte, meu companheiro já comprou T.V. grande, micro-ondas, máquina de lavar de segunda-mão, mas está novinha e um telefone e agora um carro equipado com vários enfeites como som, tapete, tudo funcionando. Trata-se de um gol verde, ano 1983.*”

Essas pessoas acreditam que o poder financeiro poderá igualá-los aos habitantes da ilha. As mulheres mais velhas que vivem de pensão ou que os filhos dão dinheiro para ajudar nas despesas da casa, adoram comprar panos de mesa e tapetes, dizem que é para enfeitar a casa, além de tudo aquilo que pode ser comprado e vendido nas lojas de um e noventa e nove (R\$1,99) como dizem quando se trata de objetos de consumo rápido e de menor valor, como material escolar, pano de prato, balde, panos para limpeza e enfeites das casas.

Esta pesquisa utiliza o chamado progresso cultural como mediação explicativa das representações coletivas do grupo estudado. Como considera Claude Lévi-Strauss “todo progresso cultural é função de uma coligação entre as culturas. Esta coligação consiste na partilha consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntária, intencional ou acidental, desejada ou imposta das chances que a cultura encontra em seu desenvolvimento histórico.” (1993: 363 – 4ªed.).

A convivência na região do continente nos mostrou a coligação entre as culturas citada por Lévi-Strauss e nesta pesquisa observada na obediência entre pais e filhos, na necessidade de manter as características alimentares, na forma de lidar com a escola e o conhecimento proferido por ela. Apesar da distancia entre a época em que o autor escreveu o livro e esta pesquisa, percebemos traços de uma população caracterizada pela diferença cultural mencionada na obra e por este motivo utilizada.

Em São Vicente-continente, a cultura justifica os elos de conduta, hábitos e costumes da cidade em que aqueles moradores nasceram e, ao mesmo tempo, a tentativa de se adaptar a cultura local. Um exemplo disso é o fato de Esmeralda e suas vizinhas terem sempre ervas no quintal da casa como: arnica, hortelã, quebra-queixo e boldo. Habitadas a fazer chás e remédios com essas ervas cultivam esses hábitos vindos das cidades de nascimento onde o uso de medicação é escasso.

A alimentação do norte e nordeste do país também difere dos hábitos alimentares da região sudeste e do estado de São Paulo. O consumo de farinha e carne de sol é maior no continente e preferem cozinhar com banha animal a óleo vegetal. Fabricam pão caseiro e também se utilizam de muita mandioca e tapioca.

O convívio, a alimentação e as formas de tratamento vão sendo adaptados. Em nossas visitas à região, observamos esses fatores e ainda o fato de acreditarem nas marcas para representarem boas vestimentas.

Usam o antigo quaradouro para cuidar de roupas brancas que são colocadas ao sol como faziam as lavadeiras para que a roupa permanecesse branca, isso antes da comercialização da máquina de lavar e de produtos que clareiam as roupas.

As falas desses moradores descrevem suas perspectivas e desejos mais profundos, como a de Francisca Yolanda, uma das primeiras habitantes do Parque das Bandeiras: *“Nós vamos ser o melhor bairro da cidade, nós somos um montão de muita gente trabalhadora”*. Nesta pesquisa a representação social é um exemplo da produção cultural das comunidades como citado por Martin Bauer anteriormente.

Nesse contexto, a História Oral (2007) ganha destaque como recurso que se insere na experiência de vida dos cidadãos comuns, possibilitando repensar as condições de vida coletiva, a função da resistência pressupõe uma segmentação social que mantém sua autonomia resistindo às inovações simbólicas que ainda não foram reproduzidas.

Segundo dados da Câmara Municipal de São Vicente, foram os loteamentos que os formaram, porém isso não coincide com a declaração de moradores, como a do Jairo, que diz ter ido para Samaritá ainda bebê, em 1925, e, portanto conhece aquele local: *“Aqui eu conheço todo mundo e ainda cada cantinho de terra, praticamente nasci aqui; muita gente me deve favor e mora aqui porque eu e minha família ajudamos e enquanto eu viver ajudo todo mundo que puder”*.

Falecido em 2006, Jairo trabalhou na subprefeitura e, no dia em que conversamos, o assunto girava em torno dos impostos e dos possíveis benefícios que eles geram (escolas, postos de saúde, entre outros). Jairo acreditava nesses benefícios e lutava por eles. Ele se encontrava com a saúde abalada pela bronquite asmática, além de problemas cardíacos.

Do diário de campo, retiramos a seguinte frase sobre a posse da terra do Maguila, ex-morador do Quarentenário, assassinado em 2000, quando dormia em sua

casa durante a noite: *“Essa terra, ninguém me deu não, eu tomei no braço. É nela que criei meus filhos e cuidei da patroa, nenhum filho da puta vai cobrar por ela.”*

O Maguila, como era conhecido, foi para a região do Quarentenário em meados dos anos 60 e passou a se intitular dono das terras: vendia ou trocava alguns metros quadrados com famílias do seu interesse. Por ser um homem bastante rude, tinha sempre consigo uma arma ou punhal e alguns guarda-costas. Cultivou mais inimigos do que amigos e, durante muitos anos, tentou impedir a construção da Escola Raul Rocha do Amaral, contam alguns moradores.

Para esses moradores, Maguila era um homem muito bom desde que fossem seguidas suas ordens. Outros revelam que, ele era o dono do tráfico na região. O fato real é que foi assassinado, não houve investigação nem muito alarme sobre o ocorrido e até hoje Márcia, sua esposa, não pode voltar à região. Mudou-se para um pequeno apartamento no centro de São Vicente e passou a trabalhar no Departamento de Merenda Escolar.

No lugar da Escola Raul Rocha do Amaral, o Maguila queria construir um posto de gasolina e, por várias vezes, retirou dali o material de construção. Houve um embate corporal e, depois, os moradores de um lado da linha férrea não passavam para o outro lado; separou-se, assim, a Vila Ponte Nova e o Quarentenário. Os administradores desses dois bairros não conversavam e, nas reuniões coletivas na prefeitura, ficavam sempre em lados opostos até a morte do Maguila.

Contam alguns moradores que filhos do Maguila residem no local e tentam continuar o trabalho do pai. Existem ainda os filhos fora do casamento que travam uma briga no bairro por direitos sobre as terras do pai

Oposto ao relato do Maguila, o fato ocorrido com a própria pesquisadora destaca a inocência com que muitos desses habitantes agem: acreditam na palavra proferida e na simpatia das pessoas, não questionam, não desconfiam e deixam entrar qualquer um em suas casas como se fossem velhos conhecidos:

Sempre que venho aqui e ao passar pela Ponte dos Barreiros, sinto que entro em um outro mundo. Os motivos são sempre a visita a alguma escola ou a alguém que mora por lá; hoje mesmo fui até a casa de Denise (nome fictício de uma ex-aluna). Ela esperou-me em frente ao supermercado, o maior daqueles lados, depois foi até a subprefeitura comigo, eu queria descobrir como falar com um senhor que está na região há mais de quarenta anos. Logo que perguntamos um rapaz chamou uma moça e esta nos acompanhou. Muito conversadeiras, elas não queriam ir de carro, disseram que iriam sujar o carro e preferiram que fôssemos a pé. Rodamos várias ruas e logo estávamos na casa do Sr. Jairo. Na porta, havia um monza desses antigos, de cor vinho, dentro, muitas pessoas, jovens e adultos. Logo sem bater muito ou tocar qualquer campainha, já estávamos no maior bate-papo como bom anfitrião, segundo ele mesmo, que já mandou vir café e umas mandiocas

cozidas. Era uma época de eleição e a casa fervia com tantas camisetas e gente circulando, mas ele foi falando e me mostrando fotos e coisas de quando era pequeno. Posso dizer que a recepção foi calorosa e, sempre que ele me encontra, quer que eu vá a sua casa. Ficamos ali algumas horas, sem cerimônia alguma e, na hora de ir, me ofereceram para voltar e até dormir lá, se fosse o caso.

Os relatos do Jairo e do Maguila demonstram as diferenças de que a pesquisa fala: um com severidade e o outro, com extrema simpatia. A discordância entre eles estava nos acompanhantes: guarda-costas, no caso do Maguila dizia ser porque tinha o cargo de Administrador Regional da Prefeitura, e amigos no caso do Jairo, aposentado da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e compadre de um dos vereadores na época. Ambos chegaram ao local com a intenção de melhorar de vida, terem moradia e emprego. Tanto o Maguila como o Jairo conversaram várias vezes conosco.

Desde 2000, a Vila Ponte Nova ganhou estabilidade. Para os moradores, ninguém quer sair do local, só chegam novas pessoas, como fala o Ailton: *“Não vejo ninguém sair, só chegar. Oh! lá dona Marcia mais um que chega da favela e daqui não sai mais.”*

A Vila Ponte Nova e o Quarentenário são separados apenas pela linha férrea. O povoamento do Quarentenário foi marcado por conflitos corporais e resultou na morte do seu líder, o Maguila. Cacilda fala dele e lembra:

Quando chegamos aqui, eu e meus filhos, eu nunca tive marido, não, o Maguila foi logo avisando que os meninos tinham que ajudar e não eram para arrumar serviço na cidade. Um dos meus filhos ficou bem porque ouviu suas ordens, ele trabalha para o Maguila na Regional e conhece cada buraco desse lugar e ganha muito bem.

Cacilda não tem clareza sobre o que seu filho faz, mas sabe que tem de obedecer ao Maguila, o que acredita ser melhor do que procurar emprego por aí.

Apesar do Quarentenário ser maior em área e em números de habitantes, só conseguiu uma escola de educação infantil em meados de 2000. Já a Vila Ponte Nova é marcada pelo progresso e pela consciência de seus moradores, traduzidos na instalação de um poço artesiano de água, hoje a caixa d'água do bairro, luz elétrica e uma escola para os filhos dos moradores.

Outros dois bairros próximos, mas que se constituíram de forma totalmente oposta foram o Humaitá e a Vila Nova Mariana. O Humaitá foi loteado e seus terrenos vendidos. Houve a construção de prédios e as suas ruas foram asfaltadas. A Vila Nova Mariana, ao contrário, é fruto de invasão e não possui infra-estrutura.

No Humaitá, os moradores identificam como marca do progresso construção do Star Shopping, o primeiro da área continental e que mais parecia uma galeria de pequenas lojas. A população acreditava que era um centro de compras e que melhorava a qualidade de vida da população ali residente. Sem condições de mantê-lo por causa

das invasões, assaltos e depredações (que, segundo os moradores passaram a ocorrer após a invasão da Favelinha, como eles se referem à Vila Nova Mariana), Irineu Fernandes Filho, proprietário do shopping, desativou-o e as autoridades estão em estudo para ver o que será possível fazer no local. (A Tribuna de 21/07/07).

A partir das palavras de Moscovici (1978: 29), percebemos que investigar como os moradores dessa região criam mecanismos alternativos de sobrevivência e como se relacionam com família, amigos, religiosidade e afetos é analisar a representação social que têm de si e de São Vicente-ilha:

Quando falamos de representações sociais, partimos geralmente de outras premissas. Em primeiro lugar, consideremos que não existe um corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo) e que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum. Segundo, a organização que ele se dê ou aceite do real, o sujeito situa-se no universo social e material; portanto, se a representação social é uma “preparação para a ação”, ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar

Os comportamentos e ações estudados nas comunidades admitem o sujeito e o universo social e material como gerador de seus gestos. Para acompanhar como funciona a problemática habitacional que, no caso em estudo, está ligada à demanda por espaço urbano, é preciso estar atento aos comportamentos descritos pelos habitantes

invasores de algumas faixas de terra. O preço dos terrenos e sua revenda como casas construídas mostram uma evolução perante o mercado imobiliário local. Esse fato gerou uma mudança comportamental para acolher mais e mais pessoas.

Segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de São Vicente (SEPLAN/SV 2004), a área continental pertencia à Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, à família Requeijo e ao próprio Estado de São Paulo, que eram possuidores de grandes glebas de terras e fazendas. Alguns bairros foram loteados e a maioria, cerca de oito deles, contando com as conhecidas invasões, foram adquiridos de uma só pessoa que se intitulava proprietário. O lado esquerdo das terras, que recentemente tentaram invadir logo após a Ponte dos Barreiros, pertence à Imobiliária Cidade Náutica de São Vicente, que instalou ali uma família para tomar conta do local.

Apesar de longos períodos de observações e conversas, não conseguimos descobrir quantos são os moradores dessa casa. Somente Antonio conversou conosco e afirmou que todos ali são adultos. Ele tinha sempre um facão na cintura e uma arma, que parecia um rifle, desses antigos. Não dizia para quem trabalhava, mas afirma: *“Ganho bem e faço meu serviço direitinho; tentou entrar aqui primeiro eu atiro, depois pergunto!”* Antonio não saía de casa há muitos anos. Somente saía para fazer sua ronda nas terras, pois é de sua responsabilidade inibir a ocupação.

Figura 41



Casa próxima a Ponte dos Barreiros – Fonte: Márcia Vale

A pretensão de invadir essa área próxima à rodovia deve-se ao acesso rápido ao centro da cidade, mas a prefeitura e os policiais militares florestais impediram, porque ali se localiza uma reserva de mangue, com uma biodiversidade específica do local, que precisa ser preservada.

Figura 42



Via Angelina Prete duplicada que leva à área continental – Fonte: Márcia Vale

Após várias tentativas de invasão, o bloco populacional deslocou-se para a região oposta, situada atrás do bairro do Humaitá, já na encosta da Serra do Mar e próxima ao Rio Mariana, onde se formou a Vila Nova Mariana.

Antonia Maria, moradora do Humaitá, conta que seu filho é dono de uma locadora no bairro e queria invadir um lote nessas terras e ela lhe falou: *“Você não precisa, para que quer fazer isso, se invadir vou te dar um pau e todo mundo vai saber da sua safadeza, onde se viu invadir terras que não são suas, ainda mais sem precisão, é um descalabro. Não criei filho meu para ser sem vergonha!”*

Ela não se conformava com o procedimento do filho, que é casado e tem cinco filhos em idade escolar. Antonia Maria é diarista em um escritório no centro de Santos. Para ela, conceitos de moral e respeito são levados, nos moldes nordestinos, em que os filhos obedecem aos pais.

Na análise sobre o povoamento de São Vicente-continente, sobressai a afetividade demonstrada pelos habitantes das áreas invadidas, que se unem com a intenção de solucionar os problemas da coletividade. Com isso, percebemos que o processo de adaptação dessas pessoas aos conceitos sociais modernos como trabalho, educação, saúde, religião e respeito ao bem comum. Nas famílias, encontramos pessoas que são chamadas de tios e tias, pais e mães, primos e primas, mas que, de forma alguma, fazem parte da mesma família na relação de sangue e parentesco. Os habitantes da área continental formam dois grupos. O primeiro é constituído pelos que compraram suas casas e terrenos e pagam seus impostos e taxas de água e luz. O segundo é oriundo de invasão e seus moradores não pagam impostos e vivem sem condições de higiene.

Antonia Maria comprou seu terreno e conta que ela e o marido, quando estava vivo, construíram a casa que hoje abriga todos os três filhos casados, um rapaz e duas moças, com suas famílias e dois solteiros. No terreno, foram sendo construídas casinhas para abrigar toda a família.

As pessoas que invadem terras na região vivem em condições subumanas de higiene e saúde, com morte e vida caminhando lado a lado, não possuem emprego e se mantêm de doações de alimentos e roupas. A luz é puxada de um poste da rua ou não existe, na maioria das casas, a água é de poço ou de um cano da rua e só chega a um local da casa.

Orlando, faxineiro de um edifício na Praia do Itararé, início da Ilha Porchat, não sabe ler e escrever direito e é morador da Vila Mariana, na época sem abairramento, portanto invadiu as terras e conta:

Eu vim para cá por intermédio de um compadre que me arrumou emprego, porque eu já estava desempregado há cinco anos em Pernambuco. Fiquei na casa dele, isso em 1997. Perto da casa dele, tinha um pedaço de terra, mas precisava roçar. Depois de pronto, ergui um barraco e só o quarto era de bloco, o restante era de madeira, foi quando mandei vir a patroa e a criançada, seis filhos pequenos. Nessa época, era 2000, e fazia todo esse tempo que não sabia da família. Hoje os dois mais velhos já

trabalham e fizeram até o primeiro grau (nono ano de escolaridade hoje, antiga oitava série). As meninas não estudaram não, lugar de mulher é na lida da casa, ajudando a mãe; aqui a vida é difícil, mas é bem melhor que lá.

As ações desses grupos invasores mostram uma sociedade paralela; um exemplo disso são os habitantes dos bairros Jardim Rio Negro, Vila Matias, Vila Iolanda, áreas invadidas e com características de isolamento.

A invasão está relacionada a diferentes causas, tais como: noventa por cento da população não tem escolaridade, mal sabem ler e escrever, os mais velhos apenas sabem assinar o nome, são os chamados analfabetos funcionais, não possuem documentos como carteira de identidade, de trabalho, PIS e SUS. Como a maioria está desempregada sem carteira de trabalho assinada, como eles dizem, o sustento da casa é feito pelas mulheres, a partir de empregos de menor importância como limpeza de lojas, escritórios, casas e sem carteira assinada ou qualquer outro benefício.

Estabelecem vínculos pela convivência amorosa e não por laços de sangue; os chamados compadres e comadres são numerosos. A união conjugal é tão rápida quanto a desunião ou a troca de pares, e os filhos acompanham esses enlaces e seguem o mesmo padrão. Um exemplo disso aparece na entrevista com a Ritona, uma das primeiras moradoras da Vila Ponte Nova, que revelou ter se casado quatorze vezes e que, na atualidade, está casada com seu segundo marido novamente. Bauman (1999, 68-

9) ajuda-nos a entender esse fenômeno da ambivalência que marca modernidade líquida:

As relações interpessoais, com tudo que as acompanha – amor, parcerias, compromissos, direitos e deveres mutuamente conhecidos -, são simultaneamente objetos de atração e apreensão, desejo e medo; locais de ambigüidade e hesitação, inquietação, ansiedade. Como apontei em outro texto (Amos líquido), depois do “Homem sem qualidades” de Robert Musil, veio o nosso “homem sem vínculos” líquido-moderno. A maioria de nós, na maior parte do tempo, tem uma opinião ambígua sobre essa novidade que é “viver livre de vínculos” – de relacionamentos “sem compromisso”. Nós os cobizamos e os tememos ao mesmo tempo. Não voltaríamos atrás, mas nos sentimos pouco à vontade onde estamos agora. Estamos inseguros quanto a como construir os relacionamentos que desejamos. Pior ainda, não estamos seguros quanto ao tipo de relacionamento que desejamos... Nesse reembaralhamento, até as formas de relacionamento social estão passando por uma mutação. Das relações amorosas à religião, tudo se torna instável, líquido.

Os vínculos de afetividade passam por momentos de insegurança e, por isso mesmo, são relacionamentos sem compromisso, instáveis, como os descritos por Bauman e devido a instabilidade social que vivenciam com a falta de emprego, alimentação e saúde não conseguem laços duradouros.

A ilha de São Vicente possui 18 km² de terras, que foram facilmente povoadas, ficando a população de baixa renda e os migrantes sem alternativas de moradia; alguns bairros se tornaram periféricos devido à instalação de palafitas nos mangues e braços de mar, que cercavam a pequena cidade. Alguns habitantes considerados de classe média foram obrigados a investir em casas, terrenos, lotes e conjuntos habitacionais da área continental, uma vez que na ilha residem pessoas de uma situação relativamente abastada (turistas, proprietários de supermercados e lojas, construtores, médicos, políticos, professores, etc.) ou os muitíssimo pobres, como é o caso da Favela México 70, Catarina de Moraes, bairros dos mais pobres da ilha.

Diante da situação da coletividade de São Vicente-continente, podemos verificar sua representação social, ou seja, são dois grupos distintos pela forma de aquisição da moradia. As melhorias que o estado oferece provocam sentimentos de revolta nos habitantes das regiões menos assistidas. As representações sociais descritas, segundo Guareschi e Jovchelovitch (2003: 71) são como “uma articulação tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar”. A população da párea continental de São Vicente, lutam para encontrar seu lugar enquanto cidadãos vicentinos.

No bairro Samaritá, encontramos os moradores mais velhos da área continental, são pessoas acima de sessenta e cinco anos. Suas atitudes, expressas ora por intolerância, ora por conformidade, mostram que a posse da terra é valiosa para eles. Os laços de amizade e de reconhecimento variam entre dois extremos: da passividade

extrema à agressividade extrema. Cândida é moradora de Samaritá há muitos anos e não lembra quando foi para lá, confunde-se nas datas, mas fez alguns relatos, entre eles:

Eu vim aqui com mainha e paizinho mais meus irmãos e irmãs, éramos cinco na época e minha mãe teve mais cinco por aqui. Hoje eles moram por ai em outras cidades do interior de São Paulo e dois já morreram, só vejo uma irmã mais nova, que eu cuidei e que mora em Juquiá. Eu casei e fiquei por aqui mesmo, também perdi dois filhos, que nasceram com problemas e, naquela época, não ia para hospital não, também até hoje o hospital fica muito longe, às vezes as crianças nascem em casa. Tenho seis filhos, treze netos e um bisneto, quase dois, vai nascer em novembro. A vida me deu de tudo, não quero essas modernidades, mas uma televisão para ver as novelas é bastante, também não enxergo direito, mas dá para cuidar da casa, fazer comida e lavar roupa. O velho me ajuda de vez em quando e nos dois passamos o dia por aqui entre cuidar da casa e do quintal.

O marido de Cândida trabalhou na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e compraram o terreno e construíram a casa, onde moram até hoje, com um quintal de terra com

árvores e muitas flores, segundo ele, sua mulher gosta. Na casa, não há eletrodomésticos algum, somente televisão e rádio.

As idas à área continental são feitas por lotação, ou transporte alternativo como alguns chamam, trata-se de uma Van registrada pela prefeitura que leva os moradores dessa área para outros bairros e também para o centro da cidade e praias. O depoimento da Marcelina mostra a separação entre a forma de vida dessas pessoas e as da ilha de São Vicente: *“Hoje nós vamos para São Vicente, para ir ao banco”*.

Marcelina já possui idade avançada e seu maior lazer é ir até a ilha de São Vicente passear no comércio, é como se estivesse visitando uma outra cidade. Aqui, vemos a representação social que eles fazem do outro lado da cidade, é como se a área continental não fizesse parte de São Vicente. Na fala dos moradores, vivencia-se a exclusão; quando falam de seu bairro, parecem se referir à roça, lembrando o lugar de onde migraram e não como integrantes da cidade de São Vicente.

Como apontado por Bauman (1999) os sentimentos de pertencimento e de exclusão das comunidades são igualmente produzidos o que nos leva a pensar na dialogia integração/exclusão.

Excluídos do modelo de povoamento realizado em São Vicente-ilha, os novos moradores muitas vezes são considerados intrusos, como se a cidade não lhes abrisse espaço embora se valesse da sua força de trabalho quando necessário. Recrutam os desempregados para pequenos afazeres como lavador de carros, manobristas, pedreiros e carpinteiros para a construção civil, empregos temporários e com mão-de-obra barata.

Nos trajetos percorridos na pesquisa observamos a movimentação nas entradas e saídas de escolas, feiras livres, missas e encontros em centros de umbanda e candomblé.

No Parque das Bandeiras, bairro que tem uma rádio comunitária, ouvida praticamente na região toda, certa vez, deparei-me com o padre da igreja local, um velho conhecido, fato que favoreceu nosso contato.

Dessa forma, tivemos acesso a várias informações que antes pareciam restritas, como os relacionamentos e intrigas existentes entre os membros dos grupos investigados. Desde 2000, o Padre Valdecir foi transferido para área continental de Santos e há um outro religioso que continua um trabalho bem próximo à comunidade.

Meus contatos nesse bairro são constantes até hoje. O local possui ruas demarcadas e asfaltadas, casas de cimento e alvenaria em padrões próximos aos da cidade e, segundo os próprios moradores, lá moram pessoas que trabalham nas indústrias de Cubatão e possuem outra visão de cidade. Alguns líderes, como o locutor da rádio e o ex-vereador sugerem que a área continental se transforme em outra cidade e não faça mais parte de São Vicente. Moisés o ex-vereador conta porque querem a separação entre ilha e continente.

O prefeito só quer arrumar a ilha e os impostos que pagamos ficam por lá, eu vi isso quando estava na Câmara e só há um jeito disso mudar é a gente virar uma cidade e poder se virar com os nossos gastos, construir quadras e praças para a garotada e mais escolas.

As famílias que residem no Parque das Bandeiras seriam a elite dessa região. Lá as ruas possuem nomes e não números existe um posto de saúde e na entrada do bairro e, na marginal da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, há um posto de gasolina. Os laços de afetividade e de matrimônio se processam de maneira mais sólida e duradoura. O comércio é desenvolvido em relação aos outros bairros, com sorveterias, padarias, mini-mercados, lojas de um e noventa e nove, farmácia e lojas de material de limpeza.

Os moradores mais antigos eram funcionários da Refinaria Presidente Bernardes e compraram seus terrenos e casas, pagam impostos para a prefeitura, portanto, têm a escritura dos seus lotes e casas. As residências possuem dois quartos, sala cozinha e banheiro, alguns sobrados são isolados e outros têm um comércio na parte de baixo; no quintal das casas é comum haver árvores, como goiabeiras, pitangueiras e chapéu de sol.

O bairro não possui nenhum conjunto de prédios e as casas são isoladas ou geminadas de um só lado. Afirmam os moradores desse bairro que ali reina a paz e a felicidade, não há assaltos, as ruas são limpas e cuidadas pelos moradores, as escolas são boas e os professores não faltam.

A felicidade descrita por Morin (2003: 155) na significação do viver para viver constitui, certamente, a plenitude da vida. Mas pode adotar múltiplos rostos: “amor, bem-estar, satisfação plena, ação, contemplação, conhecimento. A pluralidade dos fins significa também a pluralidade dos meios para realizar-se.” Como a felicidade e o estado de bem-estar citado por Morin, no caso dos moradores, desse bairro se traduz na oferta de comércio, nas residências e nas escolas.

A felicidade é verbalizada na Gleba II porque segundo os moradores possuem uma boa condição de vida. Segundo os dados do censo escolar de 2005, 80% dos

habitantes possuem emprego com vínculo empregatício, 50% possuem carro próprio, celular e telefone fixo, DVD, microondas e utensílios de consumo que demonstram poder aquisitivo. As mulheres estão em situação de igualdade, nos empregos, com seus companheiros; o que mostra a fragilidade do patriarcado masculino. Sobre isso, Maria Ozanira da Silva e Silva (2001: 68) chama-nos a atenção porque o atual padrão de desenvolvimento capitalista significa “a desestruturação do pleno emprego sem a contrapartida de novas formas de proteção social. Isso representa crescimento do desemprego e das desigualdades em escala planetária”.

Os anseios da população por empregos nas fábricas situadas em Cubatão ou mesmo na prefeitura são as representações de um sonho. Trata-se de uma realidade já vivida, mas nunca recuperada, porque o salário dessas indústrias não é tão valioso hoje como na década de sessenta. O componente territorial atrai os habitantes aos bens e serviços e “a produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devidas apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares.” (Milton Santos, 2002: 88).

Para esses habitantes, a representação que demonstra o poder aquisitivo é trabalhar nas fábricas do pólo petroquímico de Cubatão, em indústrias como a Cosipa, a Refinaria, a Ultrafertil (hoje Fosfértil), etc. Guilhermina, uma moradora da região, fala do marido:

Meu esposo trabalha na Fosfertil e nossa família comprou essa casa usando o fundo de garantia e ainda temos plano de saúde, agradecemos a Deus todos os

dias e faço todo mundo ir na missa de domingo só para agradecer o emprego com carteira de trabalho assinada e os demais benefícios. Eu também trabalho na limpeza da escola da prefeitura, sou contratada e as crianças estudam na mesma escola.

Os dados desta pesquisa mostram que, nos bairros invadidos, há um alto índice de famílias sustentadas por mulheres com faixa etária abaixo de 35 anos e com escolaridade inferior à quinta série do Ensino Fundamental. (PMSV 2006). Entretanto, o sexo feminino está em segundo plano na representação do poder, apesar da contribuição expressiva na manutenção da casa.

Algumas mulheres provêm sozinhas o próprio sustento e o da família e, mesmo assim, são rejeitadas por seus pares. Essa característica não aparece nos loteamentos demarcados. Nos três bairros invadidos, encontramos, nos pontos de lotação, homens e suas mulheres aguardando a condução que irá levá-las para o trabalho e eles retornam para tomar conta da casa e dos filhos.

Segundo Morin (2003: 170-1) “a cultura impõe a reprodução biológica a sua organização e estabelece as regras da vida em comum”. De acordo com Morin, neste caso as organizações sociológicas estabelecidas nas comunidades oriundas de invasões canalizam os processos de reprodução e acabam por contribuir com as determinações sociais dos indivíduos. O desenvolvimento dessas comunidades não aboliu, mas transformou a organização da função social dos sexos.

É muito usual entre as mulheres a troca de alguns alimentos como doces, bolos, salgados, tipos de pães, carne seca, feijão e farinha. Essa prática acontece em toda região e nos diversos grupos familiares, mas só com vizinhos que são amigos da família. Todos aqueles que passam a morar no local procuram desenvolver esse hábito, que demonstra uma inserção na comunidade.

Catarina é uma senhora de sessenta e oito anos que as mulheres mais novas chamam de sábia porque ela sempre tem um conselho para dar, é ela que cultiva a prática de dividir pratos feitos e explica como isso acontece:

Quando a gente dá um pedaço de pão caseiro ou bolo, nós recebemos em dobro e não falta alimento em casa e, depois, faz bem dar um dedo de prosa e um cafezinho no cair da tarde. Nós sentamos em uma pedra que fica na frente da minha casa e colocamos a fofoca em dia. Claudia, quando chega do serviço, pára ali e toma um gole de café e come um pedaço do que tiver, lá vai mais conversa até a hora de fazer a janta para o marido e os meninos.

O fato de podermos entrar em suas casas indicava uma demonstração de aceitação, evidenciada com palavras e cumprimentos, o que acabava por facilitar nossos contatos.

É importante perceber a contradição vivida por esses moradores. Eles aceitam que a sua realidade não se aplica à ilha de São Vicente e são capazes de entender que sua sociedade se desenvolveu paralela àquela já existente. Na identificação coletiva, eles se agrupam socialmente, interagem e trocam idéias sobre o trabalho, a vestimenta, a alimentação e os habitantes da ilha. São os seus mecanismos de sobrevivência.

Wladimir é marido de Cláudia e conta: *“A carne daqui é sem gosto; esse povo não sabe comer carne. A carne boa é aquela quando criamos o porco em casa, quando ele tá bem gordo, mata, come e ainda aproveita a banha para cozinhar por um tempão!”*

Nessa região a convivência entre os sexos, as lideranças, e a questão familiar de manutenção dessas relações na vida cotidiana resulta na maneira como se deram os agrupamentos das comunidades. Ao descrever as alterações que os espaços sociais provocam no cotidiano das famílias, Morin (2003: 171-2) descreve que “embora integrada e adaptada de diversas maneiras, a família é uma organização bio-sócio-cultural da sociedade” e continua presente na sociedade pós-moderna. Vimos nesta pesquisa que os laços familiares constituem uma unidade de fato ligada ao lar como um refúgio de proteção.

Deixamos a Vila Nova Mariana por último neste relato pelo fato de ser um bairro novo e guardar curiosidades. As casas vão se amontoando e se subdividindo para abrigar os novos relacionamentos. Percebe-se, também, a cultura de hostilidade já vista em outros bairros formados por invasões, porque se incomodam com qualquer pessoa que pertença ao local como morador. São poucas as visitas de outros familiares ou amigos nesse local.

Nas religiões, os destaques são as batistas e adventistas. Nenhum dos habitantes, inclusive os católicos, deixam de freqüentar a benzedeira ou o centro de umbanda e candomblé. Catolinha é uma benzedeira e foi ela que não nos permitiu ver o ritual e explica porquê:

Para ver ou benzer a pessoa tem que ter o pensamento em Deus muito firme, não é qualquer pessoa que pode não e, quando tem alguém olhando, não conseguimos prestar atenção e o benzimento não dá certo. Desde minha avó o benzimento precisa ser feito só, entenda, menina, isso não é para você, não queira ver o que não lhe pertence.

O fenômeno de religiosidade, neste caso mantido da mesma forma por gerações anteriores e seguida por Catolinha assume o que Bauman (1998: 207) afirma ser “o nome que damos a atividade que nos permite sentir que estamos em contato com esse mundo numênico ‘além de nós próprios’, que indubitavelmente é um mundo da imaginação, da fantasia projetada e da sensibilidade do espírito inconsciente. Nesse sentido preciso [sic!], e em nenhum outro mais ontológico, a religião (crença) permite a transcendência”. Acreditar em benzedeadas é uma das tradições encontradas em todos os bairros dessa região.

Apesar de realizado o abairramento, as invasões no Rio Mariana continuam e as formas de benzimento superam o atendimento médico. Os rituais de benzimento foram

mencionados, mas não houve possibilidade assisti-los ou conhecer as pessoas que os realizam, muito menos para fazer fotos.

As crianças são desnutridas, de pele manchada, sempre descalças, os cabelos são cortados quase carecas, porque assim economizam dinheiro. As casas são um rearranjo de materiais sem definição, usam aquilo que conseguem para a construção de cômodos.

As mulheres possuem o rosto marcado pela vida difícil e não tem vaidade, tratamento médico, dentário ou preventivo de doenças ginecológicas ou acompanhamento pré-natal. São disformes e costumam usar roupas largas, que não lhes dão forma alguma. Seu sonho de consumo é fazer compra em uma grande loja de departamentos como, exemplo, as lojas Marisa ou outras lojas de peças íntimas como as que vêm nas novelas da Rede Globo. A televisão é o elo entre aquilo que possuem e a representação do que desejam e acreditam que somente pessoas estudadas, para usar o vocabulário delas, conseguem ter.

Simone é uma moça com sonhos, é solteira e só conseguiu estudar até o ensino Fundamental completo, depois parou para cuidar dos onze irmãos menores. Ela adora ver revista. *“Sabe, eu fico aqui pensando e falando com os meus botões que, se eu pudesse, ia comprar muita roupa e bijuteria, sapato então, eu vejo na revista, tem cada um mais lindo que o outro!”*.

O relacionamento dessas mulheres com outras acontece quando precisam sair e elas se ajudam na arrumação dos cabelos, unhas e outras coisas, chegam a dividir roupas, sapatos e objetos de enfeite. As manhãs têm início com a saída daquelas que trabalham e deixam em casa seus filhos e companheiros.

As mulheres, que não trabalham fora assim que ficam livres de seus homens, vão tomar café nos “parentes”, que, muitas vezes, são pessoas mais velhas que pertencem à mesma cidade de origem e, por isso, são consideradas mães, avós, tias ou madrinhas: *“Sabe, D. Márcia, é só um golinho de café para começar o dia e bater um papinho” diz a Cida, que vai à casa de sua segunda sogra*”.

Tanto homens como mulheres iniciam seus afazeres pelo quintal. Capinam, varrem ou lavam, conforme o terreno e o tamanho, sempre com um agradável bate-papo com os vizinhos. Somente após esse ritual é que o dia tem continuidade e, na seqüência, vem a arrumação da casa e, por fim, o almoço. Lavar e passar a roupa fica para o final da tarde quando não vão para a cidade ou para o banco; a limpeza mais pesada da casa como lavar banheiros, janelas e o quintal também faz parte do período da tarde. Todos esses afazeres domésticos acontecem ao som alto de um forró ou um fank, que dizem ser para embalar o trabalho.

A prática do sexo também se dá, na maioria das vezes durante o dia, nas folgas dos trabalhadores, homens ou mulheres, quando as crianças estão na escola, creches ou nas ruas brincando. O sinal é trancarem a porta ou portão de acesso a casa para não serem incomodados por ninguém, e nem mesmo as crianças insistem em entrar: *“Quando o nego chegou em casa ia dar três horas, a menina pequena estava na escola e os meninos estavam na rua jogando bola, ai aproveitei, peguei o negão e tratei de aproveitar, então não sou eu! Homem meu não pode negar fogo.”*

Na prática do sexo, nenhum outro cuidado é tomado, as janelas continuam abertas, o volume das músicas continua alto e o uso de preservativo é, em média, de 10% da população, segundo dados não oficiais da Secretaria de Saúde. Os casos de

meninas de 12 a 14 anos grávidas são crescentes e a troca de parceiros e parceiras também é elevada.

As limitações sociais impostas ao sexo, a norma do casamento, a proibição do incesto e do adultério criaram inumeráveis conflitos entre, por um lado, o desejo e o amor e, por outro lado, as interdições e o casamento. Essas limitações e esses conflitos geraram sonhos insatisfeitos, bloqueios inibitórios, imaginações infladas, fantasias obsessivas, transgressões fatais; engendraram relações clandestinas, amores silenciosos, atrações e relações subterrâneas. (Morin, 2003: 173).

A família evoluiu, mas a função do matrimônio diminuiu e nesta pesquisa, acontece uma situação que na troca de parceira, o homem carrega os filhos. As discussões de casais acabam em brigas corporais em cerca de 50% da população. O diálogo por um período longo de tempo se torna ríspido e grosseiro.

É importante afirmar que as falas aqui citadas partiram de conversas informais com os grupos e variaram de acordo com o entrevistado e o contexto, mesmo porque foram treze os bairros pesquisados. Procuramos sempre a história de vida dos moradores e o seu envolvimento com o local e com outras pessoas que lá residem. Esse foi o caso de Marcelina, que disse: *“Samaritá significa terra de ninguém, cresceu e se organizou pela luta do povo que se sente cidadão de segunda categoria porque São Vicente só melhora do lado de lá.”*

Algumas pessoas sobressaem-se e são indicadas por vários moradores como conhecedoras do local e aptas a dar informações, como representantes legítimas, sobre o lugar; muitas delas tornaram-se líderes comunitários e se consideram ou são conhecidas

como uma espécie de conselheiras. São pessoas que ali residem e reconhecem a região como sendo o seu lugar; elas se identificam com o modo de vida local e são respeitadas.

Os entrevistados pertencem às famílias que fixaram moradia nos bairros e se relacionam com os demais moradores. Por isso, tivemos acesso a documentos e fotografias das famílias com as quais houve um convívio no período do trabalho de campo, que ainda não se esgotou.

A instabilidade que cerca esta região, onde algumas vezes os habitantes são considerados excluídos e marginalizados e, em outros, agressores e inibidores do progresso, deixa marcas na população. Para pessoas inseguras, desorientadas, confusas e assustadas pela instabilidade e transitoriedade do mundo em que habitam, a “comunidade parece ser uma alternativa tentadora. É um sonho agradável, uma visão de paraíso: de tranqüilidade, segurança física e paz espiritual”, como esclarecem as leituras de Bauman (2003: 132). O ensaio escrito pelo autor a vida em comunidade parece nos privar da liberdade e do direito de sermos nós mesmos e a tensão entre comunidade e individualidade dificilmente será desfeita.

Dentro da perspectiva de comunidade foi possível perceber que entre os habitantes da área continental de São Vicente desenvolveu-se uma estratégia de sobrevivência que os mobiliza por seus interesses, como: empregos, aquisição de terrenos, construção de casas e de postos de saúde, escolas para o ensino fundamental e igrejas de qualquer religião.

Ao mesmo tempo em que se mostram atuantes no tocante à escolarização parecem não compreender a possibilidade de diálogo com o poder público para a

resolução de problemas. A fala de Giselda, presidente da Associação de Mulheres da região e bastante atuante, mostra essa dificuldade:

Aqui é assim, nós resolvemos do nosso jeito, ou paramos a pista e fazemos queimada, ou vamos para porta da prefeitura e tudo sai no berro, porque lá no norte não precisava de político para resolver nem problema de família que fará do resto. Esses doutores, os advogados, falam muito, mas não sabem o que precisamos.

Giselda é uma das adeptas do Maguila; é uma senhora de quase 100 quilos que acredita que pode resolver tudo no braço. Ela também fala de uma mobilização para a construção de outro posto de saúde no Jardim Rio Branco. Os moradores, mesmo os que possuem interesses distintos, compreendem a necessidade de um posto; o entrave se dá porque acreditam na possibilidade de adaptação em uma casa alugada para esse fim. Não aceitam a construção e a instalação de um local novo e adequado devido a demora; como não houve consenso, resolveram partir para a forma que entendem ser a correta: a briga direta.

A afirmação de que ora esses habitantes são excluídos e marginalizados e ora são inibidores do progresso aparece nesse exemplo, que mostra a incompreensão daquilo que cabe à política administrativa da cidade e não pode ser resolvido como eles querem.

3.3. Situação atual

Minayo (2003: 24), faz uma proposta de interpretação qualitativa para o uso da história oral. Nessa metodologia, a fala dos atores sociais é situada no contexto para melhor ser compreendida: “As comunicações individuais, as observações de condutas e costumes, a análise das instituições e a observação de cerimônias e rituais são aspectos a serem considerados nesse nível de interpretação”. As observações individuais e coletivas foram identificadas na pesquisa por meio do uso de história oral.

Sempre que a população das áreas invadidas se sente ameaçada em seus supostos direitos, surgem movimentos cuja origem está na sensação de impotência perante as formas de vivência pública que eles não compreendem. Os processos de negociação pouco funcionam, porque não aceitam outra solução que não seja aquela por eles idealizada. E, muitas vezes, são atitudes egoístas, que a governabilidade não pode aceitar.

A luta pela iluminação da Via Angelina Prete, que liga a ilha ao continente, teve grande repercussão na cidade e foi notícia nos pequenos jornais de circulação local, como o *São Vicente Jornal* e o *Jornal do Clarim*. Segundo Raimundo, integrante do movimento: “*Os políticos são assim pensam que metem medo na gente com falas bonitas. O povo tem que fazer os seus direitos nem que seja na força, só assim eles aprendem; é muito falatório e não fazem nada*”. Eles não entendem que se trata de uma benfeitoria de competência do governo do estado e não da prefeitura.

Com o passar dos anos, os movimentos populacionais vão se tornando mais amenos, porém, de vez em quando, há situações que voltam a gerar violência. Segundo

Milton Santos (2000: 60-1), a violência também é uma forma de discurso peculiar na sociedade em que vivemos:

Em suas manifestações mais agudas, não é anormal que a sociedade urbana aponte para as desordens produzidas pela história contemporânea. Mas ela também aponta para uma vontade de entendimento e de superação. Aliás, está pedindo esse entendimento, pedindo que se explique o que é que está se passando, de modo a alicerçar um entendimento que produza um sentido.

Esse capítulo buscou compreender melhor a dinâmica dos grupos que são chamados pelos habitantes da ilha de “os moradores do lado de lá”. Interessou-nos a maneira como eles se articulam e dialogam com a comunidade de que passam a fazer parte ao buscarem alternativas que os valorize.

As comunidades aqui mencionadas consomem vestimentas, alimentos, calçados, perfumes, aparelhos domésticos e com isso procuram ações que os igualem aos habitantes da ilha. É possível que esse comportamento seja uma forma de legitimar a idéia de viverem em cidades urbanizadas é diferente daquelas de onde se originaram. Concordamos com Milton Santos, que acredita que esse tipo de atitude advém do conhecimento das condições materiais das grandes metrópoles, que são um convite ao consumo.

A constituição das comunidades da região continental coloca seus habitantes em inferioridade perante a população da ilha de São Vicente. Os moradores do continente

buscam, de um lado, construir um elo com os locais de onde se originaram e, de outro, procuram se adequar à nova situação em que vivem.

Embora muitas vezes pareça que há desinteresse de grande parte dessa população em relação à melhoria da qualidade de vida, na realidade, podemos observar um grande engajamento no decorrer de sua trajetória. O processo de conscientização sobre a importância social e territorial da região continental de São Vicente mostra-se lento, quando comparado com a evolução do número de habitantes dessa parte da cidade. Não raro, podemos ver mais uma casinha sendo modulada por etapas, sofrendo a ação do tempo pela falta de pintura ou acabamento, até se transformar numa moradia que abriga várias famílias e seus agregados, como Creuza, o marido e os filhos que vieram de Pernambuco faz trinta anos e contam:

Eu e o marido viemos antes, as crianças ficaram com minha mãe. Ela também já veio, depois que meu pai morreu ela não quis mais ficar lá. A casinha é bem diferente de antes, já tem luz dentro e água encanada e só falta a sala ser de cimento, o restante nós já construímos de concreto, se bem que ainda tá no bloco, mas já é bem melhor do que antes. Ah! Já colocamos o piso em tudo, fica mais fácil para limpar e cortina também, apesar de ser fresca por causa do quintal, quando bate sol fica abafada.

São inúmeros os mecanismos de sobrevivência desenvolvidos por esses habitantes de São Vicente. Sua contribuição à cultura popular aparece nas praças e no comércio informal da cidade, que os exclui e não enxerga algumas festas e costumes tradicionais deles, tanto que hoje estes se confundem com os de outras regiões do país.

São Vicente é uma sociedade de consumo e não poderia ser diferente nos dias de hoje, em se tratando de uma cidade litorânea que vive de turismo. Se dentro desse grande mercado, somos ao mesmo tempo clientes e mercadorias, por que essa ambivalência entre as duas partes da mesma cidade? Quando Milton Santos (2002: 129) fala da cidade é como:

Um fixo enorme, cruzado por fluxos enormes, com homens, produtos, mercadorias, ordens e idéias, diversos em volume, intensidade, ritmo, duração e sentido. Aliás, as cidades se distinguem umas das outras por esses fixos e fluxos. Mudá-los é mudar a sua própria significação para os próprios moradores, segundo as classes sociais”.

Podemos afirmar que o dia-a-dia das duas partes da sociedade vicentina gira em torno dos fixos e fluxos citados por Milton Santos e caracterizam o modo de vida delas, influenciando-se mutuamente.

Do diário de campo, retiramos uma fala que poderá ajudar na compreensão de nossa abordagem. Daniel, um menino criado no Jardim Rio Branco desde os seis anos, quando chegou do norte com a família composta pelo pai, a mãe e uma irmã e que hoje, com 17 anos, estuda para ser pastor, conta:

Sabe, professora, eu acho que vamos embora para o norte novamente, deixa só eu terminar os estudos aqui. (Ele se refere ao Ensino Médio e os primeiros estudos para ser pastor) Minha mãe já não agüenta mais de saudades de lá, meu pai cada vez tem menos emprego, minha irmã trabalha numa loja aqui mesmo e estuda; meu pai não admite que ela pare de estudar, a loja fica lá no Parque das Bandeiras e eu já vi tantos amigos meus se perderem nas drogas, outras amigas de colégio já com filhos, apanham do marido. O bairro cresceu muito e as pessoas já não têm mais o mesmo relacionamento, somente os amigos mais antigos permanecem com os mesmos hábitos. A senhora lembra da minha mãe e a da Lucielen, elas se visitam até hoje e ainda levam bolinhos e docinhos uma para a outra, mas o pessoal mais novo nem liga, mal falam uns com os outros, dizem que é a modernidade, que na ilha é assim e ninguém reclama, acho tudo estranho. As coisas por aqui estão mudando.

A fala de Daniel expressa o sentimento de estranheza sobre o bairro e os moradores mais recentes. Nos referimos a Morin (2003: 275) para comentar sobre tais sociedades que “permitem a existência de uma vida cultural, intelectual e, às vezes,

política dialogicamente rica, baseada nos conflitos de idéias, na troca de argumentos, alimentando a autonomia.”

Neste capítulo os registros de dados foram relatados com maior ênfase, as atitudes e os valores das comunidades estudadas foram demonstradas na fala e nos diálogos dos próprios moradores. As falas permitem afirmar que as transformações vividas pelos habitantes da área continental de São Vicente tem como propósito uma aproximação com a ilha, identificado pelas ações que desenvolveram.

Os anos de convivência nos proporcionaram uma maneira de ver e pensar a sociedade que acontece em tempo real da apreensão dos fatos e com personagens vivos, colocados em situação de diálogo.

Capítulo IV

ELO DE CONGRUÊNCIA

Escola

Escola é...

...o lugar onde se faz amigos

Não se trata só de prédios, salas e quadros,

programas, horários, conceitos...

Escola é, sobretudo, gente

gente que trabalha, que estuda, que alegra, se conhece, se estima.

Paulo Freire

4.1 Escola como instituição social

Neste capítulo, nosso objetivo é relacionar o movimento populacional da área continental de São Vicente com o aumento ocorrido da oferta e procura pela educação no ensino fundamental. No desenrolar da pesquisa, percebemos a valorização da escolarização pelos habitantes da área continental.

A escola, enquanto instituição pública destinada à transmissão do saber, melhorou as oportunidades de emprego para os habitantes da região. Ao chegarem à área continental de São Vicente, passaram a freqüentar a escola próxima de sua moradia e, com os estudos, conseguem melhores empregos.

A escola, dentro dessa linha de pensamento, seria uma instituição que promove a cultura: “Primeiro, porque a escola é fruto e expressão da mesma cultura da qual é, também, expressão. Depois, porque ela existe como um vento que sopra as brasas da cultura. Isto nos leva ao centro da problemática escola/cultura: elas se ligam necessariamente”. (Danilo Gandim, 1995: 40). Ainda segundo esse autor, “fazem parte da cultura, pelo menos: os valores; os usos e costumes e as normas que os mantêm; as ações e seus resultados”. Danilo Gandin (1995: 39)

Além de transmitir o conhecimento, a escola, pela Constituição Brasileira de 1988, é a instituição destinada à transmissão do saber de geração a geração, aberta para todos os membros de uma sociedade, que nela encontram um meio legítimo de se profissionalizarem e ascenderem socialmente. Segundo a LDB 9394/96 em seu art. 4, todo cidadão tem o direito ao processo de formação cidadã e de encaminhar seu filho

para a escola pública, cabe a esta instituição preparar o homem para a vida social por meio de ações pedagógicas.

As escolas da área continental de São Vicente são adaptadas aos moradores dos bairros em relação aos horários de secretaria, às justificativas das faltas dos alunos, à falta de documentos e aos horários. Além disso, as ações pedagógicas precisam ser explicadas. Na região, a escola funciona como um instrumento de ligação, unindo os habitantes para alcançarem uma situação financeira melhor.

A função dessas escolas é definida pela contradição entre o papel da educação na atualidade e o que os pais acreditam que a escola deve ensinar. *A religação dos saberes: o desafio do século XX*, (2007: 50-59) em que Edgar Morin organiza jornadas temáticas e onde as idéias colocadas em cada bloco reflete perspectivas para o ensino em todos os graus:

Em meio às mais importantes evoluções ocorridas nas últimas décadas, a revolução radical de nossa visão do espaço, do tempo, da Terra, do lugar e da evolução do homem no universo tem sido tantas vezes lembrada que chega a aparecer como banal. Seria necessário repetir aqui, diante de uma certa falta de interesse dos adolescentes em relação às ciências, que estes jovens esperam que a ciência tenha um sentido, um sentido para a vida deles.

Essas jornadas temáticas idealizadas e dirigidas por Edgar Morin são realmente um desafio em se tratando de educação para o século XXI e que tem em um dos seus propósitos a reeducação dos educadores. Para Morin o pensamento complexo corresponde a uma reforma na transmissão do conhecimento como um salto de

qualidade que mostra a passagem de um paradigma a outro. A educação oferece um terreno fértil de práticas para o pensamento complexo seja qual for o nível educacional que pretendemos aplicar. A instituição escola é o desígnio da aculturação, portanto, podemos afirmar que a educação está enraizada na cultura e sem dúvida é preciso olhá-la mais de perto.

Para os moradores dessa região, o término do ensino fundamental equivaleria ao ensino médio do norte e nordeste do país dando sentido para procura de empregos melhores, com ganhos melhores. As escolas da região continental constituem uma das mediações possíveis entre os dois lados da cidade, porque a população acredita na possibilidade de ascensão social que essa instituição proporciona.

A diferença de interpretação do papel da escola entre as duas partes de São Vicente, a ilha e o continente, fica clara nas reuniões que agrupam gestores e professores. Suas idéias não convergem para o mesmo sentido de trabalho pedagógico social. Tanto professores, como gestores, como os pais e a comunidade não buscam uma ação educativa condizente com os anseios dos alunos da área continental.

A população acima de 35 anos acredita que a escolaridade trará dinheiro e bons empregos, é como se a escola funcionasse como um trampolim, um degrau para conseguirem melhores salários.

Para a população da área continental, o papel da escola na busca por melhoria financeira transformou-se em meta. Entretanto, o ato pedagógico deve revelar aos educandos as contradições existentes na sociedade com vistas a superá-las, como escreve Moacir Gadotti (2000: 70): “educar passa a ser essencialmente conscientizar e assim formar a consciência de si mesmo e da sociedade”.

Na área continental, os pais dos alunos estão na faixa etária entre 18 e 35 anos, e oitenta por cento dos lares afirmam que as crianças têm como prioridade estudar. (censo escolar 2005). Setenta por cento são filhos de pais separados, possuem madrastas e padrastos e ora moram com a mãe, ora com o pai. Com toda essa problemática familiar, eles depositam esperança em que seus filhos alcancem melhor nível de escolarização.

Para os maiores de 35 anos, a escola não está mais ao seu alcance. Percebem a possibilidade de mudança de vida por meio dos estudos, mas acreditam não estarem mais aptos aos estudos, como fala Maria Imaculada: *“Quem não tem estudo não é nada! Quem não tem estudo sofre demais!”*

Esse tipo de afirmação foi muito ouvido durante as entrevistas abertas na pesquisa e mostra o que pensam sobre a oportunidade que não tiveram e sobre as dificuldades decorrentes da situação em que se encontram por seu nível educacional.

Para Paulo Freire, em *Pedagogia da Esperança*, é justamente nesse círculo de dialogicidade que a escola deveria estar inserida. Não se pode pensar a escola fora do contexto sóciopolítico dominante. Não se pode deixar a educação e a escola fora da modernização e esta não pode deixar de investir na produção e qualidade de seus educandos de todas as idades.

A fala de Maria Imaculada é uma representação de sua condição social. Nela, a ausência de escolarização aparece como um fator que contribui para a sua forma de viver. Eunice também mostra a importância que essas pessoas depositam nos estudos: *“Eu não estudei, por isso não sou nada. Sem o estudo a gente só tem serventia para empregada; abaixo de Deus só estudo. Se eu tivesse estudado não estaria sofrendo de lavadeira aí”*.

As mulheres vêem a falta de escolarização como um sofrimento e expressam isso de diversas maneiras: pela dificuldade de obtenção de emprego, por falta de qualificação e pela carência do saber na dinâmica de vida social, como o uso de cartão bancário, celular e outras tecnologias.

Ao lamentar a falta de estudo e relacioná-la com sua condição, os habitantes de São Vicente-continente exprimem uma falsa compreensão de sua realidade. Paulo Freire (1997: 26) afirma que o homem demora em compreender seu papel social e, portanto, para “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar”.

Ao assumir-se como ser social e histórico o homem é então capaz de transformações na condição humana, verificamos isso com os moradores da área continental de São Vicente. Morin (2004: 38), ao se referir a condição humana, reconhece seu enraizamento e seu desenraizamento: “Estamos, a um só tempo, dentro e fora da natureza e nosso pensamento, nossa consciência, que nos fazem conhecer o mundo físico e dele nos distancia ainda mais”.

Os moradores de São Vicente-continente têm a consciência de como é difícil viver na cidade sem o domínio da leitura e da escrita e afirmam isso. Para eles, realizar o sonho de concluir os estudos e se assumirem como cidadãos é enfrentar a discriminação social, mesmo com suas limitações.

Onofre, um desse moradores, descreve esse sentimento: “*As pessoas que têm estudo sabem resolver as coisas melhor. ...hoje eu tenho vontade de saber das coisas. Eu estou doidinho para meu filho começar a estudar para ver se alguém aqui nesta casa consegue ler corridinho, pois eu e a mãe deles não estudamos e a gente sente*”

falta.” Percebemos nessa fala que o pai tem expectativa pelo aprendizado dos filhos, seria uma forma de compartilhar o saber que lhe foi negado. Em 2007, Onofre tinha quatro filhos menores de cinco anos, inclusive gêmeos, e a esposa está grávida de 5 meses.

As falas dos moradores aqui relatadas são a representação que os pais fazem da escola. Para eles a educação dos filhos tem um significado de esperança. Sabem que o estudo dos filhos será acompanhado de sacrifício de toda família, porque “*os estudos são difíceis*”, como dizem. Apesar disso, a escola não tem respondido às aspirações da população e nem dos professores, porque a participação familiar ali é pequena e revela o desconhecimento do papel fundamental dessa instituição.

Telmo Adams, em *Educação e classes populares* (1996: 33), mostra a escola “como um dos espaços possíveis de luta contra a exclusão social”. Na área continental, pais e alunos levam à escola sua cultura, sua alimentação, comem carne de sol e não frango, suas festividades e comemorações, querem trazer para a escola as datas representativas das cidades de onde migraram e sua religiosidade. “Com isso, a escola se vê imbuída da necessidade de manter seus laços com o contexto no qual esta inserida. Isso porque a escola não está deslocada da realidade que a cerca”. (Fischer, Fonseca e Ferla (org.) 1996: 25). Aparecem, contudo problemas, porque a escola quer realizar suas competências e não consegue.

Por esta pesquisa, percebemos que a escola fica distante das necessidades dos seus educandos promove queixas e reclamações sobre funcionários e docentes. Os pais não conseguem se adequar à sistemática dessas escolas, como: horários de

funcionamento de secretária, função de inspetores e serventes, notas e trabalhos para casa.

Os pais se utilizam ainda de outra forma de cobrança: denunciar a escola para a Secretaria de Educação. Sempre que vão à cidade, vão à Secretaria de Educação ou à Câmara fazer queixa a algum político que elegeram na intenção de estabelecer suas vontades. As queixas variam desde a quantidade de lição de casa e das dificuldades de alfabetização até os pedidos de mudança de funcionários e professores.

Essas atitudes demonstram como são contra o sistema de funcionamento das escolas, e expressam uma forma de reação aos padrões instituídos por elas. São formas isoladas de ação e não articulações do conjunto de pais.

As interferências e os interesses da sociedade da região do continente mostra as contradições existentes na escola. Os pais e responsáveis pelas crianças falam em democracia, o que para eles significa a realização de suas reivindicações quanto aos horários e o tratamento dado às crianças por parte dos funcionários e também a escolha da merenda oferecida. Para Rodrigues (2001: 34)

Ter uma escola democrática significa desenvolver uma educação escolar que compreenda as diversas interferências e interesses que perpassam a sociedade e que organiza o ensino de forma a levar o educando a compreendê-lo e a compreender o papel de cada um, individualmente, e o de cada grupo organizado, para poder interferir nas ações dessa sociedade.

A escola democrática é, pois, aquela que permite a manifestação das várias contradições que perpassam a escola e que, na sua forma de

organização, permite o aprendizado a respeito da natureza dos conflitos e das contradições existentes na sociedade de hoje.

A Secretaria de Educação de São Vicente investiu no aumento quantitativo de unidades, mas gerou um confronto com a representação de escola daquela população, porque não basta a construção de prédios, eles precisam se adequar ao número de alunos existentes.

Outro fator que contribui para a idéia de escola dos habitantes da região é o grande número de creches municipais, que são vistas como um prolongamento de suas casas. As creches são casas reformadas para abrigarem cinquenta crianças das 7 h. da manhã às 18 h. da tarde. Nos últimos dez anos, o número delas passou de zero para mais de vinte, em 2007, somente na área continental e atendem crianças de 0 até 6 anos de segunda a sexta. Quando completam seis anos são encaminhados para o ensino fundamental.

Para os habitantes da região, a escola deveria ter um espaço físico maior, com árvores, parques e sem muros altos. As escolas de ensino fundamental comportam um número elevado, de quatrocentas a mil e quinhentas crianças por unidade, em um período de quatro horas diárias. A diferença entre as creches e as escolas é grande e, para pais e crianças, acostumados a depender da instituição para educar seus filhos, a adaptação é penosa.

Após o sexto ano de escolaridade, a antiga quinta série, os pais consideram que as crianças já são estudadas, porque dominam a leitura e a escrita e, com isso, podem cuidar dos mais novos e irem e virem da escola sozinhos. Comparam o ensino daqui com o do Norte e Nordeste, região de onde vieram, e afirmam que é mais difícil aqui.

A representação cultural da escolaridade nos bairros tem como foco a integração comunitária de seus habitantes. Para eles, a escolaridade oferece status social. A fala de Jocelma comprova isso: “*Meu filho é rapaz estudado, já está no colegial e tem um bom emprego, com carteira assinada e tudo; ele me ajuda muito em casa, sabe ele só compra roupa de marca*”.

Para a população, ter o ensino médio representa um diferencial. Jocelma contou-me que seu filho fazia suas compras de roupas na C&A e que isso só acontecia porque ele estudou, arrumou um bom emprego e consegue comprar roupas de marca. Esse é um exemplo do sonho realizado por meio dos estudos e daquilo que ele pode proporcionar de bens materiais.

Diante da afirmação de Jocelma, utilizamos mais uma vez *A Religação dos saberes* para estabelecer uma questão sobre: “Que saberes estamos produzindo (a escola) por meio de nossa ação? A realidade é bem cruel”. Embora o livro tenha sido escrito como uma proposta para o Ensino Médio, descreve a nossa responsabilidade ética em formar cidadãos de todo e qualquer nível de escolaridade.

As escolas da área continental funcionam articuladas ao movimento populacional e estabelecem uma relação nem sempre harmoniosa com a comunidade. Isso se dá, por exemplo, pelas festividades que ali se desenvolvem; é uma maneira de escola e comunidade se relacionarem. Cada bairro tem seu relacionamento com a escola local definido pelas pessoas que trabalham nela e residem no bairro, pelas festividades que permitem a proximidade entre ambas.

Existe uma tolerância maior quando moradores do bairro trabalham na escola. Isso significa que as diferenças e opiniões divergentes não afastam o diálogo e o

entendimento entre os moradores da região e as escolas. Paulo Freire (1995: 17) afirma que “Não há crescimento democrático fora da tolerância,” No entender dessas comunidades, só existe um processo democrático quando é instituído por eles, e as escolas aceitam suas festividades e formas de relacionamento.

A representação social dos habitantes do bairro demonstra a importância das escolas para galgarem um poder aquisitivo melhor. Alguns habitantes as transformam em local para práticas sociais, tais como: reuniões da associação de bairros, missas, batizados, casamentos, festas da região de origem de seus habitantes e comemorações pertinentes a cada bairro. As relações que mantêm com a instituição escolar sedimentam a cultura, os hábitos e os costumes que trazem de suas regiões de origem.

A dinâmica de sobrevivência que a população da área continental desenvolveu articula sua cultura de origem com aquela que adquirem em São Vicente, o que fica evidente nas relações existentes entre as escolas e os moradores dos bairros. Os significados e valores compartilhados por essas pessoas aparecem nas festividades. A escola exprime os ideais de busca pela sobrevivência e, no seu espaço físico, são desenvolvidas as relações de proximidade entre seus habitantes.

A escola oferece uma dimensão múltipla em seu papel social. Ela homogeneiza e programa tanto quanto pode, entretanto é, preciso que cultive abertura para permitir que o educando siga seu próprio caminho, de acordo com seu ritmo:

Quando se fala de aprender e ensinar, não se trata mais somente de aprender e ensinar o que foi passado. Compreende-se, por isso, a descoberta do futuro. Mas o que devemos entender por futuro? O futuro ainda não existe: o futuro está em construção, uma

construção que diz respeito à totalidade das atividades existentes. O próprio espaço-tempo torna-se um resultado dessa construção. A irreversibilidade muda sua estrutura e cria novas relações entre a história e o mundo do presente do qual vivemos. Não existe, portanto, nem formação, nem educação para o domínio de uma complexidade ainda representada como propriedade dos objetos e até mesmo como método de tratamento de dificuldades. É a *práxis* do pensamento complexo, ainda mais do que sua prática, que deverá constituir a escola desejada. Porque ela é desígnio de aculturação, a educação está enraizada na cultura da qual ela tira uma parte de seus valores, entendendo-se aqui cultura tanto como história e memória de um patrimônio quanto como disponibilidade para ocorrências aleatórias.

Na citação acima o aprender e o ensinar buscam um futuro no espaço/tempo e fazem relação com a história, o mundo em que vivemos e a escola que desejamos; um futuro que se aproxima a descrição feita por Georges Lebert em *A Religação dos Saberes* (2007: 525-532) explica que: Não se inclui uma busca pelo tratamento das dificuldades de moradia, alimentação e emprego encontrados pela população estudada. O desejo de transgressão desses habitantes está em vencer a escola para receber um diploma que significa parte dos seus valores.

O cotidiano das pessoas, moradores da área continental provoca uma reordenação nas escolas para sua adequação ao local em que foram construídas. Vera Candau não nega que os processos culturais colocam, para a educação escolar, novos desafios e alerta que essa realidade vem instigando uma reflexão sobre “os desafios de

sua desconstrução/reconstrução para que a escola possa ser uma instituição significativa no nível pessoal e social”. (2000: 62).

As escolas de São Vicente-continente tornaram-se pequenas porque a comunidade transformou-as em lugar de festividades e lazer. Pelo convívio, festas e reuniões passam a ser espaço de união e encontros da comunidade do bairro, possibilitando mudanças mútuas. O convívio dos finais de semana torna-as local de encontros, de solidariedade, o que remete à idéia de educação do futuro de que fala Edgard de Assis Carvalho em *Ciências sociais na atualidade: percursos e desafios*. Para ele a educação do futuro deve ser uma atitude de “todos aqueles que acreditam na efetivação da cultura de paz, na construção de solidariedades nacionais e transnacionais, na consolidação das democracias, na efetiva colaboração entre todas as culturas da Terra”. (2004: 20)

Entre os habitantes da área continental de São Vicente, a presença das diferentes culturas tem maior visibilidade do que as normas instituídas pela Secretaria de Educação do município. Para essa população, a escolarização representa uma forma de luta contra a desigualdade, em uma reinvenção de escola tal como descreve Vera Candau (2002: 15):

Na reinvenção da escola, a questão da cidadania é fundamental. Não de uma perspectiva puramente formal do tema, mas a partir de uma abordagem que concebe a cidadania como uma prática social cotidiana, que perpassa os diferentes âmbitos da vida, articula o cotidiano, o conjuntural e o estrutural, assim como o local e o

global, numa progressiva ampliação do seu horizonte, sempre na perspectiva de um projeto diferente de sociedade e humanidade.

A velocidade dos acontecimentos, o ir e vir constante das pessoas, a evolução dos meios de comunicação e a cultura do efêmero aparecem na relação dos habitantes da área continental com as escolas. Frequentar a escola modifica hábitos e provoca marcas na comunidade pela sensação de pertencimento ao lugar em que vivem.

A sociedade aqui estudada acredita que a escola pode modificar suas vidas e seus interesses. Em *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, Morin (2004: 65) coloca suas idéias sobre o ensino médio, que transferimos para o ensino fundamental, âmbito desta pesquisa e afirma que: “A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa”. Esse terceiro eixo ou caminho é “ensinar a condição humana” porque reconhece sua humanidade comum, ao mesmo tempo, que reconhece a diversidade cultural. “Conhecer o humano é antes de mais nada, situá-lo no universo e não separá-lo dele.” (2004: 47).

Ao questionar nossa condição humana, questionamos nossa posição no mundo. É na cultura e na sociedade que garantimos a realização indivíduos e são nas interações entre os indivíduos que acontece a perpetuação da cultura e assim a auto-organização da sociedade. A condição humana é um dos sete saberes, onde a educação deveria mostrar o destino multifacetado do ser humano, da diversidade dos indivíduos, dos povos e suas culturas, sobre o enraizamento como cidadãos do planeta Terra.

Na região do continente de São Vicente, as mulheres acima de 35 anos acreditam que já não devem ir para a escola e não querem frequentar nem mesmo a Educação de Jovens e Adultos. Ao aceitarem a imposição de seus companheiros, que

não admitem vê-las fora de casa à noite, deixam de lutar por seus sonhos e que representam uma situação financeira melhor.

Apesar de afirmarem que a escola possibilita uma melhora no nível de vida, as mulheres aceitam as exigências dos companheiros e assumem um papel de dominadas. Os valores apontados nas suas falas são decorrentes dos hábitos e do entendimento que têm sobre o relacionamento entre duas pessoas que constituem a família. Mesmo quando admitem espancamentos e violências domésticas, não aceitam a falta de relações sexuais, que muitas vezes ocorrem diariamente, como declaram: *“Eu não sou mulher de passar sem sexo, senão... é certo que eles procuram outra lá fora de casa!”*

A sociedade estudada da área continental de São Vicente é capitalista, mas como vieram do norte e nordeste do país tem alguns hábitos e costumes de sociedades não-capitalistas. Não compram utensílios, mas fabricam e trocam uns com os outros, o mesmo acontecendo com os alimentos, vestimentas e sapatos. A teia de relacionamentos que se forma por meio dessas trocas dificulta por vezes e se torna distante da escola que frequentam.

A instituição escolar não compreende as redes de afetividade, nem o comportamento dos pais e mães das crianças e, conseqüentemente, imposições do cotidiano familiar dos alunos, como a submissão das mulheres acima de 35 anos.

Em São Vicente-continente, a escola é importante promotora de aprendizagem, mas as experiências vivenciadas nela só são aceitas quando não interferem nos valores considerados essenciais pelas comunidades, como alimentação e religião.

A população tem uma representação coletiva de que somente o estudo poderá mudar sua vida, embora apenas uma parte da população jovem consiga chegar ao nível

superior. O relato de Alberto, dono da rádio no Parque das Bandeiras, sobre sua filha caçula é um exemplo disso: “*essa sim quis estudar, moça de juízo com 25 anos e já fazendo faculdade; primeiro estudou e foi ajudar a mãe com os irmãos e agora faz faculdade de Pedagogia, vai ser professora*”.

A escola funciona como o elo de união porque é nela que acontecem os encontros e discussões sobre o bairro. A cultura da escola da área continental foi trazida por seus habitantes e é bem diferente daquela encontrada na ilha, que só chama os pais em dias de festa. Eles usam e cuidam do espaço físico no fim-de-semana e, durante a semana, acompanham merenda, funcionários e professores. Com isso, criam à escola de encontros e reconhecimentos, citada em *Leituras freireanas sobre educação* (2003: 95), ou seja, trazem “para a escola a cultura de nossos alunos, com o propósito de reconhecê-la e de problematizá-la, formando um coletivo a partir das diferenças e não das desigualdades”.

Na área continental de São Vicente, as mudanças ocorrem pela luta da população e não pela visão pedagógica e social da escola. Por isso, descrever suas escolas é descrever a formação e o crescimento dos bairros, é mostrar a relação dessa população e de seus descendentes com os habitantes da ilha. Os moradores da área continental desenvolveram uma escola que se aproxima da realidade social daquele local e das diferentes culturas existentes.

Durante a pesquisa de campo, constatamos que as escolas funcionam como estimuladoras da representação social de um modo específico de vida, com suas festividades familiares, aniversários, casamentos, mortes e hábitos diários. A escola é parte integrante da dinâmica de vida local, é um espaço de criação não só do cotidiano

dos moradores, mas também da sua dimensão de mundo, centrada em experiências concretas de vida e que nos faz pensar nas idéias de Morin (2004: 11) sobre educação:

A missão desse ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre. Mas a educação pode ajudar a nos tornarmos melhores, se não mais felizes, e nos ensinar a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas.

A educação contribui para a formação da sociedade: “Esse tipo de sociedade é complexa em sua dupla natureza, em que é preciso não só opor, mas também associar, fundamentalmente, a noção de *gemeineichaft* ou comunidade e a noção de *gesellschaft* ou sociedade”. (Morin, 2004: 66).

Edgar Morin, em *A cabeça bem-feita*, reitera que a nação é uma sociedade com seus próprios interesses, rivalidade, ambições e conflitos sociais e políticos, mas é, ao mesmo tempo, uma comunidade com atitudes e reações de caráter cultural/histórico.

A região do continente é uma sociedade e, ao mesmo tempo, uma comunidade, como cita Morin, porque enfrenta seus problemas com características e articulações de sobrevivência próprias. Nossa pesquisa vivenciou as relações diárias da comunidade com as escolas, o que revelou as aspirações das pessoas em relação aos estudos. Para eles, a escola é a instância mediadora entre o sonho e a realidade.

Esses moradores acreditam que o acesso à cultura e a ascensão social estão ligados. Nas suas representações sociais, isso ocorre pelos estudos e pelo diploma, que

pode comprovar a escolarização. Para eles, cursar o ensino médio é ser estudado, diplomado, isso revela uma cultura que vê a escola como símbolo do poder aquisitivo.

Para Morin (2005: 48) a palavra cultura “fornece os conhecimentos, valores, símbolos que orientam e guiam as vidas humanas.” As comunidades da área continental produziram uma cultura que desafia o sistema educacional e procura adequá-la às convivências da coletividade.

Os órgãos públicos educacionais e os habitantes da área continental acreditam que a escola pode vir a cumprir o papel de formadora de uma sociedade mais digna e justa. O ensino ministrado para as chamadas classes populares não deve ser interpretado como uma simplificação daquele aplicado na ilha. Assim, a educação deve contribuir para formar o cidadão para tornar esse cidadão melhor, mais feliz, englobando-o na cultura e na sociedade.

Uma educação para uma cebeça-bem-feita, que acabe com a disjunção entre as culturas, daria capacidade para se responder aos formidáveis desafios da globalidade e da complexidade na vida cotidiana, social, política, nacional e mundial. (MORIN, 2004: 33). A escola projeta a realidade social e, como tal, mostra as contradições, antagonismos e complementaridades de uma sociedade. Podemos afirmar que a grande expansão do sistema escolar do município de São Vicente ocorrida nos últimos dez anos é uma consequência da política educacional que vê a educação em quantidade.

Dados obtidos pela pesquisa mostram que a política educacional instalada no município de São Vicente deu grande ênfase à expansão quantitativa da rede de ensino fundamental, numa busca de qualificação de trabalhadores para o novo modelo econômico do país. Passamos de oito escolas de Ensino Fundamental para 37 em apenas

uma década de crescimento urbano. Do total de escolas da cidade, 14 estão espalhadas na área continental e 30 encontram-se na ilha.

Ao discutir a educação, descobrimos os anseios e os interesses do grupo social estudado pela forma como pensam a sociedade, o trabalho e a escola, pois “A vida urbana pressupõe encontros, confronto das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões”, que coexistem nas cidades”. (Henri Lefèbvre, 2001: 49).

A sociedade considera a cidade como uma prestadora de serviços. Incluída nesse sistema, a escola, possibilita emprego, torna-se fator de ascensão social. Pelos dados da Secretaria de Educação (SEDUC), 87% dos pais de alunos declaram que o processo de urbanização da área continental mostrou a necessidade de mandarem seus filhos para escola e que ela é mais acessível do que aquelas que freqüentavam em suas cidades de origem.

Edgar Morin considera que “a cultura é protegida, nutrida, mantida, regenerada, sem o que estaria ameaçada de extinção, de dilapidação, de destruição”. (Morin, 2005: 35). Exemplo disso é São Vicente-continente, onde a cultura se adaptou para ser mantida pelos habitantes, os migrantes do norte e nordeste do país.

A população do continente procura se adaptar ao mecanismo sócio-cultural desenvolvido pela escola e os pais, procurando ascensão social, afirmam que só pelo estudo podem mudar a situação de vida em que se encontram.

Os elos da coletividade tem relação direta com os saberes desenvolvidos pela escola, uma instituição transformadora da sociedade. Os dados da SEDUC mostram que as salas de aula de Ensino Fundamental da ilha foram reduzidas ou permaneceram

estáveis no período 2004/2005/2006 e que o mesmo não ocorreu na área continental, onde houve o aumento tanto no número de salas/alunos como no número de escolas.

O relacionamento com a escola mostra os múltiplos papéis que a cultura desempenha. Por isso permanecemos ao lado das idéias de Morin (2005: 61) para quem, “a educação deveria mostrar e ilustrar o destino multifacetado do humano: o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis”. Os habitantes da área continental de São Vicente buscam um destino histórico/social possível pelo viés da escola.

4.2. Escolas da região continental.

A seguir, apresentamos uma descrição das escolas de ensino fundamental da área continental de São Vicente, administradas pela Secretaria de Educação do Município, e também os vínculos sociais e afetivos dos moradores para com essas instituições. Todas carregam a sigla EMEF, Escola Municipal de Ensino Fundamental.

As escolas possuem salas de educação especial, onde às crianças são preparadas para freqüentarem salas regulares efetivando a inclusão social solicitada pelo governo federal e aderida pela prefeitura. Os dados relativos ao número de alunos, salas e períodos de funcionamento das escolas foram fornecidos pela Secretaria de Educação de São Vicente, por meio do cadastro das escolas. A prefeitura transformou todas as suas escolas no ensino fundamental de nove anos, e as crianças entram no primeiro ano de escolaridade com seis anos de idade.

4.2.1. EMEF RAUL ROCHA DO AMARAL

Figura 43



Foto da fachada da EMEF Raul Rocha do Amaral – fonte: Márcia Vale

A EMEF Raul Rocha do Amaral, na Vila Ponte Nova, foi construída em 1996. Possuía cinco salas, para abrigar a demanda escolar da época. Em 2006, passou pela terceira reforma em dez anos e abriga hoje 16 salas de aula, com 35 a 40 alunos em média. Para 2008, a proposta da Secretaria de Educação de São Vicente é que funcione com quatro períodos, sem intervalo entre eles, das 7 às 11 horas, da 11 às 15 horas, das 15 às 19 horas e das 19 às 23 horas, devido ao aumento da demanda escolar e à impossibilidade de construir uma nova escola no bairro.

Essa escola é cuidada com carinho pelos moradores do bairro porque foi solicitada e construída por eles. O material foi doado por um benfeitor religioso que morava em Santos, por isso a escola leva o seu nome, e a prefeitura cedeu o terreno. Em 2008, a escola funciona nos quatro períodos citados, com 44 salas de aula e 1456 alunos. Desses, 30 pertencem à educação especial, divididos em duas turmas com 15 alunos

cada. Essa modalidade do ensino fundamental atende crianças portadoras de necessidades especiais, neste caso, deficientes mentais.

4.2.2. EMEF ARMINDO RAMOS

Figura 44



Fachada da EMEF Armindo Ramos – fonte: Márcia Vale

A EMEF Armindo Ramos, como mostra a foto, mais parece uma casa adaptada para abrigar uma escola. Os muros e portões baixos e a conservação demonstram sua aceitação pela população. Está localizada no bairro de Samaritá, um dos mais tranquilos da região. Seu número de alunos mantém-se estável, e a comunidade é participante e sem problemas de relacionamento com o corpo administrativo.

A unidade é bastante simples e, em 2008, abriga 436 alunos, divididos em 12 turmas nos períodos da manhã e tarde. A escola necessita de reforma, que não acontece porque a população quer que permaneça preservada, isto é, sem alteração desde que foi adaptada para ser escola, em meados de 1970. É localizada muito próxima à passarela

da estação ferroviária de Samaritá, e os moradores não contribuem para a sua manutenção.

4.2.3. EMEF “CAIC” AYRTON SENNA DA SILVA

Figura 45



Entrada de professores e alunos da EMEF CAIC – fonte: Márcia Vale

O CAIC (Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente) Ayrton Senna da Silva, situada no bairro do Humaitá, é uma imensa escola de ensino fundamental, inclusive com educação de jovens e adultos. Funciona também como um grande centro comunitário. Abriga, ainda, um posto de saúde e uma creche municipal com berçário, funcionando doze horas por dia. Por ser um bairro próximo à Serra do Mar, é sempre sombrio e, mesmo no alto verão, as pessoas usam casacos ou roupas de meia estação.

A escola fica em um local onde seria construída uma praça e seu formato é redondo. Possui muros baixos, e os moradores contribuíram para sua construção e até

hoje cuidam da escola. Recentemente foi construída uma casa que abriga um caseiro. Ele toma conta da escola e que sempre residiu no bairro. O CAIC conta hoje com 1334 alunos, divididos em três períodos, com total de 43 turmas, sendo uma sala de educação especial para deficientes mentais, com 10 alunos.

Figura 46



CAIC – vista lateral onde fica a creche. Fonte: Márcia do Vale

4.2.4. EMEF PREFEITO JOSÉ MEIRELES

A EMEF Prefeito José Meirelles, situada no bairro do Quarentenário, foi construída num antigo campo de futebol, no centro de uma futura praça, chamada de Areião. Não foi aceita pela comunidade, que por diversas vezes furtou blocos, cimento, janelas, portas, móveis e vários objetos que chegavam para a construção.

Figura 47



Entrada lateral e de alunos – fonte: Márcia Vale

Nos dias atuais, ainda é preciso cuidado com possíveis furtos de material ou depredações. Seu estado de conservação é bem diferente do das demais escolas dessa região e constantemente há troca da equipe de direção.

A população do bairro cresce 40% mais do que em outros bairros da região. Mesmo sem afinidade com a escola, as crianças freqüentam a unidade que possui, em 2008, um total de 1216 alunos, divididos em 35 turmas, sendo uma delas de educação especial para deficientes mentais, com 12 alunos. Funciona com dois períodos de aulas.

4.2.5. EMEF PREFEITO JORGE BIERRENBACH SENRA

A EMEF Prefeito Jorge Bierrenbach Senra, no Jardim rio Branco, é uma unidade bem conceituada pelos moradores do bairro. Sua administração e corpo docente são

mantidos inalterados há vários anos. Mostra a valorização da educação pelos habitantes. Funciona apenas pela manhã e à tarde.

Figura 48



Entrada de professores e quadra da escola – fonte: Márcia Vale

A escola possui o maior número de alunos da região porque abriga crianças do Quarentenário, do Jardim Rio Negro, da Vila Ponte Nova e do Jardim Rio Branco. Com 1782 alunos, funciona, em 2008, com dois períodos e 52 turmas. Possui três salas de educação especial, uma é para atender deficientes auditivos, com oito alunos, e duas salas para deficientes mentais, com 21 alunos no total.

4.2.6. EMEF FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS

Ainda no Jardim Rio Branco, fica a EMEF Francisco Martins dos Santos, construída bem próxima a um posto de saúde. O bairro é bem carente, as ruas não são asfaltadas e a maioria das moradias é fruto de invasão, mas a escola é bastante protegida pelos moradores e conservada por dentro e por fora.

Figura 49



Entrada principal reservada aos alunos da EMEF Francisco Martins – fonte: Márcia Vale

Os funcionários são todos do próprio bairro e mantêm uma relação de amizade com os pais de alunos, o que favorece o relacionamento escola/comunidade. A direção também permanece inalterada há dez anos. Por dentro, dá a sensação de uma casinha de bonecas.

Em 2008, a escola tem um total de 914 alunos, distribuídos em 26 turmas. Possui duas salas de educação especial, uma de deficiente visual, com sete alunos, e outra sala, de deficiente mental, com 13 alunos. Funciona em dois horários, manhã e tarde.

4.2.7. EMEF PROFº GILSON KOOL MONTEIRO

A EMEF Profº Gilson Kool Monteiro, na Vila Matias, foi construída há pouco tempo e sua relação com os habitantes não é boa. Eles comentam que a escola mais

parece uma prisão e seu acesso é difícil. Existem salas vazias, e a maioria das crianças e seus pais preferem outras escolas situadas na área continental.

Figura 50



Prédio da escola – fonte: Márcia Vale

Os moradores do bairro têm respeito e não depredam o prédio, mas a escola é desprezada pela população e, por isso, todos os anos há salas ociosas. Seu acesso é difícil, e quando chove as proximidades ficam alagadas. Por esse motivo, há uma constante troca de funcionários e professores.

Hoje, 2008, a escola conta com 689 alunos e funciona nos três períodos, com 22 turmas, sendo duas de pré-escola e uma de Educação de Jovens e Adultos. Nas proximidades, não existe escola de educação infantil, por isso, foi transformada para atender tanto educação infantil como ensino fundamental.

4.2.8. EMEIEF VILA EMA

A E MEIEF Vila Ema já existia para a Educação Infantil e foi transformada para atender o Ensino Fundamental. Sempre contou com o apoio da comunidade. Seus muros são baixos e com alambrados ao redor o que permite visualizar o que acontece lá dentro. Segundo os moradores, isso aproxima os pais e a escola.

Esta escola foi adaptada para atender tanto a educação infantil como o ensino fundamental. Possui, em 2008, um total de 483 alunos, funcionando em dois períodos, com oito salas de educação infantil, uma sala de deficiente mental, com sete alunos, e nove salas de ensino fundamental.

Figura 51



Entrada da EMEIEF para todos profº, funcionários, alunos e pais – fonte: Márcia Vale

A construção é bastante simples, mas as árvores e o espaço para as crianças brincarem é grande. Todas as atividades e festividades locais são feitas ali e com a

participação dos moradores. É um exemplo de uso social pela comunidade, pois lá acontecem todos os tipos de festividades do bairro.

4.2.9. EMEF PROFª LEONOR GUIMARÃES A. STOFFEL

Figura 52



Entrada principal da EMEF – fonte: Márcia Vale

A EMEF Leonor Guimarães A. Stoffel, em Samaritá, é distante da população. O acesso é obscuro e cheio de voltas, os muros são altos e os corredores são estreitos e cobertos por telhas, o que impede a claridade. A estrutura e o tamanho das salas são bons.

Foi construída para ser escola, mas a manutenção é precária, justamente porque a população não colabora com a Associação de Pais e Mestres. O comparecimento nas festividades escolares é bom, mas somente para assistirem seus filhos e depois vão embora.

A unidade escolar funciona em dois períodos, com dezesseis turmas e 511 alunos, em 2008. Não possui educação especial ou qualquer outra modalidade de ensino.

4.2.10. EMEF SAULO TARSO MARQUES DE MELLO

Figura 53



Fachada da escola EMEF Saulo de Tarso – fonte: Márcia Vale

A EMEF Saulo Tarso Marques de Mello é bastante próxima à comunidade. Os moradores do Parque Continental gostam dela e das pessoas que ali trabalham. É bem cuidada e tem aparência de escola particular, como comentam os moradores.

Os funcionários, professores, direção e a comunidade vivem fazendo benfeitorias na escola. Um exemplo disso é o fato de haver cartão magnético para entrada dos alunos e também para o controle de faltas. Em 2006, implantaram um

sistema de notas via internet para que os pais, de casa ou na própria unidade, verifiquem faltas e notas de seus filhos.

Os moradores consideram a escola um exemplo de modernidade e raramente vão à SEDUC para prestar alguma queixa. Nenhuma outra escola do município, na região, goza de tão boa relação com a comunidade.

Os alunos deixam de frequentar o Gilson Kool e preferem atravessar a rodovia e estudar nesta unidade escolar que tem 1518 alunos, em 2008, com 46 turmas, funcionando nos três períodos. Tem seis salas de educação infantil e quatro de Educação de Jovens e Adultos.

4.2.11. EMEF Profº LUIZ PINHO DE CARVALHO FILHO

Figura 54



Prédio da escola – fonte: Márcia Vale

A EMEF Luiz Pinho de Carvalho Filho, no Humaitá, não tem um bom relacionamento com a comunidade. Os pais reclamam da administração e das constantes mudanças de vice-direção e coordenação; em 2007 foram três. A relação entre pais e

professores é bastante conturbada, se compararmos com as outras escolas da região. Por ficar no Humaitá e próxima ao CAIC, os moradores e as crianças vivem comparando as duas unidades.

O Humaitá é o maior bairro, em termos populacionais, da região. A escola foi construída para abrigar a demanda escolar, porque o CAIC não comportava tantos alunos. Hoje, em 2008, possui 960 alunos, distribuídos em 30 turmas, sendo duas salas de educação especial, com 23 alunos deficientes mentais.

4.2.12. EMEF Dr. MARIO COVAS

Figura 55



Entrada de funcionários e professores da escola – fonte: Márcia Vale

A EMEF Dr. Mario Covas é de porte médio e foi construída recentemente para abrigar o ensino fundamental no Parque das Bandeiras. A população tem enorme respeito pela estrutura física da unidade. Os pais procuram contribuir com a Associação de Pais e Mestres com certa frequência e com tudo que a escola se propõe a realizar.

Os funcionários residem no bairro e a administração tem uma relação com eles e suas famílias. O terreno da escola é grande, possui quadra e uma casa que abriga o caseiro e sua família.

A escola tem uma área grande de terras em que não foram construídas salas. Sempre que necessário, são levantadas algumas salas para atender a demanda, porém não tem planejamento e estrutura de escola porque as novas salas foram construídas de frente para um terreno vazio, que sempre está com matos altos e os muros quebrados.

Com 1054 alunos no total em 2008, possui 31 turmas funcionando em dois períodos. Tem uma sala de educação especial, que atende 14 alunos deficientes mentais.

4.2.13. CESCO – Centro Municipal de Educação Supletiva – Área Continental.

Figura 56



Prédio do Cescon quando fechado – fonte: Márcia Vale

O CESCO funciona diariamente, nos períodos diurno e noturno, e os alunos vão à escola para tirar dúvidas, no plantão dos professores. Essa modalidade de ensino

diminuiu em muito os índices de adultos sem concluírem o ensino fundamental. A direção tem uma relação harmoniosa com os educandos e consegue ajudá-los nas dificuldades, muitas vezes servindo-lhes até de conselheira. Todos os alunos ajudam na conservação da unidade, porque muitos deles trabalham à noite e freqüentam a escola durante o dia, o que facilita a manutenção.

Em 2008, o CESCÓN conta com 2144 alunos distribuídos em três períodos e com 36 turmas para atender toda a área continental de São Vicente.

4.3 Elo de união

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, a escola deve ser formadora do cidadão crítico e consciente. Trata-se de um objetivo tão importante, que mostra a grande valorização a ela atribuída.

Nesta última década, muito se tem falado em educação com parcerias que envolvam a comunidade ao redor da escola. Mas, ao pensar em uma parceria entre escola e família, é preciso compreender que ambas podem trazer valores diferentes, com significados opostos.

Quando se pensa em parceria família/escola, não está presente um terceiro componente, o filho/aluno. Ele é o elo destas duas instituições. A escola é muitas vezes criticada por aquilo que não consegue realizar em termos de aprendizagem para seus educandos. Consciente de que a construção de uma sociedade justa só é possível por meio da compreensão de mundo, Morin (2006: 550) tem incentivado a reforma do sistema educacional:

A educação é sempre mestiçagem, invenção de um compromisso em favor de uma duração. Por um lado, ela visa ao desenvolvimento da pessoa, à constituição do sujeito, sua autorização (capacidade conquistada para tornar-se co-autor de si mesmo), mas, por outro lado, ela prossegue nos objetivos que lhe são atribuídos devido à sua função social, a adaptação ao que existe, a iniciação e submissão às regras, o que permite a entrada na sociedade. Ela vai assim evidentemente bem mais longe do que a simples instrução, transmitindo valores (familiares, sociais, universais).

A dinâmica de uma escola que atenda as necessidades da família e dos alunos necessita de reuniões pedagógicas ou de interesse geral. É preciso que os pais participem das decisões escolares e vejam essa interação como necessária, porque:

A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os suportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior, que constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (Silvio M. Kaloustian, 2001: 92).

A família é local de aconchego e segurança das crianças. Permite a preservação dos valores e, ao mesmo tempo, faz parte da dinâmica econômica e cultural da sociedade e da própria escola. Cada sujeito vem de uma família com características diversas e mantém com a escola uma aproximação. Participar da dinâmica da vida escolar é abrir uma possibilidade que, certamente, aprofunda os laços de solidariedade entre os participantes da comunidade.

Na região estudada, o sistema de ensino e o Departamento de Merenda Escolar da cidade foram se adaptando às solicitações e reivindicações da população quanto à alimentação. Um exemplo disso é o fato de comerem muito mais farinha de mandioca do que arroz, muito mais carne seca ou carne de sol do que frango.

A distribuição de merenda e de verbas para as escolas de ensino fundamental são as mesmas para toda a cidade, variando apenas quanto ao número de alunos de cada unidade escolar. Nos últimos seis anos, segundo dados do Departamento de Merenda Escolar do Município, o consumo de carne e frango foi maior na ilha, em média 40% ao mês, que na área continental. A carne seca, a farinha e o toucinho crescem cerca de 60% mais do que na ilha.

Ainda segundo dados da Merenda Escolar, o consumo de feijão é 50% maior na região do continente, o pão também é bastante consumido, enquanto na ilha comem 30% mais biscoitos e bolachas. Na área continental, o consumo de pão é elevado até porque existe uma ONG, situada no bairro Vila Ponte Nova, que tem uma cozinha experimental que ensina panificação e vende sua produção diária para as escolas.

O Departamento de Merenda tenta explicar o processo de escolha dos alimentos enviados às escolas, mas acaba por se adaptar, evitando o desperdício, porque as

crianças e a população não querem a mudança de hábitos que acreditam ser melhor para o crescimento de seus filhos.

Catarina, mãe do aluno Emerson, na porta da escola José Meireles, no Jardim Rio Branco, comenta a merenda escolar. *“Onde se viu, dar frango com batata na merenda de sexta-feira para as crianças, parece que não pensam. Hoje ele come frango e no domingo come o que? Será que eles não vêem que frango é no almoço de domingo”*.

A relação com o alimento interfere no convívio dos pais com a escola. Eles acreditam que podem interferir na escolha do alimento que seus filhos consomem. Quando a unidade escolar acata suas decisões quanto à alimentação, o relacionamento é mais cordial e, quando isso não ocorre, fazem suas reclamações coletivamente.

Na área continental, o aumento populacional foi muito rápido e, por esse motivo, cresceu também o número de escolas, permitindo que mais alunos fossem matriculados. Nos bairros Humaitá, Parque das Bandeiras e Vila Emma, houve um aumento da renda média mensal do trabalhador que gerencia a casa, cerca de R\$ 1.500,00 mensais, segundo dados do censo escolar de 2005.

As famílias aumentaram também quanto ao número de filhos, isso gera um número de alunos maior e uma solicitação de merenda escolar também maior, porque a prefeitura e o departamento de merenda escolar atendem as creches e os Centros de Educação e Recreação.

Essa tendência de aumento nos ganhos das classes consideradas baixas de São Vicente garantiu o investimento na aquisição de escolaridade. O número de famílias, de comércios e de habitantes dobrou na última década e a prefeitura acabou construindo

mais escolas. O índice de escolarização está relacionado à questão do emprego e da auto-estima porque proporciona aos habitantes dessa região um poder de compra maior.

Moacir Gadotti (2000: 89) vê a educação como obra transformadora e criadora da sociedade e reconhece a existência de processos educacionais fora das paredes da escola e que colaboram com outras esferas de socialização e com os conhecimentos sobre o mundo em que vivemos:

Fazer progredir alguém significa modifica-lo. Por isso, a educação é um ato de desobediência e de desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, uma pré-ordem. Uma educação autêntica reordena. É por essa razão que ela perturba, incomoda. É nessa dialética ordem-desordem que se opera o ato educativo, o crescimento espiritual do homem. Precisamos de certa incoerência para crescer. Educar-se é colocar-se em questão, reafirmar-se constantemente em relação ao humano, em vista do mais humano para o homem.

A necessidade das transformações, representações e dos significados para os habitantes da área continental revela-se na escola enquanto local de posicionamentos que contribuem para que homens e mulheres possam ter uma sociedade mais justa. Passar do discurso à prática requer ações de acolhimento que aproximem ainda mais a escola da comunidade de forma a aceitar e compreender uma cultura diferente daquela já implantada.

A condição almejada pelos moradores da área continental de São Vicente para uma qualidade de vida aceitável vai além da sobrevivência diária e deve estar também

ligada à obtenção de renda e de educação, porque sem isso a inserção na sociedade e no mundo do trabalho torna-se precária. Por suas características coletivas de união, eles não aceitam seu destino e a falta de renda que lhes é imposta; buscam estudo, emprego e moradia sempre com a intenção de melhorar.

As escolas de São Vicente-continente assumem uma identidade própria muito próxima das representações do bairro e acreditam que não repassam a ideologia da classe dominante. Criam mecanismos que as diferenciam das escolas da ilha, mas procuram se assemelhar quanto à escolarização, que proporciona o status de cidadão vicentino.

A escola tornou-se um espaço de busca, de construção, de diálogo e de conquistas. Tomar como referência essa diversidade de interações, saberes e fazeres, tecida no cotidiano da escola, implica assumi-la como produtora social que se diferencia e se realiza pelas ações de seus frequentadores:

O sentido da escola é, pois, contribuir no processo de transformação social instrumentalizando, junto com outras forças criadoras de novos valores e práticas solidárias, as classes populares, para que estas assumam a conquista da cidadania plena. Contribuir, enfim, para construir uma nova sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente democrática e culturalmente plural. (Laura Souza Fonseca, Nilton Bueno Fischer e Alcindo Antonio Ferla. 1996: 34)

Ao demonstrar que não existe barreira entre escola e vida cotidiana, entre o ser humano e o mundo, partimos para a realização de uma escola transformadora. Por esse motivo, a escola é o elo de congruência, de junção, de religação de saberes e atitudes.

As idéias de Morin (2001: 236) a respeito das determinações sociais da educação acenam para a possibilidade de reforma do sistema educacional:

Existe uma construção de saberes tecida a partir de contribuições universais e enriquecida pelas mais diversas culturais, só pode ser a construção de nossas representações do espaço, do tempo e dos objetos que povoam o cosmos. Longe de figurar uma progressão linear que seria resultante da supremacia desta ou daquela visão de mundo, nossa visão moderna apóia-se, de fato, sobre tradições múltiplas e complementares.

Nesta pesquisa, ficou claro que a escola atua como um instrumento que aproxima a população da área continental dos habitantes da ilha e esse fato é evidenciado pelo esforço que os mais velhos fazem para que os mais novos a frequentem.

A escola é fundamental para a vida dos habitantes da área continental de São Vicente, ainda que seja vista apenas na perspectiva de liberdade financeira. Por outro lado, a escola não tem o poder de concretizar as aspirações da população e nem de atenuar a exclusão a que são submetidos os moradores da área continental.

Segundo Oliveira (2003: 91), “a escola, em seu projeto, propôs-se a desenvolver uma educação dialógica, visando estabelecer no processo educativo uma relação

democrática, diferenciada da tradicional e que passa, também, pelo estabelecimento de uma relação interacional entre o saber popular e o saber erudito ou escolar”.

Há dez anos atrás, na região continental de São Vicente haviam apenas três escolas de Ensino Fundamental, a EMEF Raul Rocha do Amaral, situada na Vila Ponte Nova, a EMEF CAIC – Ayrton Senna da Silva, situada no Humaitá e a EMEIEF – Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Vila Ema. Hoje há um Centro de Educação Supletiva e 12 escolas: EMEFs Armindo Ramos, Samaritá; Francisco Martins dos Santos, Jardim Rio Branco; Prefeito Jorge Birrembach Senra, Jardim Rio Branco; Professor Gilson Kool Monteiro, Vila Mathias; EMEF Professor Luiz Pinho de Carvalho Filho, Humaitá; EMEIEF Professor Leonor G. A. Stoffel, Samaritá; EMEF Saulo Tarso Marques de Mello, Parque Continental; EMEF Prefeito José Meirelles, Quarentenário; EMEF Dr. Mario Covas Júnior, Parque das Bandeiras; O Centro Municipal de Educação Supletiva da Área Continental, Jardim Rio Branco.

Pelo último Censo Escolar de 2007, percebe-se que a baixa escolarização de pais, familiares e agregados não lhes permite ajudar nos estudos dos filhos, principalmente no Quarentenário, Rio Negro e Vila Mariana, bairros invadidos e sem esgoto, demarcação de ruas e formas de convivência coletiva.

A instrução recebida na escola anima a comunidade a prosseguir os estudos, tentando atingir níveis de vida mais justos. Experiências de vidas bem sucedidas, aliadas a um bom emprego, estão relacionadas ao papel social da escola e à representação que ela tem entre os moradores dos bairros estudados.

As escolas funcionam como um espaço de encontro. Entender essa função múltipla, saber aceitar as diferenças e buscar incluir esses sujeitos como cidadãos vicentinos é reconhecer o seu papel social.

Em São Vicente-continente temos uma população que se organiza em grandes movimentos populares, como associações de bairros, entidades religiosas e Ongs, que acreditam na instituição pública escolar, quando isso pode se reverter em benefício próprio. Isso não impede que, em determinados momentos, aflorem as relações de subordinação mantidas com o poder público. Portanto, os interesses das escolas não se afirmam sempre da mesma maneira, com a mesma intensidade ou com a mesma prioridade.

Considerações finais

Para compreender como se deu a formação populacional da área-continental de São Vicente, analisamos as relações cotidianas desses habitantes e a configuração das comunidades. Elas formam um sistema de valores que determina o significado de ser morador de São Vicente-continente. A pesquisa partiu da idéia de que é no cotidiano que essas pessoas deixam ver suas origens, seu desejo de serem pertencentes a São Vicente-ilha e as diferenças existentes em seus relacionamentos afetivos.

Na tentativa de configurar São Vicente-ilha e São Vicente-continente, vários elementos contribuíram para a construção do que chamamos de comunidades: religiosidade, relacionamentos afetivos, alimentação, escola, emprego e moradia. Na dinâmica social estudada, foi possível perceber de que forma os sujeitos constroem seus relacionamentos com a cidade-ilha e como ocorre a união entre as comunidades.

O tempo total da pesquisa foi de quinze anos e evidenciou que as três últimas décadas foram fecundas e decisivas na ocupação da área continental da cidade. Resgatamos como os moradores foram se incorporando na cidade moderna, mostrando como a representação de um estado de bem-estar é almejada sob a forma de emprego, moradia, alimentação e escolarização.

Essas características, associadas à dinâmica da cidade, compõem referenciais de pertencimento e acarretam conseqüências na economia e na cultura da região. O reconhecimento dessas comunidades foi difícil de ser identificado porque o sentimento de exclusão é verbalizado por seus moradores.

Foi por meio da identificação de uma rede social composta por esses habitantes e da análise de seus diálogos que pudemos compreender a formação das comunidades. Dessa maneira, começou a se esboçar a relação que eles têm com a cidade-ilha, bem

como sua representação do significado de ser vicentino. Cabe lembrar que muitas regiões do Brasil passaram ou passam pelo aumento excessivo da população, em alguns espaços territoriais.

Pela análise do material reunido nos cadernos de campo, pudemos vislumbrar o cotidiano de São Vicente-continente e seu encontro dessas pessoas com São Vicente-ilha. Também percebemos como se processava a teia de relacionamentos entre os dois lados da cidade, ou seja, o que parecia ser uma desarticulação dos grupos de moradores da área continental em relação à ilha era, na verdade, a dinâmica de seu específico viver social e a construção reinventada de um cotidiano de ser e estar vicentino.

A ocupação dos espaços continentais da cidade engendrou uma nova teia de significados para a ilha. Na relação entre ilha e continente e pelo interesse de ambos de conviverem, a instituição escola é apontada como uma alternativa sócio-cultural viável. Por meio dela, os moradores da área continental reconhecem o valor histórico-social da cidade.

A vida cotidiana desses moradores assume dimensões suportáveis, já que conseguem adquirir itens desejáveis de consumo. A sedução do mercado proporciona padrões de preço/compra para todos. Ao buscarem por emprego, moradia, alimentação e escolarização, eles parecem fugir do estigma da pobreza.

Esta pesquisa mostra que, ao mesmo tempo as comunidades crescem, aumentam as dificuldades dos migrantes para sobreviverem em cidades urbanizadas. Assim, ela contribui para que a sociedade conheça a dinâmica de vida desses lugares, a qual se estabelece na vivência compartilhada.

As diferenças culturais envolvem uma teia familiar de costumes e hábitos que poderão servir para a compreensão dos efeitos da globalização na população migrante. Lançando um olhar na forma de fixação de migrantes em regiões diferentes de sua terra natal, a pesquisa revelou uma formação comunitária construída pelos interesses em comum.

A pesquisa almeja que os dados levantados possam contribuir para o entendimento do modo de sobrevivência dos seres humanos em regiões litorâneas nesse início de século vinte e um. Nossa, tentativa de entender os grandes aglomerados urbanos que se formam à margem das cidades poderá ser útil para novas pesquisas sobre outras regiões do Brasil.

Ao conviver com os habitantes da área continental de São Vicente, constatamos que a desigualdade social continua quando o ser humano troca sua região de origem pela ilusão da cidade urbanizada e moderna. Para isso, o mercado de consumo constitui um atrativo para todos os tipos de trabalhadores brasileiros.

Podemos afirmar que a consciência coletiva dos habitantes de São Vicente-continente sobre suas necessidades modelou seus pensamentos e ações, revelando aspectos de sua cultura. O migrante se desloca de seu ambiente, de sua casa, de sua cidade e integra-se a outros lugares, onde realiza novas experiências. Pensar nas comunidades da área-continental de São Vicente a partir da diferença parece-nos ser um caminho apropriado para tratar a questão da cultura.

Nesse sentido, a formação populacional que se deu na área continental pode ser pensada como um movimento de duplo significado: um deslocamento no espaço, que teve como objetivo a sobrevivência em outra cidade, e, também, uma mudança interior

dessas pessoas, realizada a partir de um esforço social, familiar e afetivo de adaptação à nova moradia e a cidade.

Migrar significa entrar em contato com uma multiplicidade de formas de organização da vida social. As sociedades se organizam a partir de certos critérios e estabelecem regras e normas de relacionamento e comportamento entre os que dela participam. As pessoas e as comunidades orientam suas ações a partir de um padrão de conduta coletivo, embora suas manifestações e expressões sejam diferentes.

As formas pelas quais as várias comunidades organizaram suas vidas inscrevem-se em uma cultura. Portanto, podemos afirmar que a formação das comunidades de São Vicente-continente aconteceu pelas ações e relações sociais compartilhadas, que resultaram ora em situações de interação, ora em desestruturação. As condições de existência sócio-econômica conservam ou modificam ao mesmo tempo os processos de representação que as pessoas possuem.

As regras de conduta são ditadas pelos grupos e orientam suas ações e seus relacionamentos. Essas regras dizem respeito ao desenvolvimento material, afetivo e simbólico da sociedade. Práticas, hábitos, crenças, valores, costumes e alimentos são compartilhados e adquirem sentido no interior do grupo social.

O convívio em uma organização social tão diversa como a da região continental de São Vicente requer um aprendizado que possibilite compreender certas normas de conduta do grupo. Nesse contexto, a cultura relaciona-se diretamente com o território, o lugar de moradia. A diversidade cultural existe e ocorre efetivamente no interior dos lugares. Ali, a vida e seus vários significados são elaborados e re-elaborados todos os

dias no cotidiano. É necessário que se conheça a diversidade das comunidades da região continental para que se compreenda a sociedade que se formou.

É na história de vida dos moradores da área-continental de São Vicente que se caracteriza e contextualiza a desigualdade social. Para se compreender essa desigualdade, é preciso compreender o processo histórico que a produziu.

Pensar os grupos sociais e suas respectivas comunidades a partir do relato de seus habitantes foi nossa opção de trabalho, porque a região estudada ainda não possui história escrita. No entanto, essa postura não se esgota em si mesma, pois não possibilita o entendimento da realidade social em toda sua complexidade. Há que se relacionar as diferenças existentes com o contexto social em que elas se produziram.

A emergência de novas formas de organizar a vida em sociedade transforma a economia e a política, as práticas sociais e as idéias, as relações entre indivíduo e coletividade. O lugar, enquanto *locus* articulador das ações e relações sociais, parece tornar-se maior, enquanto o mundo parece tornar-se menor. Espaço e tempo são vividos e percebidos de uma outra forma.

A modernidade líquida tão comentada por Zygmunt Bauman inaugura um novo estilo de vida que modifica radicalmente os indivíduos e grupos sociais na medida em que transforma modos de agir e de ser. Foi o que esta pesquisa constatou, ao verificar o papel da escolarização e o que ela pôde proporcionar de bem-estar para comunidades da área continental de São Vicente.

Pensar a área continental de São Vicente significa perceber que, apesar de vivermos em uma mesma cidade e em um mesmo país, nossas maneiras de agir e sentir são cada vez mais influenciadas por uma realidade nova, mais abrangente, que se

constrói a partir de cada uma das comunidades. A escola de ensino fundamental tornou-se elemento central da dinâmica da sociedade de São Vicente-continente por ser sua principal forma de organização, articulando uma nova maneira de ser cidadão vicentino.

“Essa viagem deu-nos uma certeza:
não basta olhar o mapa do Brasil aberto
sobre a mesa de trabalho ou
pregado à parede de nossa casa.
É preciso andar sobre ele para sentir
de perto as angústias do povo, suas esperanças,
seus dramas ou suas tragédias, sua história,
sua fé no destino da nacionalidade.

Só então se compreenderá
que a responsabilidade
desta geração é simplesmente formidável.

Tudo indica, porém, que agora começou,
para alegria nossa, a batalha
longamente esperada de integração
dos nossos irmãos abandonados na
comunhão nacional.”

Equipe Filosofia
Jardim, Mato Grosso
PR 3 – 1969.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. *Desordem no Mundo: Folha de São Paulo*, São Paulo: 08 ago. 1999. Mais p. 5-7
- ALBANO, Maria Celina. *O consumo como forma de sociabilidade e lazer nos centros urbanos contemporâneos*. 1990. 225p. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- ANDRADE, Rosamaria C. de. *Ética, Religiosidade e Cidadania*. São Paulo: Lê, 1997.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade..* Tradução de Maria Lúcia Pereira Campinas: Papirus, 1994 – 6ª edição 2007.
- ANDREONI, João A. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
- AZANHA, José Mário P. *Cultura escolar brasileira, Revista USP*, São Paulo: dez/jan/fev. 90-91.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Globalização: As Conseqüências Humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar – as aventuras da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BERNARDO, Teresinha. TÓTORA, Silvana (org.). *Ciências Sociais na atualidade: percursos e desafios*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____ e RESENDE, Paulo Edgar Almeida. *Ciências Sociais na Atualidade – movimento*. São Paulo: Paulus, 2005.
- BERRIEL, Maria M. de Oliveira. *A identidade fragmentada: as muitas maneiras de ser negro*. 1988. Tese de Doutorado em Antropologia Social. USP, São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1997
- _____. *A miséria do mundo*. Tradução de Mariza Corrêa São Paulo: 1997. Vozes.
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Tradução de Eduardo Brandão; São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CANDAU, Vera Maria (org.). *Reinventar a Escola*. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- CARVALHO, Maria P. de. *Uma Identidade Plural: estudo de uma escola pública na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: 1991. 104 p. Dissertação de Mestrado – PUC.
- CARVALHO, Edgard de Assis. *Enigmas da Cultura*. São Paulo: Cortez, 2003. Questões da Nossa Época nº 99.

- CALÓGERAS, J. P. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1972.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. Paulo: Paz e Terra, 2000 2ª ed. São Vol. II, _____ . *A Sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução por Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da Sociedade*. Tradutor não identificado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHESNAUX, Jean. *Modernidade-Mundo*. Tradução de João da Cruz OSB. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CROCHIK, José L. *O conceito de representação social: a questão do indivíduo e a negação do outro*. Ver. Psicologia (op. cit).
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio e RESENDE, Edgar A. (orgs.) *Desafios da Globalização*. Petrópolis: 1998. Vozes.
- DUARTE, Fábio. *Global e local no mundo contemporâneo: Integração e conflito em escala global*. São Paulo: Moderna Editora, 1998.
- ECO, Umberto. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Tradução de Aurora Feroni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global – nacionalismo, globalização e modernidade*. Tradução de Atílio Brumetta. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRAYSE, João P. *Questão da Alteridade*. Revista de Psicologia USP. Butantã, São Paulo: Alteridade ISSN 0103-6564, vol. 5 nº ½, 11-18

- FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. n° 23 119 p.
Coleção Questões da Nossa Época.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Coleção Leitura.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- FISCHER, Nilton B. FONSECA, Laura S. e FERLA, Alcindo (orgs.) *Educação e Classes Populares*. Porto Alegre RS: Mediação, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- GADOTTI, Moacir. FREIRE, Paulo. GUIMARÃES, Sergio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GANDIN, Danilo. *Escola e Transformação Social*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Tradutor não identificado. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker São Paulo: UNESP, 1991.
- GOULD, Stephen Jay. *Pilares do Tempo – Ciência e religião na plenitude da vida*. Tradução de F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVIECH, Sandra. (org.). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

- GUIMARÃES, Alba Z. *Desvendando máscaras sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992/2007.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KALOUSTIAN, Silvio Manoug. *Família Brasileira: a base de tudo*. 5ª ed. São Paulo: Cortez e UNICEF, 2001.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. Tradutor não identificado. São Paulo: Nacional, 1984.
- LANG, Alice B. da S. Gordo. CAMPOS, Maria Christina S. da S, DEMARTINI, Zeila da B. Favri. *História Oral e Pesquisa Sociológica – Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural Dois*. Tradução e coordenação de Maria do Carmo Pandolfo. 4ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- _____. *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. 3ª edição. Rio de Janeiro/Petrópolis, 2003.

- LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. *Cidades complexas do século XXI: Ciência, Técnica e Arte*. São Paulo, 2001 Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARCUS, George. *Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial*. São Paulo: USP, 1991 n° 34, pp. 197-221. Revista de Antropologia.
- MARGEM, Revista. *Tramas Urbanas*. Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e História da PUC – SP. EDUC: dezembro de 2004.
- _____. *Éticas da Vida*. Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e História da PUC – SP. EDUC: junho de 2005.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo, Bauru: EDUSC, 2002.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- _____. *Manual de história oral*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MILIUS, Leandra. *Entre o Passado, o Presente e o Futuro: estudo antropológico sobre a construção da identidade social de um grupo de habitantes da cidade de Rio*

- Pardo/RS*. Porto Alegre: janeiro/2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MIRANDA, Marília G. de. *Do Cotidiano da Escola: Observações preliminares para uma proposta de intervenção no ensino público*. São Paulo: 1983. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos.
- MONTEIRO, Douglas T.. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974
- MONTERO, Paula. “*Questões para etnografia numa sociedade mundial.*” São Paulo : Novos Estudos, Cebrap. 1993, julho N ° 36, Pp. 161-178.
- MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX – O Espírito do Tempo – necrose*. Tradução de Agenor Soares Santos. Vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2006. 3ª ed.
- _____. *X da Questão – o sujeito à flor da pele*. Tradução de Fátima Murad e Fernanda Murad Machado. Porto Alegre RS: Artmed, 2003.
- _____. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 10ª ed. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *As Duas Globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente*. 2ª ed. Tradução de Juremir Machado da Silva (org.) e Joaquim Clotet. Porto Alegre: EDIPUCRS e Sulina, 2002.
- _____. - *O Método 5 – A humanidade da humanidade: a identidade humana*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- _____. - *A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 9ª ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

- _____ - *O Método 4 – As Idéias: habitat, vida, costumes, organização*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____ - *O Método 6 – A Ética*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____ - *A Religação dos Saberes: O desafio do século XXI*. Tradução de Flávia Nascimento. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Tradução por Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.
- NASSER, Ana Cristina Arantes. *Sair para o Mundo: Trabalho, família e lazer na vida de excluídos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- NUNES, Guida. *Favela - resistência pelo direito de viver*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980
- NUNES, Marilene de Oliveira. *A instituição escolar pública capitalista: um campo de práticas sociais distintas e produções ideológicas diferenciadas*. 1990.158p. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Leituras Freireanas sobre Educação*. São Paulo: UNESP, 2003.
- PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana – enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2000.
- PERAGLIA, Izabel Cristina. *Edgar Morin: A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PMSV, (Prefeitura Municipal de São Vicente). *Roteiro Histórico e Geográfico de São Vicente*. São Vicente: Secretaria Municipal de Educação, 1996.

_____ . *Livro de Memórias da cidade – de 1532*
– 1982.

_____ - *Cadernos da Cidade nº 1*
Caracterização do Município fev/95 e *Cadernos da Cidade nº 2* Sumário de
Dados do Município. Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e
Metropolização. Dez. 1995.

_____ - *Poliantéia Vicentina 1502 – 1932*.

_____ - *Poliantéia e São Vicente 1532– 1992*

POPPER, Karl R. *A Miséria do Historicismo*. Tradução de Octanny S. da Mota e
Leônidas Hegenberg. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

ROCKWELL, Elsie. *Reflexiones sobre el proceso etnográfico*. México (1982-85), DIE.

RODRIGUEZ, Neidson. *Da Mistificação da Escola à Escola Necessária*. São Paulo:
Cortez, 2001.

SÁ, Antonio Lino R. de. *Alternativa de Educação Popular em Escola Pública*. São
Paulo: 1987. Dissertação de Mestrado. PUC.

SANTOS, Milton. *Território e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *O País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania*. São
Paulo: Publifolha, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez e Autores Associados,
1987. Vol 5. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

SAWAIA, Bader. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da*
desigualdade social. São Paulo: Vozes, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de M.. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Unesp, 1999.

- SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (coord.). *A Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SOUZA, Herbert de. *Ética e Cidadania*. 11ª ed. São Paulo: Moderna, 1996. Coleção Polêmica.
- SPINK, Mary J. (org.). *O Conhecimento do Cotidiano: As Representações Sociais na Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TORRES, João Camilo de O. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- TÓTORA, Silvana e BERNARDO, Teresinha (orgs.). *Ciências Sociais na atualidade: Percursos e desafios*. São Paulo: Cortez, 2004.
- VITULE, Maria L. *Guia de Viagem, cultura e mundo contemporâneo*. São Paulo: Unimarco, 1999..
- YUNES, Gilberto Sarkis. *Cidades reticuladas: a persistência do modelo de formação urbana do Rio Grande do Sul*. 1995. 321p. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.